



**Universidade de
Aveiro
2010**

Secção Autónoma de Ciências Sociais,
Jurídicas e Políticas

**Ana Margarida Tavares Estratégias para uma Gestão Sustentável do Salgado
dos Santos Ferreira da de Aveiro
Silva**



Ana Margarida Tavares dos Santos Ferreira da Silva **Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional - Inovação e Políticas de Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor José Manuel Martins, Professor Auxiliar da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas e co-orientação da Prof^a. Doutora Filomena Cardoso Martins, Prof. Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutor Eduardo Anselmo de Castro

Professor Associado da Secção Autónoma Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor José Manuel Martins

Professor Auxiliar da Secção Autónoma Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Filomena Martins

Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Norberto Santos

Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Agradecimentos

Depois do longo caminho percorrido no desenvolvimento deste trabalho, quero agradecer aos meus orientadores pelo apoio e compreensão e em particular à Profª Doutora Filomena Martins por não me deixar desistir.

Agradeço à minha colega e amiga Helena Albuquerque na revisão do corpo de texto e formatação do trabalho, uma ajuda essencial na fase final.

Agradeço ainda à Helena Soares e Luís Galiza (UNAVE) pela concepção de vários mapas.

Ao meu marido um agradecimento especial pela motivação, apoio e grande paciência neste longo percurso.

palavras-chave

Salinas, Sal, Biodiversidade, Inovação, Gestão Sustentável.

resumo

Esta dissertação tem como objectivo contribuir para uma melhor compreensão do papel que as estratégias de gestão sustentável, como agentes de desenvolvimento e como consequência das novas orientações das políticas públicas, podem promover na capacidade competitiva dos territórios, num contexto de globalização.

O trabalho está estruturado em quatro vertentes. A primeira reconhece o papel das novas orientações das políticas públicas como factor promotor das estratégias de gestão sustentável e motor de desenvolvimento. Na segunda analisam-se os casos de estudo: Guérande, Algarve e "Ria de Aveiro". Na terceira vertente apresenta-se um estudo comparativo entre os casos de estudo.

Na última vertente apresentam-se as linhas de orientação para uma possível estratégia de gestão sustentável para o Salgado de Aveiro reconhecendo a inovação como factor de desenvolvimento apoiada nas novas orientações das políticas públicas e sustentado pela aprendizagem obtida pelo conhecimento dos casos de estudo.

Neste trabalho conclui-se que é fundamental envolver entidades supra-municipais, instituições públicas e privadas e promover a cooperação regional e inter-regional e a partilha de uma visão de um futuro regional com o envolvimento dos agentes desde o início como factor de sucesso na concepção das estratégias de gestão sustentável.

keywords

Salt pans, Salt, Biodiversity, Innovation, Sustainable Management.

abstract

This work aims to be a contribution to a better understanding of the role that sustainable management strategies play as development agents and with the new orientation of the public development policies can promote on the territories competitive capacity in globalisation context.

The work is organised in four parts. Firstly recognise the role of development public policies as a promoter of sustainable strategies and as development motor. Secondly is the presentation of the case-studies. Thirdly it's analysed a comparative study between case-studies

Finally the presentation of the orientations to a development program sustained with the learning lessons from the new orientations of the development public policies and the studies-cases.

In this work the conclusion is that to a successfully conception and implantation of an sustainable management strategy it's necessary to involve identities supra-municipalities, public and private institutions, promote the regional and inter-regional cooperation and involve the agents since the beginning with a future common vision as a condition to the success in sustainable management strategies.

ÍNDICE	
ÍNDICE DE FIGURAS	III
ÍNDICE DE ANEXOS	V
LISTA DE ACRÓNIMOS	VI
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1. Razões para a escolha do tema	3
2. Objectivos	4
3. Estrutura e metodologia	4
3.1. Estrutura da dissertação	4
3.2. Metodologia	5
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO	7
1. Evolução histórica	9
2. O Sal no Mundo	10
3. Características da Produção	11
CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO	13
1. Introdução	15
2. Sustentabilidade no quadro das políticas públicas	18
2.1. Enquadramento Global	18
2.1.1. A Convenção de RAMSAR (1971)	20
2.1.2. Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992)	22
2.2. Situação europeia	23
2.2.1. Introdução	23
2.2.2. A Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (2001)	23
2.2.3. A Estratégia da Comunidade Europeia em Matéria de Diversidade Biológica (1998)	23
2.2.4. O Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente	24
2.2.5. A Rede Natura 2000	25
2.3. Situação Nacional	27
2.3.1. Introdução	27
2.3.2. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	28
2.3.3. A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza (ENCNB)	29
2.3.4. Os Instrumentos de Gestão territorial de âmbito nacional	32
2.3.5. Os documentos estratégicos de âmbito nacional	34
2.4. A Dimensão Regional	40
2.4.1. Introdução	40
2.4.2. Os Instrumentos de Gestão territorial de âmbito regional	41
2.4.3. Instrumentos de Gestão territorial de Âmbito Intermunicipal	42
2.4.4. Os documentos estratégicos de âmbito regional	45
2.5. Instrumentos de gestão territorial, estratégias e dinamização da salicultura tradicional	51
CAPÍTULO IV – CASOS DE ESTUDO	53
1. Introdução	55
1.1. A escolha dos casos de estudo	55
2. Guérande	55
2.1. Introdução	55
2.2. Breve Historial	55
2.3. Enquadramento Regional	57
2.4. O Salgado	59

2.5. O Sal.....	59
2.6. O turismo.....	60
2.7. Os Agentes Directos.....	60
2.8. Agentes Indirectos.....	64
2.9. Dinâmicas territoriais.....	67
2.10. Conclusão.....	68
3. Contextualização da produção de Sal Marinho Artesanal em Portugal.....	68
4. Os casos de estudo do Algarve.....	72
4.1. Breve historial e enquadramento.....	72
4.2. Os Produtores.....	72
4.3. Agentes Directos.....	76
5. "Ria de Aveiro".....	77
5.1. Enquadramento Regional.....	77
5.1.1. Caracterização socioeconómica.....	78
5.1.2. Caracterização Biofísica.....	84
5.2. Gestão do "Salgado de Aveiro".....	87
5.2.1. Entidades que gerem o salgado.....	87
5.3. Enquadramento físico do "Salgado".....	89
5.3.1. Ameaças e problemas.....	92
5.4. O Sal.....	95
5.4.1. Breve Historial da Produção de Sal na Ria de Aveiro.....	95
5.4.2. Evolução da produção.....	96
5.5. Causas do declínio da actividade.....	97
5.6. Acções encetadas para revitalizar o Salgado.....	97
5.6.1. As iniciativas desenvolvidas.....	97
5.6.2. Iniciativas em curso.....	98
5.7. Caracterização do mercado do sal aveirense.....	99
6. Estudo Comparativo Casos de Estudo.....	101
7. Conclusão.....	105
CAPÍTULO V – PROPOSTA DE PROGRAMA PARA O SALGADO DE AVEIRO.....	107
1. Introdução.....	109
2. Conceptualização das Políticas de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade.....	109
3. Metodologia.....	110
4. Objectivos.....	110
5. Áreas do programa.....	111
6. Os Agentes.....	114
6.1. Privados Individuais.....	114
6.3. Institucionais.....	117
7. Conclusões.....	125
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
BIBLIOGRAFIA.....	131

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Produção Mundial de Sal em 2006	10
Fig.2 - Uso de Sal por Sectores em 2006.....	10
Fig. 3 – Salinas de Produção Artesanal.....	11
Fig. 4 - Salinas de Produção com Meios Mecânicos.....	11
Fig. 5 - Procedimentos para a criação da Rede Natura 2000	26
Fig. 6 - Principais instrumentos da implementação da ENDS.....	29
Fig. 7 – Pilrito.....	42
Fig. 8 – Borrelho-de-.....	42
coleira-interrompida.....	
Fig. 9 – Perna-longa	42
Fig. 10 – Enquadramento geográfico “Salgado de Guérande”.....	58
Fig. 11 - Cooperativa de Sal de Guérande.....	61
Fig. 12 – Terre du Sel.....	62
Fig. 13 – Visita Salinas em Guérande.....	63
Fig. 14 – Musée des Marais Salants (Batz-sur-Mer).....	63
Fig. 15 – Locais de Produção de Sal Marinho Artesanal em Portugal.....	68
Fig. 16 – Produção Necton	73
Fig. 17 – Mercados Necton	74
Fig. 18 – Enquadramento geográfico “Ria de Aveiro”	77
Fig. 19 – População empregada por sector de actividade em 2001	83
Fig. 20 - Hóspedes por área de residência em 2006.....	83
Fig. 21 - Estádios da formação e evolução da laguna de Aveiro desde o séc.X.....	85
Fig. 22 – Zona de Protecção Especial da “Ria de Aveiro”	86
Fig. 23 – Enquadramento físico do “Salgado de Aveiro”	89
Fig. 24 - Grupos do “Salgado de Aveiro”	90
Fig. 25 – Evolução Regime de Uso do Salgado de Aveiro entre os anos de 1956 e 2007.....	91
Fig. 26 - Identificação das infra-estruturas desenvolvidas (SIMRIA e Ferrovia) no espaço do Salgado de Aveiro.	94
Fig. 27 – Produção de Sal Marinho em Aveiro em Toneladas	96
Fig. 28 – Gráficos de Temperatura e precipitação St Nazaire.....	102
Fig. 29 – Gráficos de Temperatura e precipitação Porto/Pedras Rubras	102
Fig. 30 – Salicornia	112
Fig 31 - <i>Dunaliella salina</i> (microscópio).....	112
Fig. 32 - <i>Dunaliella salina</i> (na salina)	112
Fig. 33 - Pesca de lazer em Guérande	113

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - O SAL COMO ELEMENTO CULTURAL	9
QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS SALINAS.....	11
QUADRO 3 - COMPARAÇÃO ENTRE SALINAS TRADICIONAIS E COM MEIOS MECÂNICOS.....	12
QUADRO 4 - CONVENÇÕES E ACORDOS INTERNACIONAIS COM INTERESSE NA ÁREA DO AMBIENTE	20
QUADRO 5 – PROJECTOS PROPOSTOS NO PLANO INTERMUNICIPAL UNIR@RIA COM EFEITOS NO SALGADO DE AVEIRO	44
QUADRO 6 - RESUMO DOS PROJECTOS INTEGRANTES NO PLANO DE INTERVENÇÃO POLIS RIA DE AVEIRO	49
QUADRO 7 - PROPOSTAS DE LINHAS DE ACÇÃO DO GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA RIA DE AVEIRO	51
QUADRO 8 - COMPARAÇÃO PRODUTORES ALGARVE (VALORES 2008)	76
QUADRO 9 – POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DA "RIA DE AVEIRO"	79
QUADRO 10 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS CONCELHOS DA "RIA DE AVEIRO"	80
QUADRO 11 – PODER DE COMPRA NOS CONCELHOS DA "RIA DE AVEIRO"	81
QUADRO 12 - ÁREAS OCUPADAS POR TIPO DE REGIME DO SALGADO NO ANO DE 2007	92
QUADRO 13 - CARACTERÍSTICAS DOS SALGADOS.....	101
QUADRO 14 - USOS DAS SALINAS.....	102
QUADRO 15 - PROPRIEDADE	103
QUADRO 16 - DESTINO DO PRODUTO (%)	103
QUADRO 17 - DISTRIBUIÇÃO (%).....	103
QUADRO 18 - SÍNTESE COMPARAÇÃO CASOS DE ESTUDO.....	104
QUADRO 19 - SÍNTESE PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL PARA O SALGADO DE AVEIRO	124

ÍNDICE DE ANEXOS

- Anexo 1 – Mapa de Produção de sal no Europa
- Anexo 2 – Objectivos da ENDS
- Anexo 3 – Principios Orientadores do QREN
- Anexo 4 – Curso de Formação de Marnotos Guérande
- Anexo 5 – Repertório Legislação Portuguesa respeitante à Salicultura
- Anexo 6 – Resumo Projecto Interreg IIIB Sal
- Anexo 7 – Resumo Projecto Interreg IVB ECOSAL ATLANTIS
- Anexo 8 A- Questionários Produtores Algarve
- Anexo 8 B – Questionários Associação/Cooperativa Algarve
- Anexo 9 A- Resposta Questionários Produtores Algarve
- Anexo 9 B – Resposta Questionários Associação/Cooperativa Algarve
- Anexo 10 – Quadro Produtos Tradicionais de Qualidade
- Anexo 11 – Curso de Formação Marnotos em Aveiro
- Anexo 12 – Valores de Referência para o Desenvolvimento da Actividade de Salicultura
- Anexo 13 – Quadro Síntese Agentes
- Anexo 14 – Mapa com indicação das estruturas de visitação actuais e futuras

LISTA DE ACRÓNIMOS

AHR-C – Administração da Região Hidrográfica do Centro	PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do território
AMRIA – Associação de Municípios da Ria de Aveiro	PNCA – Plano Nacional para as Alterações Climáticas
APA – Administração do Porto de Aveiro	PNE – Plano Nacional de Emprego
APMRA – Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro	PNI – Plano Nacional para a Igualdade
APROSELA – Association pour la Promotion du Sel de L'Atlantique	PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
ARH – Administração da Região Hidrográfica do Centro	PO PESCA – Plano Operacional Pesca
CAP – Communauté D'Agglomération de La Presqu'île Guerandaise	POE – Planos de Ordenamento dos Estuários
CDDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro	POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica	PRACE – Programa de Reorganização da Administração do estado
CERQUA – Centre de Developpement des Certifications des Qualités Agricoles et Alimentaires	PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
CIEO – Centro de Investigação sobre Espaços e Organizações, Universidade do Algarve	PROMAR – Programa Operacional de Pescas
CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	PROT – Planos Regionais de Ordenamento do Território
CMA – Câmara Municipal de Aveiro	PROT-CL – Plano de Ordenamento do Território do Centro Litoral
DOP – Denominação de Origem Protegida	PSRN2000 – Plano Sectorial Rede Natura 2000
DRAP – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	QREN – Quadro de Referência Estratégico
ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza	REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	RNSCMVRS – Reserva Natural do Sapal Castro Marim e Vila Real de Stº António
ETC – especialidade Tradicional Garantida	SIC – Sítios de Importância Comunitária
FEDER – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural	SIG – Sistema de Informação Geográfica
FEP – Fundo Europeu das Pescas	SIMPLEX – Programa Simplificação Administrativa e Legislativa
GAC – Grupos de Acção Costeira	SIMRIA – Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro
IGP – Identificação Geográfica Protegida	TCP – Turismo Centro de Portugal
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial	UE – União Europeia
INAG – Instituto Nacional da Água	UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente
INCB – Instituto para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade	UNIR@RIA – Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro
INE – Instituto Nacional de Estatística	ZEC – Zonas Especiais de Conservação
LPO – Ligue por la Protection des Oiseaux du Loire Atlantique	ZPE – Zona de Protecção Especial
MARN – Ministério do Ambiente e Recursos Naturais	ZNIEFF – Zone Naturelle d'Interêt Ecologique, Floristique et Faunistique
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	ZICO – Zone Importante pour la Conservation des Oiseaux
OEC – Orientações Estratégicas Comunitárias	ZPS – Zone de Protection Spéciale
ONU – Organização das nações Unidas	
PDM – Plano Director Municipal	
PEC – Planos Estratégicos da Cidade de Aveiro	
PEDAL – Plataforma Empresarial de Desenvolvimento do Algarve	
PENP – Programa Estratégico Nacional para a Pesca	
PENT – Plano Estratégico Nacional para o Turismo	
PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território	
PIBpc – Produto Interno Bruto per Capita	
PIBs – Produtos Internos Brutos	
PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central	

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Razões para a escolha do tema

O sal desempenhou um papel de relevo na história, no entanto desde meados do século XX que a produção artesanal de sal entrou em declínio – devido a pressões territoriais, alterações do sistema hídrico e à competição do sal industrial com um preço de mercado inferior. Paralelamente a esta regressão, desaparece todo um património natural, cultural, histórico e humano. Ao nível europeu, nos anos 70, começaram a surgir algumas iniciativas de valorização deste património, nomeadamente em Guérande (França). Em Portugal, nomeadamente no Algarve, o interesse pelas salinas¹ de produção artesanal², nos anos 90, foi impulsionado pela crescente procura de produtos naturais, de produção artesanal e também pelo reconhecimento da importância das zonas húmidas, com a criação da Reserva Natural do Sapal Castro Marim e Vila Real de St. António (RNSCMVRSa) e integração na lista de sítios de importância internacional para a conservação das zonas húmidas (Ramsar) ou áreas da Rede Natura 2000. As acções desenvolvidas nos Salgados de Guérande (França), há cerca de 30 anos atrás e mais recentemente no Algarve (Portugal), são exemplos de uma nova visão para uma actividade tradicional.

Esta actividade, que até inícios dos anos 70, teve uma importância significativa na economia das comunidades locais e na identidade cultural da Região de Aveiro, esteve em 2009 reduzida a nove salinas em produção. Têm sido de natureza diversa as dificuldades enfrentadas na Ria de Aveiro: manutenção das condições físicas do espaço de produção (e.g. muros); financiamento à actividade e enquadramento legal distintivo do sal marinho artesanal e sal industrial. A preservação deste território e a manutenção das suas funções naturais (espaços de alimentação, repouso e nidificação de aves aquáticas) e dos ecossistemas associados foi, no passado “assegurada” pelo desenvolvimento de actividades como a salicultura, desenvolvida com métodos artesanais e pela apanha do moliço³, actividade que foi posteriormente abandonada.

Actualmente a orientação para a revitalização de uma actividade, mesmo sendo ela com raízes milenares, terá que ser através do desenvolvimento de acções diferenciadas de valorização do produto “sal”, bem como o desenvolvimento de novos produtos e actividades. Desta forma, não só se evita o processo de declínio, como se promove a revalorização destes espaços regionais.

A sustentabilidade destes espaços enquadra-se nas novas preocupações da sociedade em áreas como a valorização ambiental, o turismo sustentável, a valorização económica e a diferenciação como marca das regiões.

¹ Salinas ou Marinhas de Sal marítimas

Espaço a céu aberto, com água do mar, destinado a produzir sal por evaporação solar

² Artesanal ou Tradicional

³ Algas usadas como fertilizante na agricultura

A escolha do tema desta dissertação prende-se com o facto da autora partilhar as preocupações já amplamente debatidas sobre os espaços de produção artesanal de sal e risco inerente de desaparecimento de todo o património natural, cultural e histórico associado, assim como as “potencialidades” associadas ao desenvolvimento desta actividade e aos espaços de produção para a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável. Estas preocupações e o interesse pela temática foram sendo alimentadas, por um lado pelo conhecimento dos casos de estudo e por outro pela experiência adquirida em projectos de cooperação transnacional, a qual permitiu o acesso a outras realidades e a participação no debate interno e na definição de estratégias.

2. Objectivos

Esta dissertação tem como objectivo principal propor um programa com orientações que possam contribuir para uma gestão sustentável do espaço “Salgado de Aveiro” e consequentemente travar o processo de declínio que este salgado tem estado desde finais da década de 70.

Para responder a este objectivo é necessário aprofundar, por um lado, o conhecimento sobre as políticas públicas na área do ambiente, conservação da natureza e biodiversidade aos níveis europeu, nacional e regional e por outro o conhecimento dos casos de estudo.

Esta dissertação irá sugerir um conjunto de produtos e actividades complementares que poderão ser articuladas com a actividade central de produção de sal e irá propor uma definição do papel dos agentes que directa ou indirectamente estão ligados à temática.

3. Estrutura e metodologia

3.1. Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada em 6 (seis) capítulos com o objectivo de tornar a sua interpretação mais eficaz.

No primeiro capítulo introduz-se o tema e analisa-se a sua relevância e as razões da sua escolha, evidenciando-se ainda os objectivos da dissertação, a sua estrutura e organização e a metodologia. Formula-se o problema que será objecto do estudo e os objectivos.

No segundo capítulo é feito o enquadramento histórico, aborda-se a produção mundial e tipologias de produção de sal. O terceiro capítulo refere-se às políticas públicas e em particular às políticas públicas na área do ambiente, conservação da natureza e biodiversidade com uma perspectiva evolutiva e enquadramento europeu, nacional e regional. O objectivo deste capítulo é

perceber a nova orientação das políticas públicas. De que forma se relacionam com a temática em estudo e em que medida constituem uma oportunidade ou um constrangimento.

No quarto capítulo apresentam-se os casos de estudo: Guérande (França), casos de estudo do Algarve e Ria de Aveiro. É feita uma descrição evolutiva dos processos de desenvolvimento destes Salgados, incluindo a situação actual. Faz-se ainda uma análise comparativa entre os casos de estudo.

No quinto capítulo é estabelecido o programa para o Salgado de Aveiro, com as lições apreendidas do conhecimento dos casos de estudo e da análise das novas orientações das políticas públicas na área do ambiente, conservação da natureza e biodiversidade.

No último capítulo faz-se uma síntese conclusiva.

3.2. Metodologia

O enquadramento teórico e conceptual teve por base uma pesquisa bibliográfica com selecção e posterior análise de livros, artigos de revistas científicas, legislação, relatórios e publicações electrónicas disponíveis na Internet, para contextualização geral dos conceitos.

Os casos de estudos inseridos neste trabalho resultam essencialmente do estabelecimento de contactos pessoais com representantes das seguintes empresas e instituições:

Cooperativa de Sal de Guérande - França, Musée des Marais Salants – Batz-sur-Mer - França, Cooperativa de Sal “Terras do Sal” – Castro Marim, Associação de Produtores do Sotavento Algarvio “Tradisal” – Castro Marim, Produtor Rui Simeão – Tavira, Produtor “Necton S.A.” – Olhão, Produtor “Pedaços de Mar”- Castro Marim, Marnotos (produtores) de Aveiro, Instituições proprietárias de Salinas em Aveiro (Universidade de Aveiro e Câmara Municipal de Aveiro).

Foram também utilizadas algumas fontes documentais, devidamente referenciadas na listagem da bibliografia consultada, as quais permitiram complementar a informação recolhida através dos contactos directos.

O trabalho foi “enriquecido” pela informação produzida e experiência adquirida na participação em projectos, nomeadamente: Interreg IIIB SAL (2004-2007) e Sal(h)ina (2005-2008).

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

1. Evolução histórica

O Sal teve, ao longo de séculos, um papel preponderante na economia mundial e grande influência na cultura dos povos a ele ligados, contribuindo para os intercâmbios comerciais entre os países. A primeira referência a este produto surge no mais antigo tratado de farmacologia, na China (Penz-Tzao-Kan-Un, 2700 a.c.).

Sabe-se que os Fenícios utilizavam o sal na salga de peixe, que os Romanos produziam sal a um nível quase industrial pagando aos seus soldados em sal (dando origem à palavra salário) e que os Egípcios o utilizavam para mumificar os corpos (quadro 1).

O sal foi o motor de desenvolvimento para muitas cidades europeias. Veneza deveu a sua prosperidade económica ao sal, assumindo também grande relevância em cidades como Merkers na Alemanha, Tuzla na Bósnia-Herzegovina, Salzburg na Áustria ou Wieliczka na Polónia. De um modo mais disseminado, as actividades relacionadas com a extração do sal desempenharam também um importante papel em várias regiões da Península Ibérica, nas faixas costeiras de França, costa do Mar Adriático e Balcãs, não só como vector do crescimento económico mas também como motor do próprio processo de desenvolvimento.

Também em Portugal o sal teve um papel relevante na economia nacional. O mais antigo documento conhecido que menciona o sal português, é de 959 e refere uma doação de terras e marinhas de sal, em Aveiro, feita pela Condessa Mumadona, ao Mosteiro de São Salvador, em Guimarães. As Salinas eram, na sua maioria, propriedade de nobres, conventos e certas corporações.

Apesar da produção artesanal de sal estar em declínio, como referido no primeiro capítulo, a produção industrial continua a aumentar, devido em grande parte à sua utilização na indústria desde meados do século XIX.

Hoje, são já 14 000 as utilizações conhecidas (Salt Institute, 2010).

Quadro 1 - O Sal como elemento cultural

História	Turismo	Simbologia	Etimologia	Toponímia
Primeira referência Penz –Tzao-Kan-Mu (china, 2700 A.C.)	Conferências	Longevidade	Salário	Salinas
Importância na Antiguidade clássica	Festivais	Sabedoria	Saleiro	Salzburgo
Bíblia (mais de 30 referências)	Museus	Verdade	Salpicar	Salisbury
		Fertilidade	Salsicha	
			Salada	

Fonte: Adaptado de Kátia Hueso, 2007 - projecto Interreg IIIB-SAL (2004-2007)

2. O Sal no Mundo

De acordo com o Salt Institute (2010), a produção mundial de sal continua a aumentar, tendo sido de 190 milhões de toneladas em 1994, 209 milhões de toneladas em 1999, 240 milhões de toneladas em 2006 (sendo 48 milhões de toneladas produzidas pela China e 46 milhões de toneladas pelos E.U.A.) (fig.1) e 257 milhões de toneladas em 2007 (Salt Institute, 2010).

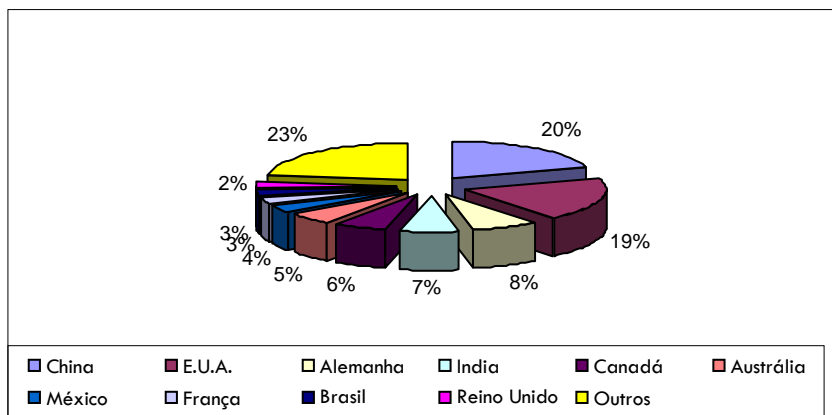


Fig. 1 - Produção Mundial de Sal em 2006

Fonte: Adaptado de Kátia Hueso, 2007 - projecto Interreg IIIB-SAL (2004-2007)

Como já foi referido anteriormente, o sal tem diversos usos. Associa-se maioritariamente o sal a um produto alimentar, no entanto a sua maior utilização é na indústria química e na limpeza de estradas (fig.2).

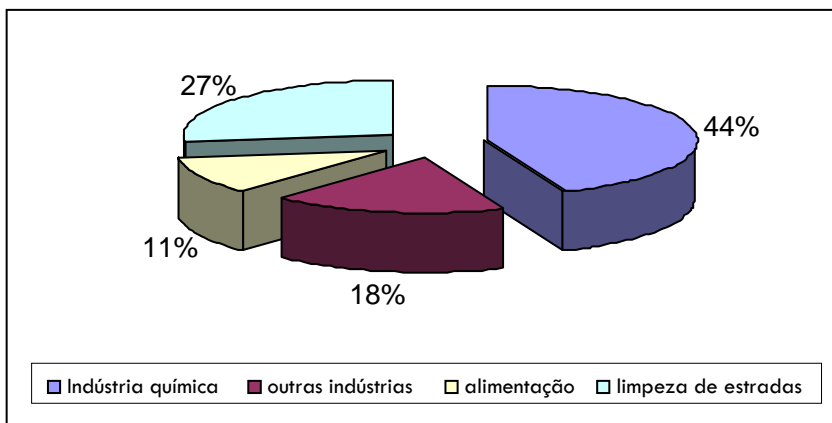


Fig.2 - Uso de Sal por Sectores em 2006

Fonte: Adaptado de Kátia Hueso, 2007 - projecto Interreg IIIB-SAL (2004-2007)

3. Características da Produção

Existe uma grande diversidade de métodos de extracção de sal que podem ser classificados tendo em consideração o recurso e o processo. Relativamente ao seu estado, encontramos salinas activas, em pousio, abandonadas, degradadas ou desaparecidas (quadro 2).

Quadro 2 - Caracterização das Salinas

Recurso	Processo	Estado	Método de obtenção
Marítimas	Industrial	Activa	Evaporação Solar
De Sal - Gema	Semi-industrial	Pousio	Evaporação a vácuo
Fontes Salinas	Tradicional Artesanal	Abandonada	Mineira de Rocha
Lago Salgado	Primitiva	Degradada	Mineira de dissolução
Prado Salgado		Desaparecida	Combinação de vários
Estuarinas			

Fonte: Adaptado de Kátia Hueso, 2007 - projecto Interreg IIIB-SAL (2004-2007)
Salt Institute (2010)

Uma análise comparativa entre o processo de produção artesanal e a produção com meios mecânicos de sal marinho, permite destacar algumas diferenças tanto ao nível das tecnologias de produção, da transformação dos locais de produção e do impacto socioeconómico no local de produção (quadro 3). O sal marinho produzido de forma artesanal congrega um conjunto de saberes ancestrais, acumulados ao longo de séculos e condições de produção que respeitam os ecossistemas e a biodiversidade (fig 3). O desenvolvimento da actividade promove ainda a criação de emprego.



Fig.3 – Produção Artesanal

A produção de sal marinho com meios mecânicos intervém no espaço natural, criando grandes áreas de produção e consequente remoção das formações vegetais existentes. Potencia ainda a introdução de factores de poluição no espaço (associados às tecnologias usadas) e no produto, o que implica sempre uma posterior lavagem do mesmo. São normalmente as grandes empresas que são responsáveis pela produção industrial e dado a utilização de meios mecânicos, não dão origem à criação significativa de postos de trabalho (fig 4).



Fig. 4 - Produção com Meios Mecânicos

Quadro 3 - Comparação entre salinas tradicionais e com meios mecânicos

Salinas de Produção Artesanal	Salinas Produção com Meios Mecânicos
Pequenas unidades	Grandes unidades
Empresas familiares ou unipessoais	Empresas / Companhias de grandes dimensões
Colheita manual	Colheita por meios mecânicos
Sal tal qual, não lavado	Sal lavado e à água poderão ser adicionados agentes químicos
Tomadas e manobras de água essencialmente por gravidade	Tomadas e manobras de água por sistemas elevatórios mecânicos (bombas)
Colheitas frequentes	Poucas colheitas anuais
Custos de produção mais elevados	Baixos custos de produção
Sal menor teor de NaCl (92%-96%)	Sal com maior teor de NaCl (+96%)
Muitas unidades abandonadas ou degradadas	Maioria das unidades em produção plena

Fonte: Renato Neves (Interreg IIIB SAL 2004-2007)

CAPÍTULO III – As POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO

1. Introdução

Nos últimos anos tem-se assistido a uma nova abordagem na concepção das políticas públicas. Tradicionalmente a governação era assumida pelo estado de forma centralizada e normativa. Com a tendência para a descentralização foram criadas estruturas regionais e locais descentralizadas e o estado passa a assumir cada vez mais o papel de coordenador dos diferentes actores, desde a fase de concepção à da implementação das políticas.

Actualmente, a Comissão Europeia aborda a análise do processo de territorialização das políticas públicas e o aparecimento da governação territorial num conceito de *Multi-level Governance*. Esta abordagem permite articular as esferas sub-nacionais, nacionais e internacionais (com enfoque na esfera comunitária).

De acordo com Araújo (2007) são identificadas 4 tipos de políticas centradas no território ou na territorialização das intervenções:

- políticas públicas sectoriais territorializadas (com articulação entre as esferas nacional, regional e local);
- políticas públicas construídas a partir de bases territoriais específicas
- políticas públicas correspondentes à construção de planos específicos e a espaços próprios de planeamento (e.g políticas públicas de planeamento regional e urbano);
- políticas territoriais propriamente ditas que estão centradas no desenvolvimento endógeno ou *bottom-up* (provenientes por exemplo de Associações de Municípios).

Feio e al (2009) referem que nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o formato adoptado passa pela concepção da estratégia geral de desenvolvimento ser definida pela região/província e os municípios associarem-se através de mecanismos de cooperação intermunicipal para realização de projectos comuns.

Esta nova abordagem das políticas públicas promove o desenvolvimento territorial através do destaque das potencialidades do território possibilitando: a) integração de estratégias locais em virtude da participação de actores públicos e privados; b) a subsidiariedade através da adopção de estratégias mais ajustadas às realidades locais e que permitem a integração de políticas sectoriais a uma escala territorial com complementaridade entre estas políticas.

O conceito de “Capital Territorial”, adoptado pela OCDE e pela Comissão Europeia, pressupõe que cada região detém especificidades nos vários tipos de capital (físico, ecológico, humano, social, institucional e económico) ou noutras dimensões de relevo na diferenciação dos territórios (Feio e al 2009).

Promove-se a necessidade da busca comum de conhecimento através da relação de cooperação entre os actores (públicos e privados, individuais e colectivos) com consequentes inovações ao nível da organização e gestão do território como essenciais no novo “Modelo de Inovação Territorial”.

De acordo com Moulaert e al (1999) estes mecanismos de articulação entre os actores facilitam a identificação de diferentes acções que contribuem para o desenvolvimento de um território.

Vasquez Barquero (2000) reforça esta ideia referindo que nestas “parcerias” surgem projectos que utilizam os recursos e o potencial de desenvolvimento local, com condições de mobilizar os actores privados e obter o apoio das forças sociais, de tal forma que os agentes económicos manifestem interesse em investir localmente. Resulta de um processo de concertação entre os diversos actores privados, sociais e institucionais locais que: (1) têm uma dimensão territorial, de carácter sub-regional; (2) estabelecem a hierarquia de interesses, objectivos e projectos com capacidade de promover o desenvolvimento integrado; (3) atribuem um papel estratégico às relações com a administração local, permitindo acelerar trâmites administrativos; (4) mobilizam o conhecimento local mediante relações com as instituições públicas e privadas de formação e investigação; (5) identificam as fontes e as formas de financiamento que permitem realizar os projectos seleccionados.

Esta valorização do território é reafirmada no “*Livro Verde sobre a Coesão Social - Perspectivas Futuras*” na alusão à adopção de uma Agenda Territorial que estabeleceu três prioridades para a coesão:

- Centrar as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento territorial na valorização dos recursos territoriais;
- Reforçar as ligações entre territórios e a sua integração promovendo a cooperação e os intercâmbios;
- Aumentar a coerência das políticas da UE com impacto territorial

O referido livro menciona que “*A política regional devia ser aplicada a diferentes tipos de regiões, no sentido vulgar desta palavra ou, para usar outro termo, de territórios*” (Inforegio, 2008). Refere ainda que é necessário promover o enfoque subnacional que dê ênfase a políticas de “base local” que se integrem com as políticas em sectores como o desenvolvimento sustentável e o acesso a serviços (Inforegio, 2008).

A política regional assume assim relevância do papel decisivo dos territórios num contexto de globalização. A região assume-se como o único “palco” para enfrentar os principais desafios actuais: a competitividade e a sustentabilidade.

A construção de projectos comuns entre agentes regionais, desde empresas a entidades públicas, institutos de investigação e universidades, permite a partilha de investimentos assim como a troca de experiências que valorizará o projecto, num mercado global e competitivo. Criar mecanismos que permitam à região atingir um estágio de desenvolvimento e competitividade elevado, é actualmente um desafio. A eficaz combinação entre factores tradicionais e não tradicionais e o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, responde a uma necessidade do mercado exigindo a partilha e cooperação entre uma diversidade de agentes regionais e externos à região. A troca de experiências e vivências “enriquece” os produtos e projectos.

Sabendo que não existe um modelo pronto a aplicar a cada região, do tipo “one-size-fits-all”, podem ser identificadas, pela análise dos vários casos, linhas de força comuns para a criação de uma metodologia, nomeadamente em questões relacionadas com:

- a mobilização;
- a cultura de cooperação;
- a flexibilidade;
- a dimensão regional e a sua relação com o exterior ou com outras dimensões;
- a diversidade e dinamismo dos agentes, enquanto factores facilitadores do surgimento de estratégias de desenvolvimento eficazes e inovadoras (Regional Stewardship, A., 2001).

A “Ria de Aveiro” é uma área com características singulares. A multi-diversidade de “recursos” faunísticos e florísticos é de particular relevância numa perspectiva ambiental e também socioeconómica, na medida em que promove o desenvolvimento de um conjunto de actividades tradicionais como a pesca, a apanha de bivalves e a salicultura, assim como o desenvolvimento de actividades relacionadas com o turismo, que envolvem meios humanos, individuais ou organizados em pequenas empresas.

No entanto, ao longo das últimas décadas, este espaço tem sofrido ameaças variadas, como dragagens constantes, introdução de factores de poluição, conversão de salinas em aquicultura e construção de infra-estruturas, colocando em causa o seu equilíbrio ecológico.

A preservação das salinas e a produção artesanal de sal, parte integrante deste território, deverão ser analisadas pela sua dupla importância, no seu contributo para a manutenção da biodiversidade e enquanto património cultural, paisagístico e símbolo da identidade da região.

Neste território estão situados um conjunto de agentes diversificados (do sistema científico, da administração regional e local, do sector empresarial, proprietários individuais e colectivos e produtores) com conhecimento e trabalho desenvolvido nas diferentes vertentes de abordagem aos recursos, salinas, sal, produtos e actividades complementares, que numa perspectiva de integração, cooperação e complementaridade poderão desenvolver projectos sustentáveis de dinamização numa vertente de multi-funcionalidade do espaço de produção.

2. Sustentabilidade no quadro das políticas públicas

2.1. Enquadramento Global

A comunidade política internacional só começou a ter consciência dos problemas ambientais na década de 50. A Organização da Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, mas só na década de 70 as questões ambientais integraram as suas preocupações.

Foi também nesta década que surgiu o conceito de ecodesenvolvimento⁴, que mais tarde deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável. A definição mais usada é a referida no relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum”, realizado em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que define Desenvolvimento Sustentável como sendo “*Todo o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades*” (CNUAD, 1992).

Em 1972 na conferência de Estocolmo sobre ambiente humano, considerada a grande reunião planetária sobre ambiente, em que participaram 113 países, foi apresentada uma Declaração do Ambiente que introduziu as preocupações ambientais e a questão sustentabilidade na discussão, tendo sido estabelecido um acordo para adoptar uma concepção e princípios comuns ao nível mundial na preservação e melhoria do ambiente. Desta conferência resultaram a Declaração de Estocolmo sobre Ambiente Humano e o Programa da Nações Unidas para o Ambiente (UNEP). Após esta conferência alguns países passaram a assumir o ambiente como direito fundamental dos cidadãos. Em alguns estados, o Direito do Ambiente passa a dispor de leis-quadro, que enquadram o ambiente de forma global e integrada, reforçando a horizontalidade da política de ambiente. Até esta fase, o direito e a política de ambiente eram de carácter sectorial e bastante disperso.

Após a referida conferência, a protecção ambiental começou a fazer parte da política comunitária. Foi adoptada em Paris a primeira declaração comunitária sobre ambiente pelos Chefes de Estado e Governo e foi feito o “convite” à Comissão Europeia para apresentar um programa de acção. Na sequência da Cimeira de Paris a 22 de Novembro de 1973 os Estados Membros adoptaram o I Programa de Acção das Comunidades Europeias em Matéria do Ambiente.

A primeira sessão do Conselho Governamental para o novo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), em 1973, identificou a “conservação da natureza, da vida selvagem e dos seus recursos genéticos” como uma área prioritária.

Em 1992, na Conferência sobre Desenvolvimento e Ambiente das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro, foi apresentado e defendido o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo

⁴ Conceito formulado por Maurice Strong, primeiro director executivo do Programas das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e por Ignacy Sachs, na década de 70.

resultado diversos programas e acordos: a) a Declaração de Princípios do Rio; b) a Agenda 21; c) a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas; d) *A Convenção sobre a Diversidade Biológica*; e) a Convenção sobre as Alterações climáticas g) Acordo para negociar uma Convenção Mundial sobre Desertificação h) Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

Na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável “Cimeira da Terra”, realizada em 2002 em Joanesburgo, foram reafirmados os princípios da Conferência do Rio e a Agenda 21 e foi de novo discutido o conceito de desenvolvimento sustentável com o objectivo de analisar a evolução em termos de desenvolvimento e ambiente os últimos dez anos. Esta Cimeira teve como principal objectivo a ligação das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a) desenvolvimento económico b) protecção ambiental e c) desenvolvimento social e houve um consenso internacional relativamente aos objectivos de redução da pobreza e protecção do ambiente. Como resultados foram adoptadas a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, o Plano de Implementação de Joanesburgo e definidas parcerias.

Das metas aprovadas destacamos: a) inverter a actual tendência de degradação dos recursos naturais b) alcançar uma redução significativa na actual taxa de perda de biodiversidade até 2010. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) foi reconhecida como instrumento principal nesta matéria (Cimeira da Terra, Joanesburgo, 2002).

Diversas convenções e acordos internacionais com interesse na área do ambiente foram assinados e ratificados pelo Estados. Apresentamos no quadro seguinte (quadro 4) uma selecção dos que estão correlacionados com as áreas em estudo e que foram assinados e/ou ratificados por Portugal.

Quadro 4 - Convenções e acordos internacionais com interesse na área do Ambiente

Título	Local de Adopção	Data de adopção	Secretariado	Acompanhamento em Portugal
Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitats de Aves Aquáticas	RAMSAR, Irão	1971.02.02	UN / UNESCO	ICNB (Ministério do Ambiente)
Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural	PARIS, França	1972.11.16	UN / UNESCO	Comissão Nacional da UNESCO
Convenção sobre o comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)	WASHINGTON, E.U.A.	1973.03.03	UN / UNESCO	ICNB (Ministério do Ambiente)
Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Selvagens (CMS)	BONA, Alemanha	1979.06.23	CMS Secretariat	ICNB (Ministério do Ambiente)
Conservação Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa	BERNA, Suíça	1979.06.23	Council of Europe	ICNB (Ministério do Ambiente)
Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância	GENEVA, Suíça	1979.11.13	UN / ECE	DGA
Convenção para a Protecção da Camada de Ozono - Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono	MONTREAL, Canadá	1987.09.16	UN / Ozone Secretariat	Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
Convenção Quadro sobre as Alterações Climáticas	NOVA IORQUE, E.U.A.	1992.05.09	UN / Climate Change Secretariat	Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
Convenção sobre a Diversidade Biológica	NAIROBI, Quênia	1992.05.22	UN / UNEP	ICNB (Ministério do Ambiente)
Convenção Quadro sobre as Alterações Climáticas – Protocolo de Quioto	QUIOTO, Japão	1997.12.11	UN / Climate Change Secretariat	Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Fonte: Adaptado Relatório Estado do Ambiente, DGA, 1999

Das convenções e acordos internacionais referenciados, destacamos a que ficou conhecida como Convenção de RAMSAR e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, pela sua importância para o território integrante no âmbito deste estudo.

2.1.1. A Convenção de RAMSAR (1971)

A Convenção sobre as Zonas Húmidas, adoptada em 1971 na cidade iraniana de Ramsar, constitui um tratado inter-governamental e representa o primeiro dos tratados globais sobre conservação. Entrou em vigor em 1975.

As zonas húmidas são áreas onde a água é o factor primário que controla o ambiente, as plantas associadas e a vida animal. Estas ocorrem onde os lençóis de água se aproximam da superfície da terra ou onde a terra está coberta através de água rasa.

No texto da convenção de RAMSAR (Artigo 1.1), as zonas húmidas são definidas como "áreas de pântano, charcos, terreno com turfas ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com

água que é estática ou corrente, doce, salgada ou salobra, inclusive áreas de água marinha a profundidade de qual a maré baixa não exceda seis metros".

Entende-se ainda, que as zonas húmidas "possam incorporar zonas ribeirinhas e litorais adjacentes, e ilhas ou corpos de água marinha que na maré baixa fiquem mais fundo do que seis metros de profundidade e que fiquem sob as zonas húmidas".

Ainda existem zonas húmidas feitas pelo homem como as salinas de produção de sal ou as convertidas para aquicultura.

As zonas húmidas são consideradas dos ambientes mais produtivos que existem no mundo. São um "reservatório" de diversidade biológica e de onde provêm importantes benefícios económicos, nomeadamente: provisão de água; pescas; agricultura; manutenção dos lençóis de cheia e retenção de nutrientes em leitos de cheia; produção de madeira; recursos de energia, como a turfa; recursos de vida selvagem; transporte; recreação e oportunidades de turismo. Desempenham importantes funções, nomeadamente: armazenamento de água; protecção de tempestades e de mitigação de inundações; estabilização da orla costeira e controlo da erosão; purificação da água; retenção de nutrientes; retenção de sedimentos; retenção de poluentes; estabilização das condições climáticas locais, nomeadamente de precipitação e temperatura; entre outros (Manual RAMSAR, 4ª Edição, 2006).

Estas áreas estão também relacionadas com valores religiosos e convicções culturais, sendo simultaneamente uma fonte de inspiração estética, uma fonte de santuários da vida selvagem e a base de tradições locais importantes.

Apesar da sua importância e dos avanços verificados nas últimas décadas, as zonas húmidas continuam a ser dos ecossistemas mais ameaçados no mundo, devendo-se isto, principalmente, à drenagem contínua, à conversão, à poluição e à sobre-exploração dos seus recursos (Manual RAMSAR, 4ª Edição, 2006).

Como resultado da Convenção, foi assinado pelos países participantes um Tratado com a finalidade de promover a cooperação internacional para a conservação e utilização racional dos habitats aquáticos. Com este Tratado, foi criada uma lista de zonas húmidas de importância internacional, na qual integram a nível mundial, actualmente, 159 contratantes, 1889 sítios classificados com uma superfície equivalente a 185.437.001 hectares (www.ramsar.org). Apesar de não ser possível obter um número exacto da superfície global de zonas húmidas, estima-se que seja cerca de 6% da superfície terrestre do planeta (Manual RAMSAR, 4ª Edição, 2006).

Em Janeiro de 1996 os secretariados da Convenção de RAMSAR e da Convenção sobre a Diversidade Biológica assinaram o primeiro acordo de cooperação e em Novembro do mesmo ano foi definido que será o secretariado da Convenção de RAMSAR, como parceiro, a implementar as actividades da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) relacionadas com zonas húmidas (Manual RAMSAR, 4ª Edição, 2006).

2.1.2. Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992)

A perda de diversidade biológica e a consequente preocupação da comunidade internacional levou, após um período de negociação, à criação de um instrumento vinculativo legal, com o objectivo de inverter a situação, que viria a ser reflectido com a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica tem como objectivos *“a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos”* e é o primeiro acordo que incorpora todos os aspectos da diversidade biológica: genomas e genes, espécies e comunidades, habitats e ecossistemas.

A Convenção constitui uma nova abordagem na medida em que a diversidade biológica deixou de ser entendida somente ao nível da protecção das espécies e dos ecossistemas ameaçados. Existe uma articulação entre a necessidade de conservação com a preocupação de integração do desenvolvimento económico e social. A conciliação da actividade antrópica e a conservação da natureza são pela primeira vez abordadas. O património natural passa a ser considerado um factor importante de afirmação e diferenciação no contexto europeu e mundial, conjuntamente com os patrimónios histórico e cultural associados.

Na convenção está implícita uma nova forma de cooperação entre os países, através do estabelecimento de bases para a cooperação científica e técnica, o acesso a recursos financeiros e genéticos e a transferência de tecnologias limpas.

A Convenção prevê que cada interveniente, de acordo com as suas condições e capacidades particulares, deverá: a) desenvolver estratégias, planos e programas nacionais para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar para este fim as estratégias ou programas existentes; b) integrar, na medida do possível, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica nos planos, programas e políticas sectoriais ou intersectoriais. Refere ainda a importância de melhorar a educação e a sensibilização do público para a importância da diversidade biológica através da divulgação pelos meios de comunicação social e da inclusão da temática nos programas educacionais. É também realçado o papel que as comunidades locais e populações indígenas podem desempenhar em matéria de conservação da biodiversidade, na medida em que dependem de forma directa dos recursos biológicos em que as suas tradições se baseiam.

Em resposta ao compromisso assumido com a Convenção sobre a Diversidade Biológica pela comunidade internacional para enfrentar a perda de biodiversidade, surge em 1996 a Estratégia Pan-Europeia sobre a Diversidade Biológica e Paisagística, aprovada pelos países abrangidos pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa. Esta estratégia foi preparada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), pelo Conselho Europeu e pelo *European Center for Nature Conservation* e permitiu o desenvolvimento de um fórum para a coordenação

regional na execução das decisões relevantes das Conferências das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/biodiversity/policy-context>).

2.2. Situação europeia

2.2.1. Introdução

A União Europeia (UE) adoptou a Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS) integrando desta forma as directrizes da Conferência sobre Desenvolvimento e Ambiente das Nações Unidas, em 1992, constituindo também um contributo para a Cimeira da Terra de Joanesburgo, em 2002.

2.2.2. A Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (2001)

A presente estratégia foi apresentada pela Comissão Europeia ao Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 e defendeu uma abordagem que alterou a forma como a política ambiental vinha a ser concebida e formulada ao defender uma abordagem integrada das políticas que visam o desenvolvimento sustentável: ambiente, economia e sociedade (os três pilares). Esta estratégia procura promover o crescimento económico sem prejudicar a qualidade do ambiente, a ponderação dos objectivos ambientais em relação aos seus impactos económicos e sociais e a procura simultânea de soluções benéficas para a economia, o emprego e ambiente e define sete desafios-chave⁵ (www.desenvolvimentosustentavel.apambiente.pt).

Esta estratégia foi revista e adoptada pelo Conselho Europeu em 2006.

2.2.3. A Estratégia da Comunidade Europeia em Matéria de Diversidade Biológica (1998)

A referida estratégia surgiu como resposta à necessidade de intervenção internacional concertada para o problema crescente da perda de diversidade biológica e criou o quadro necessário de

⁵ **Desafios-chave da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável**

1. Alterações climáticas e energias limpas;
2. Transporte sustentável;
3. Produção e consumo sustentáveis;
4. Conservação e gestão dos recursos naturais;
5. Saúde pública;
6. Inclusão social, demografia e migração
7. Pobreza global

integração das necessidades da biodiversidade no desenvolvimento e aplicação de políticas sectoriais.

Esta estratégia incide sobre quatro temas⁶ que estarão presentes na política ambiental portuguesa e na sua articulação com a política europeia (www.icnb.pt).

Esta estratégia articula-se com o Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente, que estabelece objectivos para 10 anos (2002-2012).

2.2.4. O Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente

Este programa intitulado “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha” está estabelecido para o período de 2002 a 2012 e foi desenvolvido após a revisão do quinto programa.

É centralizado na preocupação do “desenvolvimento sustentável”, sendo dirigido para os domínios que necessitam de uma intervenção urgente, nomeadamente:

1. Combater as alterações climáticas;
2. Proteger a natureza e a vida selvagem;
3. Responder às questões relacionadas com o ambiente e saúde;
4. Preservar os recursos naturais e gerir os resíduos

Relativamente ao domínio “Proteger a natureza e a vida selvagem” cujos objectivos são:

- Proteger, e se necessário restaurar, a estrutura e o funcionamento dos sistemas naturais;
- Cessar a perda de biodiversidade, na União Europeia, e a uma escala global;
- Proteger os solos contra a erosão e a poluição

Identifica como necessárias algumas medidas, nomeadamente a:

- Protecção dos nossos habitats mais valiosos através do programa comunitário Natura 2000;
- Estabelecimento de planos de acção para proteger a biodiversidade;
- Desenvolvimento uma estratégia para a protecção do ambiente marinho;
- Alargamento dos programas nacionais e regionais de modo a promover mais a gestão sustentável das florestas;
- Introdução de medidas destinadas a proteger e restaurar as paisagens;
- Desenvolvimento uma estratégia de protecção do solo;
- Coordenação de esforços dos Estados-Membros para liderarem com os acidentes e catástrofes naturais. (CE, 2001)

⁶ **Temas principais da Estratégia da Comunidade Europeia em Matéria de Diversidade Biológica**

1. Conservação e utilização sustentável da diversidade biológica;
2. Partilha dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos;
3. Investigação, identificação, monitorização e intercâmbio de informações;
4. Educação, formação e sensibilização.

Para cumprir as convenções ratificadas, a União Europeia desenvolveu várias directivas ao nível da política ambiental comunitária. Este processo levou à aprovação da Directiva do Conselho nº 92/43/CE, posteriormente alterada pela Directiva do Conselho nº 97/62/CE de 27 de Outubro, de 2 de Abril, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens, designada por directiva Habitats. Esta directiva, em conjunto com a Directiva do Conselho 79/409/CEE, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens, designada Directiva Aves, determina as bases para a identificação, designação e gestão dos sítios que constituirão a Rede Natura 2000.

2.2.5. A Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia que surge da aplicação das directivas acima referidas, documentos fundamentais da Política de Conservação da Natureza da União Europeia. Tem por *“objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e de fauna e flora selvagens no território europeu dos estados membros em que o Tratado é aplicado”*. Esta rede é formada por *Zonas de Protecção Especial (ZPE)* estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular; e por *Zonas Especiais de Conservação (ZEC)*, criadas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo de *“contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia”*.

A Rede Natura 2000 é constituída por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies (fig. 5). Nessas áreas as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação dos referidos valores, através de uma gestão sustentável ao nível ecológico, económico e social.

Para garantir a concretização destes objectivos é necessário uma articulação das políticas sectoriais, nomeadamente a conservação da natureza, agro silvopastoril, turística e de obras públicas.

A escolha das áreas da Rede Natura 2000 tem por base critérios exclusivamente científicos. No caso das áreas designadas ao abrigo da Directiva Habitats cabe a cada Estado Membro a elaboração de uma proposta nacional de Sítios de Importância Comunitária (SIC), sob a forma de uma Lista Nacional de Sítios (que em Portugal foi publicada em duas fases). A partir das várias propostas nacionais, a Comissão Europeia em articulação com os Estados-Membros selecciona os Sítios de Importância Comunitária (SIC), que posteriormente serão classificados pelos Estados-

Membros como Zonas Especiais de Conservação, terminando num processo faseado de co-decisão entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia.

Relativamente à Directiva Aves, cabe aos Estados-Membros proceder à classificação de Zonas de Protecção Especial, as quais, uma vez declaradas como tal à Comissão Europeia, passam desde logo a integrar a Rede Natura 2000.



Fig. 5 - Procedimentos para a criação da Rede Natura 2000
Fonte: ICNB, 2010

A implementação da Rede Natura 2000, com a protecção da biodiversidade, pode trazer benefícios sociais e económicos relevantes, nomeadamente a defesa do património cultural e natural através da harmonia entre a preservação dos valores naturais e o desenvolvimento de actividades económicas tradicionais, venda de produtos do Sítio e o desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável, com o desenvolvimento de actividades complementares e a consequente criação de novas áreas de negócio e oportunidades de emprego, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Também a protecção destes espaços representa uma forma de condicionar projectos considerados uma ameaça para a Rede Natura 2000.

No caso de Portugal, citamos como exemplo de um projecto com repercussões negativas, a construção da Ponte Vasco da Gama que atravessa o Estuário do Tejo e o seu consequente reflexo nas Salinas do Samouco em Alcochete.

Financiamento da Rede Natura 2000

O financiamento desta rede foi perspectivado pela Comissão Europeia para ser suportado de forma horizontal, com diversos fundos comunitários previstos para o período financeiro 2007-2013. Este financiamento pode ser concretizado através de fundos comunitários como o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu de Pescas (FEP), aplicados em Portugal através do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e Programa Operacional de Pescas (PROMAR), respectivamente. As acções que não são enquadráveis nestes fundos poderão ser financiadas pelo instrumento financeiro para o Ambiente (LIFE+), em particular o LIFE+ Natureza e biodiversidade, que co-financia as acções de conservação da natureza nesta rede. Este instrumento financeiro funciona como complementar (<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/>).

2.3. Situação Nacional

2.3.1. Introdução

Em Portugal só na década de 80, com a entrada na União Europeia, se definem as linhas programáticas de actuação ambiental nacional, que serão consolidadas nos anos 90. A primeira legislação foi a lei nº11/87 que estabelece a Lei de Bases do Ambiente, que permite a aplicação da legislação comunitária.

O Plano Nacional da Política de Ambiente só é aprovado pelo Conselho de Ministros em 1995, estabelecendo as orientações estratégicas da Política de Ambiente, os objectivos e acções específicas do então Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN) e os instrumentos para a implementação da Política de Ambiente.

Em Portugal, numa primeira fase, as Políticas de Ambiente estavam orientadas para a defesa dos recursos naturais, com definição de áreas com estatutos especiais de protecção, não tinham em consideração as actividades com impactos no meio natural, o que corresponde à primeira geração de Planos Directores Municipais (PDM). Numa segunda fase, esta política esteve mais direccionada para as medidas relacionadas com o controle da poluição, com enfoque nos agentes responsáveis pelas actividades económicas iminentemente poluidoras. Somente na terceira geração de políticas a orientação tem sido para o desenvolvimento sustentável com a promoção da integração de medidas ambientais no planeamento territorial.

Actualmente, Portugal à semelhança de outros países, tem a política de ambiente e de ordenamento do território no centro da sua estratégia de desenvolvimento. O cumprimento de objectivos ambientais, nomeadamente os que se referem a compromissos internacionais, como os relacionados com o combate às alterações climáticas estabelecidos no Protocolo de Quioto, tem implicações em diversas políticas sectoriais.

A coordenação e integração das políticas promovem a concretização dos objectivos da política ambiental: alcançar a convergência ambiental com a Europa e promover a coesão territorial aos níveis nacional e europeu.

2.3.2. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

Esta estratégia foi adoptada por Portugal inserida numa iniciativa global, consequência do compromisso assumido na Cimeira da Terra em 1992, para a adopção de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Esta estratégia começou a ser desenvolvida em 2002. Foi aprovada uma primeira versão em 2005 e a sua versão final foi aprovada pelo XVII Governo Constitucional na reunião do Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 2006. Houve uma reflexão iniciada em 2002 com produção de documentos e pareceres com as orientações e prioridades em matéria de desenvolvimento sustentável, nomeadamente em articulação com a Estratégia Europeia e com o Programa do Governo, assim como os planos e programas de acção consequentes (ENDS, 2006).

Esta estratégia desenvolve-se em quatro domínios estratégicos⁷ e com sete objectivos de acção⁸. Relativamente ao terceiro objectivo “Melhor Ambiente e Valorização do Património” destacamos com particular relevo para as zonas húmidas com áreas de salinas:

- *Conservação e Valorização de Áreas Protegidas e da Rede Natura e da Paisagem Rural e Implementação do Plano Sectorial da Rede Natura.*

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é um instrumento de gestão territorial e de conservação da diversidade biológica que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. As medidas e orientações nele previstas devem ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT), no prazo máximo de seis anos após a sua aprovação (1º Relatório Bienal ENDS, 2009).

A ENDS é uma referência para as diversas políticas sectoriais ou conjunturais, estabelece um horizonte de longo prazo, com uma visão integrada do desenvolvimento e uma dimensão internacional. Neste sentido existe uma articulação desta estratégia com as prioridades definidas noutros documentos de orientação política e enquadramento estratégico, dos quais destacamos o

⁷ **Domínios estratégicos ENDS**

- Garantir o desenvolvimento equilibrado do território
- Melhorar a qualidade do ambiente
- Produção e consumos sustentáveis
- Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento

⁸ **Em anexo**

Programa Nacional da Política do Território (PNPOT) e o Quadro de Referência Estratégico (QREN) que referiremos de forma mais pormenorizada posteriormente (ENDS, 2006) (fig. 6).

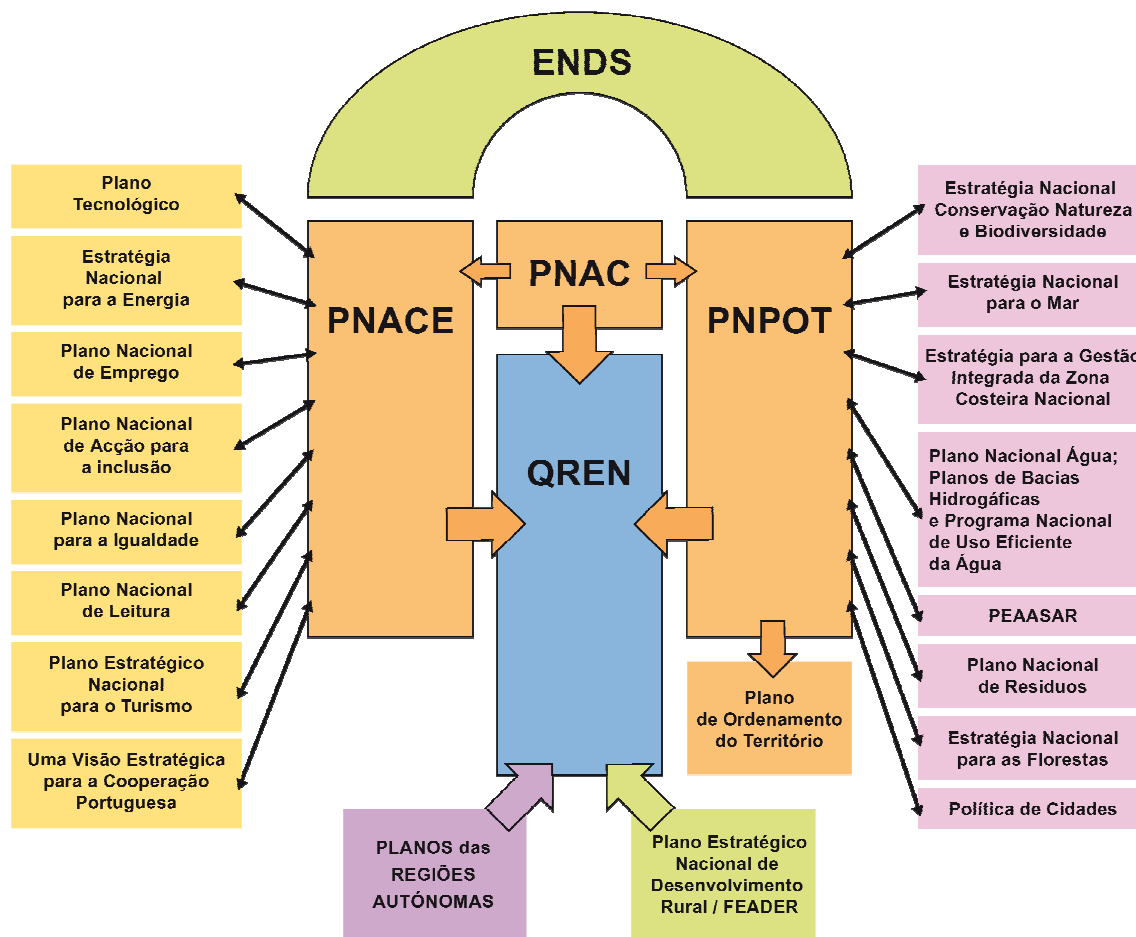


Fig. 6 - Principais instrumentos da implementação da ENDS

Fonte: PIENDS, 2006

2.3.3. A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza (ENCNB)

A Estratégia Nacional de conservação da Natureza (ENCNB) é um documento orientador para as políticas de conservação da natureza e políticas sectoriais relevantes e articula-se com a Estratégia da Comunidade Europeia para a Diversidade Biológica. Surge como resposta ao compromisso internacional assumido por Portugal no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica *“Adoptar estratégias, planos e programas nacionais, bem como integrar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica nos seus diferentes planos, programas e políticas sectoriais ou inter-sectoriais (artº 6ª Convenção sobre a Diversidade Biológica)* e como resposta a uma exigência legal fixada na Lei de bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril).

A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza (ENCNB) foi adoptada pelo RCM 152/2001, de 11 de Outubro.

A Estratégia engloba 3 objectivos gerais:

- Conservar a natureza e a diversidade biológica;
- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza.

A concretização destes objectivos está aplicada através de dez opções estratégicas⁹. Salientamos de particular relevância para a actividade da salicultura e para a preservação das salinas, as medidas relacionadas com a promoção, valorização e conservação da natureza dos sítios e zonas de protecção especial (ZPE) integrados no processo da Rede Natura 2000, referidos na opções estratégicas 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco), sendo mesmo referido numa das directivas de acção da opção 3 (três) a necessidade de *“aprofundar o conhecimento sobre as actividades económicas ambientalmente sustentáveis, como (.....) ou a própria actividade salineira, bem como sobre os produtos regionais e locais e incentivar a sua manutenção através da certificação de origem, da rotulagem ecológica e da protecção jurídica dos produtos de qualidade não abrangidos por legislação comunitária”*. A Opção 4 (quatro) na sua primeira directiva de acção afirma a necessidade de elaboração e aprovação do Plano Sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 (INCNB, 2001).

Outras orientações importantes são as relacionadas com:

⁹ **Opções Estratégicas da Estratégia para a Conservação da natureza e da Biodiversidade**

- 1) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
- 2) Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- 3) Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- 4) Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das ZPE integrados no processo da Rede Natura 2000;
- 5) Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- 6) Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- 7) Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- 8) Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
- 9) Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- 10) Intensificar a cooperação internacional.

- o desenvolvimento de estudos sobre os impactes das práticas tradicionais na conservação da natureza (opção 1), que suportarão a importância da actividade salineira desenvolvida de forma artesanal e a consequente preservação das salinas para a conservação da natureza, manutenção e promoção da biodiversidade;
- a integração da política de conservação da natureza na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais relevantes (opção 6), referindo como exemplo a política de turismo e em particular a potencialidade destas áreas para o desenvolvimento de ecoturismo *“forma sustentável de turismo, com potencial para contribuir para a conservação da diversidade biológica dentro e fora de áreas protegidas, assim como promover melhorias na qualidade de vida das comunidades locais e regionais”* (Albuquerque, H. 2004);
- a articulação entre os vários níveis (central, regional e local) na medida em que são os municípios os responsáveis pelas áreas integradas na Rede Natura 2000 (opção 7);
- a promoção de actividades de formação, de informação e sensibilização, inserção dos temas da conservação da natureza e biodiversidade e envolvimento das universidades, comunidade científica e outras entidades neste processo formativo formal e não formal (opção 8 e 9), como contributo junto de vários públicos para as gerações presentes e futuras;
- a intensificação da cooperação internacional nomeadamente na concretização de projectos apoiados financeiramente pelos programas Interreg (opção 10), que contribuem para a promoção de estratégias articuladas de desenvolvimento territorial sustentável, como se exemplificará posteriormente com projectos desenvolvidos e em curso.

A referida estratégia deveria ser revista em 2010, mas apesar da revisão estar em curso, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território irá aguardar as conclusões da Conferência sobre a Diversidade Biológica (CDB), que vai ocorrer em Outubro, no Japão, conferência que tem como missão orientar o mundo sobre as metas e os objectivos no domínio da biodiversidade, sendo pois previsível que a nova estratégia só esteja finalizada em 2011 (Rosa, 2010).

A ENCNB, como anteriormente mencionado, constitui o instrumento fundamental para a integração de políticas, sendo no entanto de referir outros instrumentos, de que se destacam os de ordenamento do território pela contribuição para uma gestão territorial equilibrada e os instrumentos de gestão dos fundos comunitários como meios para a concretização das acções programadas.

2.3.4. Os Instrumentos de Gestão territorial de âmbito nacional

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei nº 58/2007 de 4 de Setembro, estabelece as grandes opções com relevância para o território nacional, integra seis objectivos estratégicos¹⁰, define orientações estratégicas para as várias regiões e apresenta a visão estratégica e o modelo territorial que servirá de orientação à política de ordenamento do território até 2025. Este programa funciona como referência para os instrumentos de gestão do território mais restritos (Planos Sectoriais, Planos Especiais de Ordenamento do Território, Planos Regionais de Ordenamento do Território, Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território, Planos Municipais de Ordenamento do Território), que devem concretizar as orientações gerais nos seus âmbitos de intervenção. Articula-se com outros instrumentos políticos de carácter estratégico nomeadamente com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013.

Para o Centro Litoral, o PNPOT apresenta várias opções para o desenvolvimento do território, das quais destacamos:

- Compatibilizar o modelo de urbanização e industrialização difusas com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das actividades agro-pecuárias, dos sectores da pesca e da aquicultura e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos;
- Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano turística na zona costeira, de modo a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos;
- Valorizar os recursos hídricos e terminar os projectos de despoluição integrada das bacias do Vouga e da "Ria de Aveiro".

¹⁰ **Objectivos Estratégicos PNPOT**

- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos e o património energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos;
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

São também referidos objectivos específicos estabelecidos para cada objectivo estratégico, assim como medidas prioritárias. Iremos somente referir o objectivo que directamente intervém sobre a “Ria de Aveiro” - “Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima”, com as medidas¹¹, das quais destacamos:

- Executar o Plano Estratégico Nacional para a Pesca (PENP) e o correspondente Plano Operacional da Pesca (PROMAR), e elaborar e implementar planos específicos de ordenamento da actividade de aquicultura.

Os Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PS)

Os Planos Sectoriais são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território (ICNB, 2010).

Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PNSRN2000)

Em Portugal, as Directivas Aves e Habitats estão harmonizadas e transpostas para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, que define os procedimentos a adoptar em Portugal para a sua aplicação, determinando a elaboração de um plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 que estabelece o “*âmbito e enquadramento das medidas referentes à conservação das espécies da flora, da fauna e dos habitats naturais e tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas*”. (ICNB, 2010)

O supra-mencionado plano é um instrumento de concretização da política nacional de conservação da biodiversidade, tendo em vista a salvaguarda e valorização das Zonas de Protecção Especial (ZPE) e dos Sítios, do território continental, assim como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Este plano tem vários objectivos¹².

¹¹ **Medidas PNPOT**

- Elaborar e implementar a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, em articulação com o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Definir as bases legais de gestão do litoral, em articulação com os POOC e a legislação relativa à água e aos recursos hídricos, que assegurem a preservação, protecção e planeamento coerente desta área;
- Elaborar e implementar os POOC, incluindo a identificação e avaliação dos riscos e das condições físicas do território e a sua adequação às opções de planeamento e salvaguarda dos recursos constantes desses instrumentos de gestão territorial (IGT);
- Avaliar as situações de ocupação do domínio público marítimo desconformes com a legislação aplicável, repondo a respectiva legalidade, e definir um “espaço litoral tampão” de protecção da zona costeira progressivamente livre de construções fixas;
- Elaborar, regulamentar e implementar os Planos de Ordenamento dos Estuários (POE), articulados com os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e com os POOC;
- Executar o PENP e o correspondente PO Pesca, e elaborar e implementar planos específicos de ordenamento da actividade de aquicultura.

¹² **Principais objectivos do Plano Sectorial**

- Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;

O PSRN2000 é um instrumento de gestão territorial, de âmbito nacional, que vincula apenas entidades públicas, estabelecendo princípios e regras a definir em instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares.

A informação de base utilizada no âmbito deste plano foi organizada em fichas de caracterização ecológica e de gestão de valores naturais e em fichas de Sítios e ZPE. Abordaremos posteriormente na análise que será efectuada para a ZPE "Ria de Aveiro".

Todos os instrumentos de planeamento territorial (PMOT) e planos de natureza especial deverão integrar os condicionamentos expressos nas orientações de gestão preconizadas pelo PSRN2000, relativamente às actividades por eles regulamentadas. Também as orientações de gestão que constam do PSRN2000 deverão estar presentes noutros planos, adaptando-se às suas especificidades e à respectiva escala de elaboração, tendo como suporte a informação contida nas fichas dos valores naturais. Este processo de adaptação deverá igualmente ser validado pelo ICNB (PSRN2000, 2006).

“No território continental estão classificadas 39 ZPE e 60 Sítios de Importância Comunitária. Estas áreas classificadas abrangem uma superfície total terrestre de 1.979.519,40 hectares, representando cerca de 20,5% do território do Continente, a que acresce uma superfície marinha de 105.308,50 hectares” (<http://portal.icnb.pt>).

2.3.5. Os documentos estratégicos de âmbito nacional

Os Planos Estratégicos Nacionais

Os planos estratégicos são documentos orientadores para aplicação dos Fundos Europeus. Os países da União Europeia elaboram os planos em articulação com a Comissão Europeia e são posteriormente aprovados ao nível nacional. São documentos base para a negociação dos Planos Operacionais respectivos.

-
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efectuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam directamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);
 - Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos *habitats* naturais e semi-naturais e das espécies da flora e da fauna, presentes no Sítios e ZPE;
 - Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;
 - Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos *habitats* e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos *habitats* a proteger;
 - Fornecer orientações sobre a inserção (a efectuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;
 - Definir, para cada Sítio e ZPE, os projectos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais.

Plano estratégico Nacional para a Pesca (PENP) 2007-2013

No presente plano é feita uma explanação da forma como as verbas disponibilizadas pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP) serão utilizadas pelas autoridades nacionais para incrementar os sectores da pesca e da aquicultura e os tornar mais sustentáveis. Este plano foi desenvolvido com o objectivo de criar uma gestão mais eficaz e sustentada dos recursos e do meio marinho. Neste plano são definidos os objectivos e prioridades para o sector das pescas. Esta estratégia tem quatro prioridades¹³, das quais destacamos a seguinte:

- (...) *Promover a salicultura, reactivando as saliculturas tradicionais e incentivando a criação de um produto de qualidade, com maior valor comercial.*

O Plano Estratégico Nacional da Pesca (PENP) é concretizado através do Programa Operacional Pesca (PROMAR). Este Plano Operacional é organizado para garantir a execução dos objectivos estratégicos do PENP e os princípios orientadores do Fundo Europeu das Pescas (FEP).

Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT)

O presente é um documento orientador para a aplicação das verbas disponibilizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) pelas autoridades nacionais para o desenvolvimento do sector do turismo.

Este plano, aprovado em Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, pretende definir, para um horizonte de 10 anos, as acções de orientação para a actividade do turismo de forma sustentada.

A estratégia tem cinco eixos:

- Territórios, Destinos e Produtos;
- Marcas e Mercados;
- Qualificação de Recursos;
- Distribuição e comercialização;
- Inovação e Conhecimento.

¹³ - Promover a competitividade do sector pesqueiro num quadro de adequação aos recursos disponíveis, através da modernização das embarcações de pesca e de apoios específicos para a pequena pesca costeira, procurando ainda proporcionar melhores condições de comercialização. Neste âmbito, propõe-se, igualmente, promover a salicultura, reactivando as saliculturas tradicionais e incentivando a criação de um produto de qualidade, com maior valor comercial;

- Reforçar, inovar e diversificar a indústria aquícola, porquanto Portugal dispõe de factores favoráveis a esta actividade. Este documento propõe um Plano de Ordenamento da Actividade Aquícola e o incentivo a processos de certificação do produto;

- Criar mais valor e diversificar a indústria transformadora, pretendendo alcançar um aumento da exportação e extensão a novos mercados, dando prioridade às unidades produtivas de aquicultura e apostando numa política de qualidade e de inovação de processos e produtos;

- Assegurar o desenvolvimento das zonas costeiras dependentes da pesca, porquanto o Plano define uma estratégia de desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, incentivando a criação ou modernização de pequenas infra-estruturas que promovam o turismo, a protecção do ambiente e o património histórico e natural.

Esta estratégia será concretizada através da implementação de onze projectos sendo referido para a Região Centro o desenvolvimento preferencial dos produtos:

- Touring cultural e paisagístico;
- Turismo de Natureza;
- Saúde e bem-estar;
- Gastronomia e vinhos.

Destacamos no produto “Turismo de Natureza” as potencialidades de desenvolvimento do ecoturismo na Ria de Aveiro.

Os Quadros de Referência Estratégicos

As prioridades globais para os Fundos Estruturais são definidas pelos Estados-Membros ao nível da União Europeia nas Orientações Estratégicas Comunitárias (OEC), com três prioridades¹⁴. Dentro deste quadro, cada Estado-Membro deverá apresentar o seu próprio Quadro de Referência Estratégico Nacional que estabelece as prioridades para o Estado assegurar as ligações com as suas próprias políticas nacionais. Os Programas Operacionais para cada região do Estado-Membro reflectem as necessidades das regiões:

- Nível da UE: Orientações Estratégicas Comunitárias
- Nível Nacional: Quadro de Referência Estratégico Nacional para cada Estado-Membro
- Nível Regional: Programa Operacional para cada região.

Esta nova abordagem, mais estratégica, da Política de Coesão, tem como objectivo dinamizar e integrar estratégias de crescimento aos níveis europeu, regional e local, tendo em conta a dimensão territorial e as especificidades das regiões, com base numa decisão do Conselho Europeu, de 6 de Outubro de 2006, relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão (2006/702/CE)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é um documento estratégico para o período de 2007-2013, que enquadra em Portugal, a concretização das políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através da aplicação dos Fundos Estruturais e de Coesão associados à Política de Coesão de União Europeia, aprovado pelo Conselho de Ministros com a resolução 86/2007 e assinado pelo Governo Português e pela Comissão Europeia a 2 de Julho de 2007.

¹⁴ **Prioridades das Orientações Estratégicas Comunitárias (OEC)**

- Melhorar a atractividade dos Estados-Membros, regiões e cidades, melhorando a acessibilidade, garantindo a qualidade e nível adequados dos serviços e preservando o seu potencial ambiental;
- Incentivar a inovação empresarial ao crescimento da economia do conhecimento, capacidades de investigação e inovação, incluindo novas informações e tecnologias de comunicação;
- Criar mais e melhores empregos, atraindo mais pessoas para o emprego a actividade empresarial, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando os investimentos em capital humano.

Este quadro tem um investimento total de 21,9 milhões de euros e reflecte as orientações das Agendas de Lisboa e de Gotemburgo (www.qren.pt).

A avaliação do anterior Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) constituiu um elemento relevante nas lições apreendidas para elaboração do QREN¹⁵.

O QREN introduz assim modificações importantes face aos modelos anteriores, nomeadamente com o objectivo de assegurar melhores condições para atingir os objectivos fixados.

As prioridades definidas no QREN incidem sobre as áreas como, a qualificação de recursos humanos, a ciência, a tecnologia e inovação e a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial. A sua articulação com os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente com o PNPOT, viabiliza a concretização das orientações estratégicas enumeradas neste documento. Apresenta alguns princípios orientadores¹⁶, respondendo desta forma a constrangimentos que o país enfrenta, de forma a promover a articulação entre as políticas públicas focadas no desenvolvimento económico, social e territorial. Esta articulação entre as políticas contribui para diminuir, nas acções públicas, a fragmentação ou falta de enquadramento estratégico.

A promoção de interações entre o QREN e outros importantes instrumentos de concepção, de programação ou de financiamento de políticas públicas¹⁷, a concretizar no mesmo período, promove uma linha de actuação estratégica e integrada.

¹⁵ São seis as considerações de natureza transversal relevantes:

1. Insuficiente concentração das opções de financiamento nos domínios-chave correspondentes aos grandes problemas de desenvolvimento do país;
2. Insuficiente alinhamento estratégico dos instrumentos operacionais e dos projectos apoiados;
3. Dificuldade em fazer emergir o potencial inovador dos agentes (públicos e privados) dirigido à superação dos défices de eficiência colectiva;
4. Insuficiente atenção ao reforço da capacidade institucional da Administração Pública, necessária ao desempenho das funções complexas de gestão estratégica;
5. Insuficiente enfoque na qualidade e na eficiência e sustentabilidade das operações co-financiadas;
6. Subavaliação do factor tempo necessário à produção de efeitos de carácter sistémico.

¹⁶ Princípios orientadores do QREN (anexo 3)

¹⁷ Instrumentos de Concepção, de Programação ou de Financiamento das Políticas Públicas (2007-2013)

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
- Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (Estratégia de Lisboa)
- Plano Nacional de Emprego (PNE)
- Iniciativa Novas Oportunidades
- Programa de Reorganização da Administração Central do Estado (PRACE)
- Plano de Acção para a Inclusão
- Plano Nacional para a Igualdade (PNI)
- Plano Nacional para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
- Plano Tecnológico
- Programa Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX)

As alterações relativamente aos quadros de apoio anteriores decorrem dos princípios orientadores estipulados, nomeadamente relativamente ao número reduzido de programas operacionais e à selectividade e focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento.

Ao nível operacional o QREN tem como princípios chave:

- Concentração do apoio em actividades que produzam resultados e efeitos económicos, socioculturais e de qualificação territorial;
- Selectividade nos investimentos e acções de desenvolvimento a financiar, com vista a satisfação de metas de eficiência na produção de resultados completada com a satisfação de objectivos de eficácia na realização física e financeira;
- Viabilidade económica e sustentabilidade financeira das actuações;
- Fomento de parcerias público-privadas;
- Estímulo da cooperação e funcionamento em rede.

Este quadro estratégico assume as orientações e princípios preconizados através do estabelecimento de Agendas Operacionais Temáticas:

- Agenda Operacional para o Potencial Humano, Agenda Operacional para os Factores de Competitividade, Agenda Operacional para a Valorização do Território

A Agenda Operacional para o Potencial Humano assume quatro objectivos:

1. Nível secundário como mínimo de qualificação;
2. Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública;
3. Estimular a criação e a qualidade do emprego, com destaque para a promoção do empreendedorismo;
4. Promover a igualdade de oportunidades, com relevância para o desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a promoção da inserção social de pessoas vulneráveis a trajectórias de exclusão social.

Estes objectivos concretizam-se em sete vertentes de intervenção¹⁸, referindo-se a da *Cidadania da Inclusão e Desenvolvimento Social*, de particular relevo para a temática abordada nesta dissertação

-
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
 - Programa de Desenvolvimento Rural

¹⁸ **Vertentes de intervenção da Agenda Potencial Humano**

1. Qualificação inicial;
2. Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida;
3. Gestão e aperfeiçoamento profissional;
4. Formação avançada para a competitividade;
5. Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa;

e que retomaremos posteriormente, no capítulo V, com as linhas de orientação para o Salgado de Aveiro.

A Agenda Operacional para os Factores de Competitividade da Economia tem como prioridades:

1. Estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico;
2. Incentivar a modernização e internacionalização empresariais;
3. Promover a atractividade do investimento directo estrangeiro qualificante;
4. Apoiar a promoção da sociedade de informação e do conhecimento e a redução dos custos públicos de contexto;
5. Promover a eficiência e a qualidade das instituições públicas.

Estas prioridades são concretizadas em grandes vertentes de intervenção¹⁹, relevando-se os Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, nomeadamente os objectivos específicos de intervenção que valorizam a promoção e o desenvolvimento de intervenções indutoras de orientações de eficiência colectiva e de economias de aglomeração. Nesta vertente são definidas duas tipologias de prioridades no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas, sendo que destacamos:

A concretização de estratégias de desenvolvimento ou de requalificação sustentadas em lógicas de eficiência colectiva (...), do desenvolvimento de outras lógicas sectoriais ou de actividades relacionadas e organizadas em clusters (...).

A Agenda Operacional para a Valorização Territorial centra-se em quatro vectores principais de intervenção das políticas públicas:

- Reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade;
- Protecção e valorização do ambiente;
- Política de cidades;
- Redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

6. Cidadania, inclusão e desenvolvimento social;

7. Promoção da igualdade de género.

¹⁹ **Vertentes de Intervenção da Agenda Operacional para os Factores de Competitividade da Economia**

1. Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;
2. Incentivos à inovação e Renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização;
3. Instrumentos de engenharia financeira para o financiamento e partilha do risco na inovação;
4. Acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
5. Estímulos ao desenvolvimento da sociedade de informação;
6. Promoção de acções integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos;
7. Acções inovadoras.

A intervenção é concretizada em objectivos fundamentais²⁰, dos quais destacamos o *aumento dos níveis de salvaguarda e valorização dos recursos naturais*.

A riqueza significativa em património natural de Portugal encontra expressão nas áreas do seu território que merecem estatuto especial de protecção. A salvaguarda e valorização do património natural e dos recursos naturais constituirão uma área de intervenção privilegiada – a concretizar de forma articulada com o Programa de Desenvolvimento Rural co-financiado pelo FEADER -, destacando-se neste contexto as intervenções dirigidas à gestão e utilização sustentável de recursos naturais, à gestão de espécies e habitats, bem como à promoção da eco-eficiência e à valorização do litoral (Quadro de Referência Estratégico 2007-2013, 2007, pág. 122).

Os objectivos desta Agenda têm ainda como prioridade um conjunto de intervenções dirigido à execução da Política das Cidades. Esta ligação é feita através das orientações definidas no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e nos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

Estas Agendas são operacionalizadas em Programas Operacionais Temáticos: a) Factores de Competitividade, Potencial Humano, e Valorização do Território; b) Regionais; c) das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; d) de Assistência Técnica; e) de Cooperação Territorial.

Para o território em análise destacamos o Programa Operacional Temático Valorização do Território, que concretiza os objectivos estratégicos do programa em articulação com os Programas Operacionais Regionais, realizando os objectivos da referida Agenda Temática.

2.4. A Dimensão Regional

2.4.1. Introdução

A Região Centro tem um património natural de reconhecida qualidade paisagística e ambiental e um conjunto relevante de áreas naturais classificadas, de que se destacam:

- as dunas de S. Jacinto e a ZPE (zona de protecção especial para as aves selvagens) da Ria de Aveiro,
- a reserva ecológica nacional do Estuário do Mondego

²⁰ Objectivos da Agenda Operacional para a Valorização do Território:

- Superação dos défices de conectividade internacional e de mobilidade e acessibilidade nacionais, consolidação das redes, infra-estruturas e equipamentos relevantes para a articulação, valorização das actividades económicas e coesão do território;
- Elevação das dotações em redes e infra-estruturas no domínio ambiental;
- Aumento dos níveis de salvaguarda e valorização dos recursos naturais;
- Reforço da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos.

- a Ilha da Murraceira (Sítio RAMSAR), a reserva natural das Berlengas e o sítio Peniche/Santa Cruz,

Ao ser um território muito diversificado ao nível dos recursos naturais, da estrutura económica e da distribuição da população, confronta-se com desafios específicos nas áreas da competitividade e coesão territoriais, do ordenamento do território e do ambiente.

2.4.2. Os Instrumentos de Gestão territorial de âmbito regional

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são instrumentos que se articulam entre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os diferentes instrumentos da política sectorial e os instrumentos de planeamento municipal. São de natureza estratégia e traduzem as grandes opções para o território. São de âmbito regional e constituem um quadro de referência estratégica para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento. São também documentos orientadores na actual revisão dos Planos Directores Municipais (PDM).

Plano Regional de Ordenamento para a Região Centro (PROT-C)

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento para a Região Centro (PROT-C) foi definida na Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2006, de 23 de Março (PROT, 2009).

Este plano visa principalmente: definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da área; definir o modelo de organização do território regional; identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade; definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação de solo; e definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal, salvaguardando e valorizando a paisagem, as áreas protegidas ou classificadas e outras áreas ecológicas relevantes (PROT, 2009).

O PROT Centro agrega estratégias e programas nacionais dos quais destacamos com medidas com repercussões nas áreas com salinas e na actividade da salicultura: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB); Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000) e Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Analisa ainda os planos sectoriais e os planos especiais em vigor, com incidência territorial na região.

Relativamente às orientações preconizadas no Modelo de Desenvolvimento Territorial proposto para o espaço Ria de Aveiro, destacamos “Valorizar as actividades sócio-económicas de base tradicional, de forma a: apoiar a criação de parcerias público-privadas no fomento das pescas, aquicultura e salicultura”.

O Programa Operacional do Centro 2007-2013 (Mais Centro) assume-se como fonte de financiamento para algumas das opções consignadas no PROT-C (PROT-C, 2009).

A proposta de PROT-C encontra-se em fase de consultas.

As Orientações de gestão do Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000) para a ZPE Ria de Aveiro

A Ria de Aveiro está classificada como Zona de Protecção Especial ao abrigo da Directiva Aves, ao qual foi atribuído o código de sítio PTZPE0004.

Na análise dos factores de ameaça para esta área é referido o abandono da actividade salícola e a transformação de salinas em aquiculturas.

Nas orientações de gestão deste documento é referenciado a necessidade de “...*manutenção e restauração da área húmida e do seu mosaico de habitats, promovendo a coexistência de alimentação (vasas e salinas), habitats de nidificação e repouso (sapais) e corredores de migração (galerias ripícolas e bosquetes) e assegurar a sua qualidade ambiental a prazo.*” É referenciada também a importância de compatibilizar as actividades existentes com a conservação da natureza através da promoção de boas práticas ambientais, sendo reafirmada a necessidade de manter e recuperar as salinas na compatibilização com as espécies *Calidris alpina* (Pilrito) (fig. 7); *Charadrius alexandrinus* (Borrelho-de-coleira-interrompida) (fig. 8); *Charadrius hiaticula* (Borrelho-grande-de-coleira); *Recurvirostra avosetta* (Alfaiate); *Sterna albifrons* (Andorinha-do-mar-anã) e *Himantopus himantopus* (Perna-longa) (fig. 9).



Fig 7 Pilrito



Fig 8 Borrelho-de-
Coleira-interrompida



Fig 9 Perna-longa

2.4.3. Instrumentos de Gestão territorial de Âmbito Intermunicipal

Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro - UNIR@RIA

Os municípios que integravam a AMRIA (Associação de Municípios da Ria de Aveiro)²¹, tiveram a iniciativa de elaborar este plano estratégico com o objectivo de “estabelecer orientações integradas para o território envolvente ao sistema territorial da Ria de Aveiro e seu prolongamento natural através da bacia hidrográfica do Vouga até à Pateira de Fermentelos e ao rio Cértima”,

²¹ Actualmente CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro)

tendo em conta a situação de urgente necessidade de intervenção no sentido de reabilitação e preservação da Ria de Aveiro. Este plano foi aprovado por deliberação da Assembleia Intermunicipal de Municípios da Ria, a 28 de Abril de 2008, nos termos da alínea c) do nº4 do artigo 148º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro (Aviso nº19 308/08DR, 2ª série, nº 127, 3 de Julho de 2008).

A área abrangida para a intervenção corresponde à Ria de Aveiro e áreas de contacto lagunar das freguesias limítrofes, abrangendo parcialmente 10 concelhos (apenas o concelho de Sever do Vouga não integra o plano).

Este instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica visa a articulação entre áreas territoriais que pela sua interdependência, necessitam de uma coordenação integrada.

Na elaboração deste plano foram identificados e analisados “os planos, programas e projectos com incidências na área de estudo, assegurando, as necessárias compatibilizações”.

Foi também objectivo do plano UNIR@RIA a articulação das estratégias dos municípios envolvidos.

No presente plano foi definido o objectivo global “Qualificação e desenvolvimento sustentável da Ria de Aveiro e território envolvente”, com 3 (três) eixos estratégicos:

- A Ria enquanto espaço natural privilegiado: um ambiente e uma paisagem a preservar;
- A Ria enquanto espaço sócio-económico dinâmico: um conjunto de actividades a compatibilizar;
- A Ria enquanto espaço integral coeso: um território a gerir como um todo.

Estes eixos estratégicos foram preconizados em objectivos estratégicos e foram identificados 159 (cento e cinquenta e nove) projectos (âmbito municipal e supra-municipal). A responsabilidade de execução dos referidos projectos é das autarquias e/ou Associação de Municípios. Alguns projectos, em virtude do seu âmbito territorial e/ou interesse nacional são da responsabilidade da Administração Central (Plano UNIR@RIA, 2008). Alguns dos projectos propostos foram integrados no programa Polis "Ria de Aveiro" e outros não estão de momento enquadrados (quadro 5).

Quadro 5 – Projectos propostos no Plano Intermunicipal UNIR@RIA com efeitos no Salgado de Aveiro

Identificação do projecto	Acções propostas	Estado actual	Valores	Fontes de financiamento	Entidades envolvidas ou a envolver
Requalificação da área da antiga lota	Museu da Ria	Suspenso	1.600.000,00	POC e POT'S	C.M. Aveiro, CIRA APA, ICNB, Privados
Parque temático	Exploração da vertente pedagógica e de lazer - temática ambiental do mar e da Ria de Aveiro	Suspenso	12.500.000,00	POC e POT'S	C.M. Aveiro, CIRA APA, ICNB, Privados
Construção da doca de abrigo na zona nascente do terminal sul	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento do Ecomuseu do Sal; - Preservação das restantes marinhas de sal na zona e associação destas com o Ecomuseu; - Criação de uma marinha –viveiro-museu visitável, associada a um pequeno Jardim Botânico do sapal; - Preservação das marinhas de exploração extensiva de pescado existentes e sua associação à marinha –viveiro-museu e ao Ecomuseu do Sal; - Criação de uma zona de atracagem de moliceiros destinados a passeios turísticos na Ria; - Criação de uma marinha de pesca desportiva/recreativa. 	Suspenso	16.000.000,00	POC e POT'S	C.M. Aveiro, CIRA APA, ICNB, Estaleiros Privados
Requalificação/Reconversão Ambiental delimitada pelo Canal das Pirâmides e TIRTIF – zona nascente	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento do Ecomuseu Marinha da Troncalhada; - Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental; 	Em execução	2.200.000,00 519.600,00	POC e POT'S POA	C.M. Aveiro, CIRA, APA, ICNB
Plano de Revitalização do Salgado Aveirense – Grupo Norte e Sul	<p>Estudo de recuperação e requalificação ambiental com o seguinte programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação das margens (motas e marinhas); - Enquadramento e articulação com os planos e projectos em elaboração nas áreas envolventes que integram ou confrontam com o elemento comum e estruturante que é a água, nomeadamente com os projectos do POLIS, do Esteiro de S. Pedro e via Panorâmica Aveiro-Ílhavo; - Definição de circuitos de percursos pedonais e cicláveis; - Localização de espaços de apoio às actividades náuticas, recreativas e culturais. <p>Projectos integrados:</p> <p>Plano de revitalização do Salgado Aveirense – 6.300.000,00</p> <p>Estudo e ordenamento do Salgado Sul – 2.500.000,00</p>	Integração no Polis Ria de Aveiro	8.700.000,00	POC e POT'S	C.M Aveiro, C.M. Ílhavo, CIRA, ICNB
Plano de Pormenor para a recuperação da área do Salgado Sul	Requalificação da zona de modo a que sem perder as suas características de Salgado, permita “voltar” a Zona urbana para a Ria e a vivência deste espaço por parte da população, quer em termos de actividade de recreio e lazer quer desportivas.			POC e POT'S	C.M Aveiro, C.M. Ílhavo, CIRA, ICNB CCDR-C, APA

Fonte: Adaptado de Plano UNIR@RIA, 2008

2.4.4. Os documentos estratégicos de âmbito regional

Quadros Estratégicos de Referência – Região Centro

O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) reporta-se ao nível regional através do Plano Operacional para a Região Centro – Mais Centro. Para a elaboração deste plano, foi feito um diagnóstico à região de forma a avaliar os seus problemas e fazer uma análise prospectiva. Apesar da elaboração do plano ter sido da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDR-C), existiu uma ampla discussão com os agentes representativos da Região²², sendo o documento final representativo dos vários contributos dados e do consenso regional.

A Região Centro intervém também nos programas temáticos do QREN, assim como nos programas de cooperação territorial, sendo esta participação nestes vários instrumentos fundamental na estratégia para a região.

O Plano Operacional para a Região Centro definiu as seguintes prioridades:

- Formação de recursos humanos;
- Reforço da inovação e da competitividade;
- Valorização do território;
- Cooperação territorial.

Este plano apresenta cinco eixos prioritários fundamentais e um sexto dedicado à Assistência Técnica:

1. Competitividade, Inovação e Conhecimento
2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos
3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
4. Protecção e Valorização Ambiental
5. Governação e Capacitação Institucional
6. Assistência Técnica.

Relativamente à Protecção e Valorização Ambiental (eixo 4), é de destacar a importância atribuída à gestão activa da Rede Natura 2000 e da biodiversidade com diversas acções, das quais evidenciamos as relacionadas com a dinamização ambiental e a criação de condições de visitação e circulação nestas áreas, a criação de trilhos para apoio a actividades de turismo de natureza, os centros de interpretação ambiental, a certificação de destinos naturais, a monitorização e promoção dos valores que integram a biodiversidade regional, a integração em

²² autarcas da Região representando os 100 municípios que a compõem para efeitos de aplicação do QREN, os agentes económicos através das suas associações representativas (incluindo os agentes do sector do turismo), representantes das universidades, dos institutos politécnicos, dos centros tecnológicos e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico

redes internacionais de conservação da natureza e biodiversidade e os instrumentos de gestão de áreas naturais sensíveis para aplicação das orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Os Programas Polis Litoral

À semelhança dos Programas Polis para as cidades com a Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Março de 2008 surge o programa “Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização do Litoral” com o objectivo de intervir através da requalificação de zonas degradadas e áreas de risco em frentes lagunares e estuarinos. Como áreas prioritárias foram consideradas: Ria Formosa, Ria de Aveiro, Litoral Norte e mais recentemente Costa Vicentina.

O Programa Polis Litoral Ria de Aveiro

No âmbito do Programa Polis Litoral foi criada a sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A., com o Decreto-Lei de 13 de Novembro de 2008. Esta sociedade de capitais exclusivamente públicos *“tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento previsto para a frente costeira e a frente de ria dos municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos”*. É participada em 56% pelo estado português e 44% pela CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga). Este modelo concretiza o primeiro exemplo de uma associação formal entre o Estado e uma Comunidade Intermunicipal, para a realização de uma operação de requalificação e valorização da orla costeira, estando previsto um investimento de 97 M€ (noventa e sete milhões de euros).

Para prossecução dos objectivos propostos, definiu-se a necessidade de elaborar um plano estratégico, através da criação de um grupo de trabalho. Este plano deverá ser orientador para a entidade responsável pela sua implementação e consensual aos diferentes agentes relevantes. Este plano esteve em consulta pública até ao final de Abril de 2010.

Na elaboração do referido plano foram analisados o enquadramento jurídico e administrativo, assim como projectos e planos já existentes para este território, nomeadamente o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (UNIR@RIA).

A estratégia de intervenção está organizada em quatro eixos estratégicos que integram diferentes tipologias de projectos e acções, com a finalidade de cumprir três grandes objectivos:

- Ria ambientalmente preservada²³;
- Ria economicamente dinâmica²⁴;

²³ Eixo 1. Protecção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos — agrega projectos que visam a consolidação do cordão dunar e o reforço das margens lagunares, pela recuperação de diques e motas, garantindo assim a preservação do sistema dunar e lagunar, a minimização de situações de risco de pessoas e bens e a requalificação e renaturalização de áreas degradadas fundamentais para o equilíbrio biofísico da Ria de Aveiro;

Eixo 2. Protecção e valorização do património natural e paisagístico — agrega as intervenções de requalificação e valorização de áreas naturais em Rede Natura pela melhoria das condições de base que permitam aliar a preservação do património natural à vivência da Ria.

- Ria de múltiplas vivências²⁵;

Foram definidos projectos e acções considerados estruturantes (alguns constantes do POOC Ovar – Marinha Grande e do Plano UNIR@RIA).

Iremos apenas referir os projectos que poderão ter impactes na recuperação e manutenção das salinas e na actividade salícola (quadro 6):

- Reforço das margens/recuperação de diques e motas com vista à prevenção de riscos: é uma intervenção que responde a um estado de degradação das margens da Ria e dos diques e motas (muros) que protegem a área do Salgado. Esta degradação é consequência de diversos factores como o abandono das actividades tradicionais (salicultura, apanha de moliço, agricultura e pesca), de intervenções no canal da Barra, da força das marés, do aumento da velocidade de circulação, entre outras;
- Estudo das actividades económicas e suas dinâmicas: O estudo visa, numa primeira fase, obter um conhecimento aprofundado das actividades económicas presentes na Ria de Aveiro e, numa segunda fase, promover condições para que as mesmas possam continuar a ser desenvolvidas com novas práticas (ambientais e de rentabilidade), com articulação a actividades de turismo e em interacção com outras actividades. Desta forma serão criadas novas oportunidades para as pequenas empresas familiares existentes e possibilita a captação de novos investidores. Estas medidas são importantes dado que a população que desenvolve as actividades primárias (pesca, salicultura, aquicultura e agricultura) é de idade avançada e de baixa escolaridade.
- Informação e promoção territorial: tem como grande objectivo comunicar o espaço Ria de Aveiro como um espaço único e diferenciado. Agrega dois projectos:
 - Plano de marketing territorial e posteriores acções de comunicação (elaboração de brochuras e criação de sinalética);
 - Criação de elementos de referência com a criação de três principais “Portas” (Ria, Mar e Urbe). As propostas para a localização das “Portas” serão: a “Porta da Ria”, na Murtosa (associada ao Ecomuseu da Ria de Aveiro); a “Porta Mar” na Praia da Barra e a “Porta Urbe” na Cidade de Aveiro. As restantes “Portas” terão um “Landmark” que estará à partida associado a estruturas de visita já existentes ou previstas.

²⁴ Eixo 3. Valorização dos recursos como factor de competitividade económica e social— agrega um conjunto de projectos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria, garantindo uma posição de destaque da Ria de Aveiro no contexto da região em que se insere.

²⁵ Eixo 4. Promoção e dinamização da vivência da Ria — agrega os projectos e acções de desassoreamento de canais e seu balizamento de forma a promover a mobilidade e navegabilidade da Ria de Aveiro, a requalificação das frentes lagunares e as acções de informação e promoção territorial de acordo com uma estratégia una que permita, simultaneamente: organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, vivem e visitam a Ria de Aveiro.

Esta intervenção permitirá criar no território Ria de Aveiro elementos distintivos e promover a sua visitação.

- Estudos que contribuirão para a manutenção e caracterização do salgado: estudos da evolução e dinâmica costeira e estuarina com a finalidade de identificar zonas de erosão e/ou cheias e propor medidas de minimização de riscos; estudos da caracterização da qualidade ecológica da Ria com a finalidade de avaliar a importância dos vários biótipos e a sua relação com a avifauna. Este estudo deverá contribuir para uma compatibilização e ordenamento das actividades e estar de acordo com os objectivos de conservação da Zona de protecção Especial (ZPE);
- Levantamento de ocupações em domínio público hídrico ao longo das margens da ria: previamente será feita a delimitação do domínio público hídrico e posteriormente o levantamento da situação cadastral e definição de procedimentos para a regularização das situações legais/ilegais;
- Promoção da mobilidade e ordenamento da circulação na ria, com dois projectos:
 - Estudo de mobilidade e navegabilidade na laguna com a finalidade de assegurar a manutenção do ecossistema e a eficiente circulação das pessoas que trabalham neste território e das que o visitam.
 - Balizamento dos canais navegáveis com elementos de sinalização.

De acordo com Teresa Fidélis, presidente do Conselho de Administração da Sociedade Polis "Ria de Aveiro", actualmente estão em elaboração os estudos necessários para a realização dos projectos e posteriormente será efectuada a intervenção física (Fidélis, 2010).

Quadro 6 - Resumo dos Projectos integrantes no plano de intervenção Polis Ria de Aveiro

Identificação do projecto	Objectivo	Actividade a desenvolver	Observações
Reforço das margens / recuperação de diques e motas	Proteger zonas em risco de cheia e/ou erosão para a biodiversidade e as actividades tradicionais.	Recuperação de diques e motas na zona do Salgado.	Ações articuladas pela Administração do Porto de Aveiro, Associação de produtores e marnotos da Ria de Aveiro e Municípios.
Estudo das actividades económicas e suas dinâmicas	Conhecer as actividades económicas presentes e promover novas práticas e interações com outras actividades.	Estudo com vários dados: - Definição capacidade de carga em algumas zonas da Ria para cada tipo de actividade; ordenamento das actividades económicas (salicultura, aquicultura, agricultura, pesca e turismo); - Análise das potencialidades de reconversão e modernização de algumas actividades económicas (p. ex. a salicultura em aquicultura e a agricultura convencional em agricultura biológica) e da formação de activos para boas práticas ambientais.	Termos de referência do estudo deverão ser articulados com a ARH-C. Este estudo poderá ser um elemento de suporte à elaboração do Plano de Estuário.
Informação e promoção territorial - plano de marketing territorial	Promover e divulgar o território (valores naturais, patrimoniais e socioeconómicos presentes na Ria).	- Desenvolvimento de um plano de comunicação e divulgação com a elaboração de diversos materiais e sinalética; - Adequação das actividades de turismo à sensibilidade ambiental da área e compatibilização com as restantes actividades.	
Informação e promoção territorial - Portas da Ria	Promover e divulgar o território (valores naturais, patrimoniais e socioeconómicos presentes na Ria).	- Criação das "Portas da Ria" - Constituição de uma rede de percursos como elo de ligação entre as diferentes "Portas da Ria" (pedonais e/ ou cicláveis) - Criação de estruturas de apoio (bares/restaurantes e instalações sanitárias); - Criação de estruturas de apoio à observação de aves (abrigos e torres de observação).	Integração de alguns equipamentos culturais ou de divulgação já existentes, previstos ou a realizar no âmbito de outras acções (Pateira de Fermentelos, dunas de S. Jacinto, Sever do Vouga).
Estudos de caracterização da qualidade ecológica da Ria de Aveiro	- Avaliar a importância dos diferentes biótipos e a sua relação com a avifauna utilizadora; - Proporcionar dados objectivos para um ordenamento das actividades.	Estudos e planos	Termos de referência para este estudo deverão ser articulados com o ICNB-RNDSJ. Este estudo poderá ser um elemento de suporte à elaboração do Plano de Estuário.
Levantamento de ocupações em domínio público hídrico ao longo das margens da ria	Preservar o património natural e paisagístico com levantamento da situação cadastral e posterior correcção de situações ilegais.	Estudos e planos	Termos de referência para este estudo deverão ser articulados com o INAG.
Estudos da evolução e dinâmica costeira e estuarina	- Identificar zonas sujeitas a risco de erosão e/ou cheias - Encontrar soluções técnicas para minimizar riscos de erosão	Estudos e planos	Termos de referência para este estudo deverão ser articulados com o INAG. Este estudo poderá ser um elemento de suporte à elaboração do Plano de Estuário..
Promoção da mobilidade e ordenamento da circulação na ria / Estudo da mobilidade e navegabilidade na laguna	Definição de quadro de mobilidade	Estudos e planos	Termos de referência para este estudo deverão ser articulados com a ARH-C. Este estudo poderá ser um elemento de suporte à elaboração do Plano de Estuário.

Fonte: Adaptado de plano estratégico POLIS Ria de Aveiro, 2010

As Estratégias de Desenvolvimento local

Foi concedido um apoio de vinte e dois milhões de euros pelo actual Governo para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias do País, através da implementação de estratégias de desenvolvimento local, promovidas por Grupos de Acção Costeira (GAC). São sete grupos constituídos com parcerias entre entidades locais, públicas ou privadas, nomeadamente municípios, associações do sector da pesca e outras organizações de desenvolvimento local, bem como empresas do sector. Na Portaria n.º 828-A/2008 de 08 de Agosto de 2008, ANEXO II - Regulamento do concurso para a selecção de grupos de acção costeira e aprovação das estratégias de desenvolvimento sustentável das respectivas zonas costeiras no âmbito do eixo n.º 4 do programa PROMAR está definido que *“De acordo com o estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1198/2006, do Conselho, de 27 de Julho, os grupos são responsáveis pela elaboração e execução de estratégias de desenvolvimento sustentável das zonas costeiras mais dependentes da pesca, doravante designadas por estratégias, acordadas com a autoridade de gestão”* (DR n.º 153 Série I de 08/08/2008, suplemento 1).

Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro

O referido Grupo está em fase final de estruturação, estando previsto iniciar a sua actividade em Setembro de 2010. Tem diversas funções atribuídas²⁶ e 14 parceiros locais²⁷. Este grupo *“visa apoiar as comunidades piscatórias locais na melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento económico nas zonas costeiras e a dinamização e monitorização, ao nível local, de todos os processos de candidatura ao Eixo 4 do Programa Operacional de Pescas (PROMAR)”* (Esteves, 2010).

No Seminário *“Turismo de pesca e mar – valorização económica das comunidades piscatórias”*, realizado em 2 de Dezembro de 2009, o Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), apresentou as propostas de linhas de acção às quais as entidades e privados se podem candidatar. *Iremos abordar exclusivamente as que estão relacionadas de forma directa ou indirecta com o tema de estudo (quadro 7):*

²⁶ **Parceiros Locais do Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro**

- CIRA; Universidade de Aveiro; Formar – Centro de Formação Profissional de Pescas e do Mar; APARA – Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro; ADAPI – Associação de Armadores de Pesca Industrial; AIB – Associação dos Industriais do Bacalhau; MATERAQUA – Criação e comercialização de Peixes, Lda; David Casqueira Ramos (empresário em nome individual); APA – Administração do Porto de Aveiro; DOCAPESCA – Delegação de Aveiro; APMRA Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro; Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL; DDPB – Depuradora Portuguesa de Bivalves, S.A. e a COMUR – Fábrica de Conservas da Murtosa, Lda.

²⁷ **Funções delegadas do Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro:**

- recepção, apreciação e análise das condições de acesso das candidaturas;
- avaliação técnica, económica e financeira das candidaturas;
- avaliação estratégica do contributo do projecto para a competitividade e desenvolvimento sustentável do sector;
- verificação das despesas elegíveis;
- análise dos pedidos de pagamento;
- acompanhamento e verificação da execução financeira e material;
- assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PROMAR.

Quadro 7 - Propostas de linhas de acção do Grupo de Acção Costeira Ria de Aveiro

Área temática de intervenção	Acção a desenvolver
Dinamização da actividade comercial pela valorização dos produtos, estruturação dos circuitos de venda, especialização da restauração e valorização dos mercados tradicionais.	- Valorização dos mercados tradicionais; - Criação da marca de produtos "Ria de Aveiro".
Promoção social das comunidades piscatórias	Programa de actividades complementares (pesca+sal e pesca+ecoturismo)
Defesa do meio ambiente e do património natural	-Campanha de informação sobre os valores naturais da "Ria de Aveiro"; -Realização de estudos sobre a sustentabilidade biológica do ecossistema.
Promoção da diferenciação cultural e valorização do património arquitectónico	- Qualificação e valorização do sal e do salgado aveirense; -Plano de promoção dos elementos culturais diferenciadores.
Promoção da actividade turística e de investimentos de marketing global	- Realização de campanha promocional do pólo de marca turística "Ria de Aveiro " (ERT Centro de Portugal); - Promoção do ecoturismo / turismo-natureza e pesca-turismo.

Fonte: Baseado em Esteves, 2009

2.5. Instrumentos de gestão territorial, estratégias e dinamização da salicultura tradicional

Os locais de produção de sal marinho pelo método artesanal estão implantados em zonas húmidas de reconhecido valor. Como já referido, as zonas húmidas são escassas à escala global e têm funções de extrema importância para o equilíbrio do ecossistema. Estes ecossistemas desempenham também um importante papel na mitigação dos efeitos e na adaptação às Alterações Climáticas (www.ambienteonline.pt). Em Portugal estão identificadas cerca de 50 zonas húmidas mas só 28 preenchem os requisitos para integrarem a lista da Convenção RAMSAR. Estas zonas representam aproximadamente 86.581 hectares de superfície. As áreas de salinas que integram a lista de sítios de importância para a conservação das zonas húmidas (Ramsar) são: a Ria Formosa; a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim; o Estuário do Sado; o Estuário do Tejo e mais recentemente o Estuário do Mondego. A Ria de Aveiro, apesar da sua dimensão e importância, ainda não está inscrita na lista de RAMSAR.

Podemos concluir que há uma notória articulação entre os vários instrumentos territoriais e estratégicos. A preservação das zonas húmidas, em particular das salinas e da actividade de produção artesanal, é amplamente referenciada nos diversos documentos.

Nas orientações do processo da Rede Natura 2000, é mesmo referida a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as actividades económicas ambientalmente sustentáveis, como a própria actividade salineira, bem como incentivar a certificação de produtos locais ou regionais. Estas directrizes são reafirmadas nas orientações de gestão referidas no PSRN2000 para a ZPE Ria de Aveiro. As acções desenvolvidas neste âmbito podem ser financiadas pelo instrumento financeiro comunitário LIFE+ Natureza e Biodiversidade, para acções de conservação da natureza

e através de fundos do Plano Operacional Pesca (PROMAR) para a dinamização da actividade e valorização do produto.

O Plano Estratégico Nacional para a Pesca (PENP) refere numa das suas prioridades a necessidade de *“Promover a salicultura, reactivando as saliculturas tradicionais e incentivando a criação de um produto de qualidade, com valor comercial”*. Este plano é operacionalizado através do PROMAR.

A criação do *Cluster* das Economias do Mar na Região Centro, candidatado pela Associação “FórumMarCentro”²⁸ ao QREN PO Factores de Competitividade – *Estratégias de Eficiência Colectiva* e aprovado, identifica três áreas prioritárias de intervenção: a) turismo marítimo de natureza b) pesca e produtos marinhos c) portos e indústrias marítimas. Nesta candidatura foram identificados projectos relacionados com a actividade da salicultura artesanal e actividades complementares.

No Plano Operacional Mais Centro destacamos ainda a importância atribuída à gestão activa da Rede Natura 2000, com diversas acções previstas nomeadamente: a criação de trilhos para apoio a actividades de turismo de natureza; a criação de centros de interpretação ambiental; a certificação de destinos naturais; a monitorização e promoção dos valores que integram a biodiversidade regional e a integração em redes internacionais de conservação da natureza e biodiversidade.

No âmbito do programa Polis Litoral Ria de Aveiro estão previstos estudos e intervenções ao nível da protecção dos diques e motas, sendo ambos de superior interesse para a preservação das salinas e para a produção de sal.

A implementação de estratégias de desenvolvimento local, promovidas pelo Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro, será mais uma oportunidade para a dinamização da actividade da salicultura através das propostas de linhas de acção de desenvolvimento local que foram apresentadas, nomeadamente: a) a criação da marca de produtos “Ria de Aveiro”; b) a qualificação e valorização do sal e do “Salgado Aveirense” e c) o desenvolvimento de um programa de actividades complementares “Pesca+Sal e Pesca+Ecoturismo”.

O financiamento destas acções deverá ser operacionalizado através de candidatura ao eixo 4 (quatro) do programa PROMAR, com verbas atribuídas no valor de 22 (vinte e dois milhões de euros).

²⁸ Associação constituída por 26 parceiros do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), do Sector Empresarial e da Administração Pública

CAPÍTULO IV – CASOS DE ESTUDO

1. Introdução

A actividade salícola praticada de forma artesanal em Portugal, à semelhança de outros países, teve um acentuado declínio a partir de meados do séc.XX, como já foi mencionado no capítulo I.

No entanto, nos últimos anos, tem-se assistido ao renascimento do interesse por este produto, fruto da emergência de novos nichos de mercado que se sustentam na oferta/procura de produtos diferenciados, associados a fortes matrizes territoriais e de qualidade referenciada e elevada (Martins, F., 2006).

1.1. A escolha dos casos de estudo

Na prossecução de analisar a transformação de uma actividade considerada de baixo rendimento, numa actividade de valor acrescentado, foram seleccionados os “Salgado de Guérande” em França, considerado um *case-study*, e alguns produtores do “Salgado do Algarve” com uma expressão muito representativa ao nível nacional e internacional.

A análise destes casos irá permitir estabelecer um paralelismo entre estas realidades e o desenvolvimento da salicultura na Ria de Aveiro.

2. Guérande

2.1. Introdução

As salinas de Guérande, na década de 60 e inícios dos anos 70, encontravam-se em acentuado estado de abandono e degradação. Simultaneamente, existiam projectos para a implementação de infra-estruturas rodoviárias e urbanísticas que constituíam uma ameaça para a preservação dos valores naturais.

Para inverter esta situação de declínio, houve um conjunto de esforços coordenados e articulados de actores institucionais e privados, que promoveram uma dinâmica de recuperação e desenvolvimento da actividade, actualmente reconhecida aos níveis, regional, nacional e internacional.

2.2. Breve Historial

O Salgado de Guérande esteve em processo de declínio desde os finais do século XIX até à década de 70 do século XX, com o período mais crítico entre os anos de 1955 a 1975. Na década de 70 foi criada uma estrutura associativa e uma escola profissional para marnotos e em finais dos anos 80, foi desenvolvido um estudo estratégico de marketing que definiu três eixos estratégicos para a revitalização da actividade de produção de sal: a) valorização do produto b) dignificação

da profissão c) classificação do sítio. Nesta sequência a Cooperativa de Produtores orientou sua actuação para três vectores:

- *Produto*

Definiu uma estratégia focalizada na qualidade do produto com processos de certificação e critérios de qualidade. Divulgou o produto com campanhas de comunicação para atingir um nível de notoriedade. No trabalho que desenvolve neste âmbito a cooperativa obteve as seguintes menções:

- Selos de qualidade - Mention Nature & Progrés e Label Rouge
- Certificação - ISO 9001 e IFS (International Food Standard)
- Menções de origem - IGP (Identification géographique protégée) e STG (Spécialité Traditionnelle Garantie) (em curso)

- *Pessoas*

Criou uma formação para marnotos oficialmente reconhecida com a finalidade de dignificar a profissão. Com a formação, ministrada em dois anos, o marnoto (produtor) obtém um certificado profissional de responsável de exploração (desde 1995 BPREA – *Brevet Professionnel Responsable Entreprise Agricole – Activité Salicole*) (anexo 4).

- *Paisagem*

Foi desenvolvido um trabalho de recuperação e classificação do sítio como de interesse natural com a finalidade de criar mecanismos de protecção e o tornar um local de produção artesanal de sal e simultaneamente um local de exposição, com as seguintes medidas:

- *Zone Naturelle d'Intérêt Écologique, Floristique et Faunistique* (zona natural de interesse ecológico, de fauna e flora) (ZNIEFF);
- *Zones Humides de Importance Internationale selon la Convention* (Zonas Húmidas de Importância Internacional segundo a Convenção) RAMSAR;
- *Zone Importante pour la Conservation des Oiseaux* (Zona Importante para a Conservação das Aves) (ZICO);
- *Zone de Protection Spéciale* (zona de protecção especial) (ZPS);
- Classificação do local como sítio de interesse natural protegido em França;
- Integração na Rede Natura 2000 e possibilidade de ser reconhecido como Reserva da Biosfera pela UNESCO

Ao longo dos últimos anos foram diversas as transformações que contribuíram para a evolução favorável da actividade das quais se destaca:

- Reconhecimento como produto tradicional alimentar de qualidade pelos profissionais da distribuição e da gastronomia;
- Aumento das explorações de sal;
- Aumento do preço do sal;

- Classificação oficial das salinas como sítio protegido;
- Passagem de um turismo adversário a um turismo pedagógico e de complementaridade.

As três cooperativas de sal tradicional francesas (Guérande, Ré e Noirmoutier) juntamente com a *L'Association Française des Producteurs de Sel Marin Récolté Manuellement* (Associação Francesa dos Produtores de Sal Marinho Recolhido Manualmente) e com a da Federação Europeia de Produtores de Sal Marinho recolhido manualmente, têm vindo a unir esforços no reafirmar da autenticidade dos territórios do sal.

As três cooperativas representam aproximadamente 1.300 (mil e trezentos) hectares de salinas em produção, 500 (quinhentos) produtores e uma capacidade média de produção de 15.000 (quinze mil) a 20.000 (vinte mil) toneladas de sal anualmente (valores 2006, projecto Interreg IIIB-SAL 2004-2007).

As supra-mencionadas estruturas participaram activamente no processo de reconhecimento do sal marinho de produção artesanal como produto agro-alimentar, com o objectivo de construir um segmento de mercado, ao nível europeu, através da definição do produto, métodos de recolha, identidade geográfica e certificações oficiais, processo que foi concluído com sucesso e que retomaremos de forma mais pormenorizada posteriormente.

2.3. Enquadramento Regional

A Comunidade de Aglomeração da *Presqu'île Guerandaise* (CAP) (fig.10) cuja cidade capital é La Baule, abrange as regiões de Pays de la Loire e sul da Bretanha, é constituída por 15 (quinze) municípios, 9 (nove) dos quais com salinas situadas nas bacias de Guérande e Més.

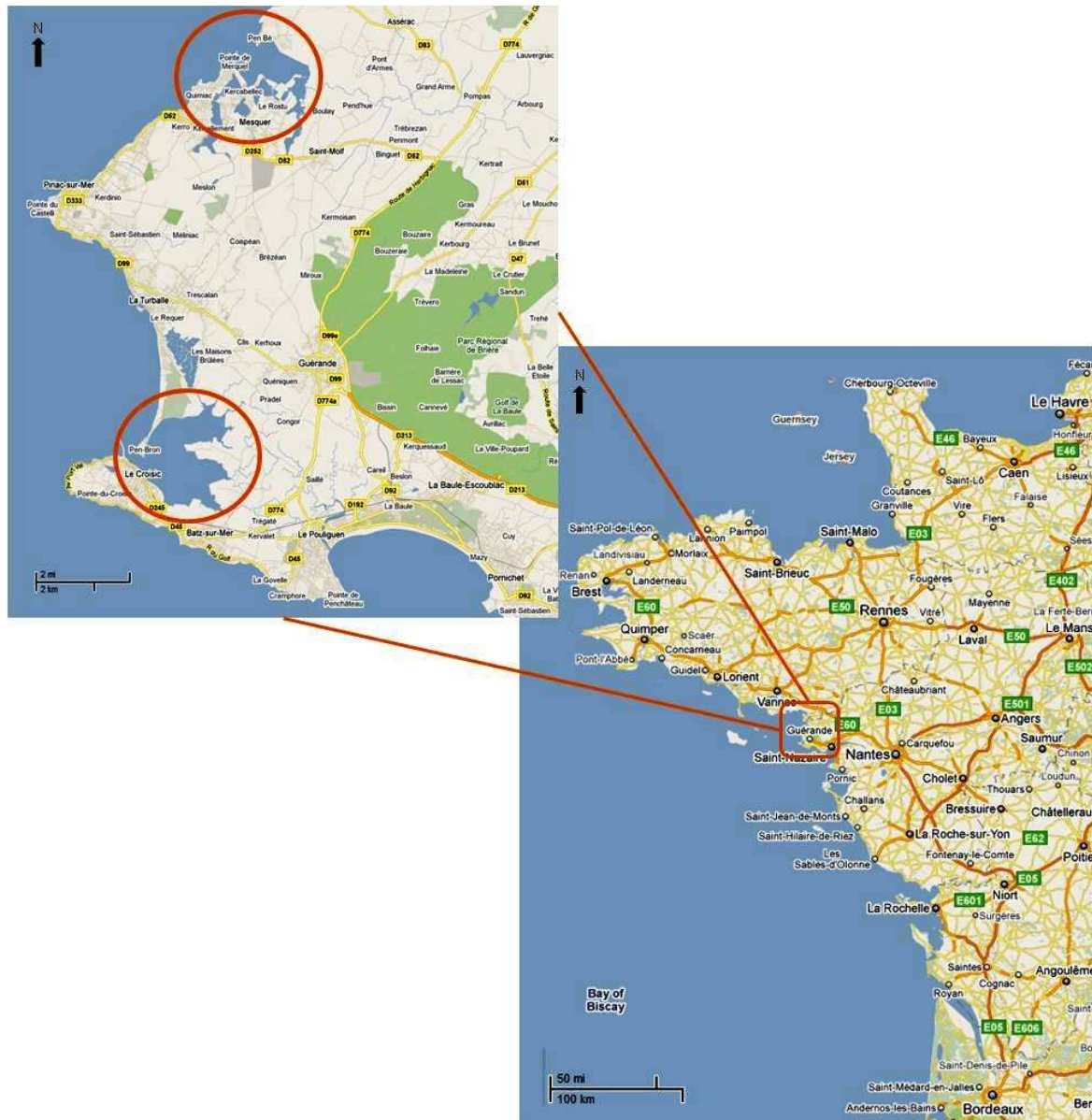


Fig. 10 – Enquadramento geográfico “Salgado de Guérande”

Fonte: www.maps.google

É uma zona húmida importante do Oeste do Loire Atlantique, que abrange uma superfície de 2000 hectares, em que aproximadamente 815 hectares estão em produção de sal.

Possui boas acessibilidades, com várias auto-estradas, com o TGV em Croisic e La Baule (a 15 minutos de distância) e com o aeroporto em Nantes. Está a noventa (90) minutos de carro das cidades de Nantes, Rennes e Vannes.

A marca *Presqu’île Guérandaise* é considerada uma referência turística não só pela proximidade da Bretanha e do seu prestígio, mas essencialmente pela oferta diversificada que possui

(patrimónios natural, cultural e medieval de Guérande, marítimo e fluvial de St. Nazaire - 20 quilómetros de distância de Guérande e pela conceituada estância balnear de La Baule).

2.4. O Salgado

Nos 815 hectares de área em produção de sal estão em actividade aproximadamente 350 produções, com uma recolha média anual entre as 8.000 e as 12.000 toneladas de sal e 200 a 300 toneladas de flor de sal, com 280 a 328 produtores activos²⁹, 120 a 150 dos quais vivem exclusivamente do sal. (Buron. G., 2008). O volume de vendas da cooperativa (média de 9.000 toneladas de sal e 300 toneladas de flor de sal) em 2009 foi de 14,3 milhões de euros referente à venda de sal e flor de sal (www.seldeguerande.fr)

2.5. O Sal

O sal de Guérande conseguiu adquirir um estatuto de sal artesanal de qualidade superior não só pelas suas qualidades alimentares mas também porque no imaginário das pessoas está associado a todo um simbolismo do passado, de produto essencial à vida e presente em todas as sociedades, religiões, culturas e civilizações (Perraud, C., 2002).

O passado histórico riquíssimo ligado a este produto proporciona, no presente, valor acrescentado ao sal artesanal. O sal hoje representa também para o consumidor moderno uma representação da sua Região com toda a sua riqueza de património, arquitectura, paisagem, ambiente, etc., permitindo criar uma preferência na escolha do produto. Por isso o sal de Guérande é diferente do sal da Ilha de Ré e do da Ilha de Noirmoutier porque estas localidades têm uma riqueza patrimonial, cultural e paisagística diferente e podem oferecer aos visitantes experiências singulares. O elemento comum e que hoje o consumidor/turista valoriza, é que existe uma preocupação comum de desenvolver uma actividade artesanal com um passado forte, com preocupações conservacionistas e de sustentabilidade.

Actualmente os marnots têm a sua profissão reconhecida e existe uma preocupação constante com a sua formação, factor decisivo para a adesão de jovens. A idade média dos actuais produtores é de aproximadamente 40 anos e 80% são oriundos de outras regiões. Algumas salinas são exploradas por famílias, em que associam a produção de sal com visitas guiadas às suas próprias salinas, previamente agendadas pela estrutura “Terre du Sel”³⁰. A cooperativa e o sindicato dos marnots (*Syndicat des Paludiers*) proporcionam boas condições para a instalação de novos

²⁹ Dos quais 40 são mulheres

³⁰ Estrutura de acolhimento para as visitas

marnotos através da cedência de salinas e da orientação para se candidatarem a apoios como jovens agricultores.

Sendo a salicultura uma actividade frágil (dependente de factores climáticos e de qualidade ambiental) e sazonal, a cooperativa estabeleceu parcerias com diversos agentes para desenvolver actividades complementares, em áreas como a gastronomia, o turismo, as actividades pedagógicas e culturais, a investigação e conservação da natureza, entre outras.

2.6. O turismo

A frequência turística é de grande incidência entre os meses de Abril a Setembro. As três estruturas, *Musée des Marais Salants*, *Maison des Paludiers* e *Terre du Sel* representam aproximadamente 100.000³¹ visitantes/ano e promovem diversas actividades ao longo de todo o ano para combaterem o carácter sazonal da actividade.

Também a Communauté d'Agglomération de La Presqu'île Guerandaise (CAP), mais concretamente o departamento do turismo, tem criado alternativas para promover dinâmicas na região que permitam que seja um destino de eleição ao longo de todo o ano (festas medievais, ecoturismo, turismo ornitológico).

2.7. Os Agentes Directos

La Société Coopérative Agricole (SCA) Salines de Guérande

O agrupamento de sal de Guérande foi criado em 1972 e alterado para sociedade cooperativa agrícola em 1988, após um estudo estratégico de marketing (1987).

A cooperativa (fig. 11) que actualmente emprega 46 (quarenta e seis) pessoas, tem como função principal a venda do sal dos seus aderentes, que são actualmente 185 (cento e oitenta e cinco) num total de aproximadamente 312 (trezentos e doze) produtores activos. O preço de venda é determinado anualmente pelos aderentes. Esta fixação do preço garante aos marnotos (produtores) uma remuneração que lhes permite “viver” com dignidade.

³¹ Valor 2009



Fig. 11 - Cooperativa de Sal de Guérande

Os mercados mais relevantes são o Japão e a Europa e os seus principais clientes são: médias e grandes superfícies; empresas agro-alimentares; restauração e gastrónomos; lojas *gourmet*; lojas de produtos biológicos e grossistas especializados.

Paralelamente a esta actividade de venda, a cooperativa tem uma relação associativa muito forte de que se destaca integração na *Terre du Sel*.

A cooperativa promove um espírito solidário entre os aderentes e nos trabalhos preparatórios de limpeza as partes comuns são feitas em conjunto, como é o caso dos trabalhos nos diques. Outra prática comum é os produtores com experiência ajudarem na instalação dos produtores novos. Nesta vertente de solidariedade a cooperativa criou a “Association Univers Sel”, que presta apoio técnico aos produtores de sal no mundo, com trabalho já desenvolvido em alguns países africanos.

Existem 3 estruturas de acolhimento oficial relacionadas directamente com as salinas com estratégias de actuação complementares e não concorrenciais: a *Terre du Sel*, o *Musée des Marais Salants* e *Maison des Paludiers*.

Terre du Sel

A *Terre du Sel* foi uma estrutura criada em Junho de 2002³² para responder às exigências de um público diversificado e numeroso (fig. 12).



Fig. 12 – Terre du Sel

A *Terre du Sel* é uma sociedade (*société par actions simplifiée*) constituída por:

- La Société Coopérative Agricole (SCA) Salines de Guérande (membro fundador);
- Le syndicat des paludiers;
- L'Association Univers Sel (troca de experiências de tecnologias de extracção de sal com outros países, nomeadamente Guiné e Bénin);
- Le Groupement Foncier Agricole (GFA) des Marais Salants de Guérande;
- La Ligue pour la Protection des Oiseaux de Loire Atlantique (LPO 44).

A criação da *Terre du Sel* foi resultado de 10 anos de trabalho em conjunto de marnotos e naturalistas reunidos numa estrutura associativa.

³² Em substituição da Maison du Sel que existia desde 1994

Esta estrutura é um espaço de venda, exposição, acolhimento e de informação que permite ao público descobrir as salinas. As visitas podem ser feitas com marnotos ou com naturalistas, dependendo do objectivo da visita (fig. 13).



Fig. 13 – Visita Salinas em Guérande

Musée des Marais Salants

O museu, propriedade da Communauté d'Agglomération de le Prequ'île Guerandaise (CAP Atlantique), é actualmente um museu temático com exposições originais temporárias que conjugam a interdisciplinaridade. Existe uma preocupação de apoiar os produtores de sal e dar “consistência” aos selos de qualidade do sal como o Label Rouge e à denominação histórica *Sel de Guérande*. O trabalho exercido pelos conservadores do museu, no âmbito da investigação e publicação de obras, contribui para dar a conhecer o território salícola e a história dos marnotos (fig. 14).



Fig. 14 – Musée des Marais Salants (Batz-sur-Mer)

O Museu aposta em diferenciar-se das outras estruturas e posicionar-se como espaço de investigação, espaço de exposição de colecções e preservação da cultura salineira. Neste

enquadramento e ao destacar-se das outras estruturas, este museu encontra-se certificado como *Musée de France*.

Na costa atlântica existem duas estruturas museológicas “especializadas” nesta temática, o *Musée des Marais Salants* em Batz-sur-Mer (Guérande) e o *Ecomusée du Marais Salants* na Ilha de Ré.

O *Musée des Marais Salants* de Guérande pretende posicionar-se como um centro de referência de salinas de produção artesanal e como pólo de trocas científicas e culturais dos espaços salícolas do Arco Atlântico. O museu irá mudar para uma nova infra-estrutura em 2012. Com esta alteração o museu prevê passar dos 15.000 para 30.000 visitantes anuais (Buron, G., 2010).

Maison des Paludiers

A *Maison des Paludiers* é uma estrutura associativa que abriu em 1971, a mais antiga da região dedicada exclusivamente à temática.

A sua linha de acção incide essencialmente nas técnicas de recolha do sal, na profissão do marnoto e na interacção da meteorologia com a actividade salícola. São parceiros da Meteo France. Nas suas instalações têm uma maqueta de uma salina onde se mostra a circulação da água até chegar ao cristalizador.

2.8. Agentes Indirectos

Os agentes indirectos são numerosos e por isso optamos por referir os mais relevantes em cada área de actuação: poder público, área de investigação, conservação da natureza, formação, qualidade, turismo, gastronomia e unicidade e fortalecimento do produto.

CAP Atlantique – Communauté d’Aglomeration de la Presqu’île Guerandaise

A criação desta estrutura regional foi resultado do processo de descentralização em França e beneficia de uma experiência anterior de cooperação intermunicipal através da existência de três estruturas regionais de dimensão menor. A eficácia da criação desta nova estrutura através da lei de 1999, a funcionar no terreno desde Fevereiro de 2003, foi facilitada para que os 15 (quinze) municípios associados reconhecessem a vantagem de se agruparem e pensarem globalmente acerca do seu território e do seu modelo de desenvolvimento.

Esta estrutura regional tem na sua linha de orientação a revalorização do património histórico, cultural e natural da *Presqu’île Guerandaise*, através de acções que promovam os seus municípios de uma forma concertada.

Diversas medidas foram implementadas com o objectivo de preservar o espaço salícola.³³

³³ Concretamente em relação às acções de protecção das Salinas, destaca-se:

- Financiamento à associação sindical das marinhas de Guérande (*Syndicat des Dignes*).
- Financiamento para assegurar o futuro dos marnotos;

Nos trabalhos que foram desenvolvidos pela CAP Atlantique na recuperação das salinas foram proporcionadas condições para que jovens pudessem criar seu próprio emprego como marnotos e/ou executar trabalhos comunitários de recuperação que são necessários para a conservação do meio.

Chambre d'Agriculture du Loire Atlantique

Este organismo departamental é composto por órgãos eleitos em representação dos agricultores da região/departamento. Tem como missão representar os interesses desta actividade e indicar propostas de futuro sustentáveis.

É responsável através da parceria que faz com a “Association pour la promotion du Sel de L'Atlantique” (*Aprosela*) pelo controlo das certificações atribuídas aos produtos.

Este organismo é responsável pela formação e atribuição do diploma de jovem agricultor aos marnotos, viticultores, etc. Na formação específica de marnotos a responsabilidade é do Centro de Formação em Salicultura de La Turbaille, que está instalado relativamente próximo das salinas de Guérande, local onde é ministrada a formação prática.

Esta formação permite ao jovem marnoto com o apoio da Chambre d'Agriculture obter apoios financeiros para a sua instalação após o estágio.

A sua rede de parcerias conta com as cooperativas de produtores de sal de Guérande, da Ilha de Ré e Noirmoutier e com o sindicato profissional dos 3 sítios, *SICAPG de La Baule, District de Noirmoutier, Communauté des Communes*.

-
- Gestão das salinas do departamento do *Loire Atlantique*;
 - Operação local agro-ambiental (OLAE) e contrato territorial de exploração, ou seja empregam jovens marnotos que pretendem estagiar nas marinhas que são propriedade do *Conservatoire du Littoral* e que são geridas pelo *CAP Atlantique*, num total de 30.
 - Promovem trabalhos hidráulicos no *Bassin du Més*;
 - Efectuam contratos para a restauração ecológica das marinhas;
 - Trabalhos de investigação e luta contra uma planta infestante nas marinhas *Baccharis Halimifolia*;
 - Trabalhos com a finalidade de estabelecer normas de segurança contra poluição marítima e tempestades;
 - Apoio na criação de uma associação sindical de proprietários das marinhas do *Bassin du Més*;
 - Projecto de gestão das salinas do *Conservatoire de L'Espace Littoral*;
 - Elaboração da carta de sítio classificado;
 - Operação grande sítio;
 - Apoio na revitalização dos armazéns típicos de apoio para a actividade salícola.
 - Restauração do sector norte de La Baule;
 - Restauração do dique marítimo em Le Més;
 - Sistema de informação geográfica;
 - Acções com a finalidade de gestão da qualidade das águas e recuperação dos meios aquáticos;
 - Acções no âmbito da rede Natura 2000.

Université de Nantes

A universidade de Nantes desenvolve trabalhos em parceria com a cooperativa de produtores de sal relativamente à qualidade do produto (investigação das características diferenciadoras) e à caracterização geográfica e patrimonial dos espaços salícolas através de estudos desenvolvidos pelo laboratório associado Geolittomer.

Sites remarquables de goût

Esta associação promove localidades que, pelo seu património gastronómico e a sua ligação a um produto agro-alimentar, têm uma história e uma notoriedade reconhecida. Essa notoriedade é traduzida em acções que criem sinergias entre o produto, o património local e a dinâmica da organização local nomeadamente ao nível do turismo.

Estas localidades estão reagrupadas numa associação nacional e têm linhas de orientação para também serem promovidos no estrangeiro.

Cuisineries Gourmandes

É uma associação de restauração que promove a autenticidade dos produtos, fazendo relevar no quotidiano o património culinário das diferentes regiões francesas, garantindo a qualidade dos produtos com o apoio de profissionais e transmitindo uma filosofia de bem-estar e paixão na profissão de chefe culinário.

Cerqua – Centre de Developpement des Certifications des Qualités Agricoles et Alimentaires

Este centro de desenvolvimento para a certificação de qualidade alimentar foi criado em 1965, com o objectivo de desenvolver e promover a qualidade dos produtos agrícolas e alimentares a partir da certificação Label Rouge, Label Régional e IGP (indication géographique protégée).

Esta associação reúne grandes organizações profissionais agrícolas e organismos que promovem uma política de rigor e qualidade. Assegura a representatividade de sectores como a agricultura, a pesca, os pequenos ofícios, as PME, as indústrias agro-alimentares, etc. Esta associação assume-se como um interlocutor privilegiado junto do poder público, como entidade representativa de uma política de qualidade, de ordenamento do território e de criação de emprego.

Aprosela – Association pour la Promotion du Sel de L’Atlantique

É uma associação criada em 1990 com o objectivo de promover o sal francês do atlântico, reagrupando os parceiros da fileira do sal de Guérande.

As suas funções estão relacionadas com a certificação do produto e com o controlo dos procedimentos de qualidade. Os associados da Aprosela são produtores de sal artesanal e seus representantes e empresas que comercializam o sal e produtos derivados das explorações artesanais do litoral atlântico.

LPO – Ligue pour la Protection des oiseaux du Loire Atlantique

Esta liga tem como missão promover junto do público a diversidade ornitológica e natural do *Loire Atlantique* (segundo departamento com maior área de zona húmida).

Organiza, em conjunto com os postos de turismo locais e organizações de acolhimento, exposições e visitas guiadas como por exemplo, percursos de barco no *Loire* inseridos no projecto *Loire en Scène* e as visitas às salinas para observação da natureza e avifauna inseridas na estrutura *Terre du Sel*.

A LPO tem um funcionário a trabalhar a tempo inteiro na *Terre du Sel* o que permite aos naturalistas uma troca de experiências. Esta estrutura permite ainda uma troca de saberes entre naturalistas e marnots para uma gestão ecológica e eficaz das salinas. A LPO é responsável por um dos módulos de formação para jovens marnots (www.loire-atlantique.lpo.fr).

2.9. Dinâmicas territoriais

Existe uma aposta numa oferta diversificada como imagem de marca para a Presqu'île Guerandaise.

É feito um verdadeiro trabalho associativo no terreno com os agentes envolvidos e um diálogo sobre a gestão do território.

O trabalho é articulado entre a CAP e os vários agentes ligados ao sal, património cultural, oferta turística, actividades artesanais, gastronomia, entre outros.

Programas e iniciativas

A *Fédération des Coopératives de producteurs de sel de l'Atlantique* tem trabalhado nas normas de recolha e qualidade do produto assim como no estabelecimento de regras concorrenciais relacionadas com o preço e tipologia do produto.

Estiveram inseridos no programa Interreg III B Espaço Atlântico (2004-2007) (anexo 6) com Portugal (Aveiro, Figueira da Foz e Castro Marim) e Espanha (Canárias, Alava e Cádiz) com o objectivo de continuar a lutar pela unicidade e fortalecimento do produto, das pessoas e das paisagens e incrementar o processo de redes de cooperação com outras regiões.

Perspectivas futuras

Os agentes de Guérande esperam que os esforços desenvolvidos na revitalização do Salgado se torne cada vez mais um acção global com a inserção de novos agentes através do projecto Interreg IIIB-SAL (2004-2007), com a já criada Federação Europeia de Produtores de Sal e com o já reconhecimento europeu do sal como produto alimentar.

2.10. Conclusão

O efeito “bola de neve” criado através desta estratégia de desenvolvimento na revitalização do “Salgado de Guérande” é claramente visível no conhecimento aprofundado deste caso. Conclui-se que sem esta articulação de esforços e cooperação entre os agentes não teria sido possível desenvolver o conjunto de intervenções efectuadas no espaço de produção, o reconhecimento da profissão e a valorização do produto.

Actualmente o “Salgado de Guérande” assume-se como um caso de estudo para áreas de produção artesanal em declínio e/ou em risco de desaparecimento como os Salgados portugueses de Aveiro, do Sado e do Tejo.

3. Contextualização da produção de Sal Marinho Artesanal em Portugal

Em Portugal Continental as salinas de produção artesanal encontram-se localizadas em cinco áreas geográficas (fig. 15): Aveiro, Figueira da Foz, Alcochete (Tejo), Setúbal e Alcácer do Sal (Sado), e Algarve (Amorim, I., 2001). Cada Salgado possui características diferenciadoras relativamente à: estrutura; forma de exploração; usos e costumes; nomenclatura e qualidade do sal produzido (Necton, 2006).



Fig. 15 – Locais de Produção de Sal Marinho Artesanal em Portugal
Fonte: Unave, 2007

Para além deste locais é ainda produzido sal marinho com meios mecânicos, no Algarve (Castro Marim e Tavira).

Em Portugal, produz-se ainda sal através da extração de sal-gema: em Rio Maior, nas Fontes Salinas é extraído sal por métodos artesanais; em Loulé, na Mina de Campina de Cima, é extraído sal por processo de mineração convencional, em mina subterrânea; e em Matos do Carriço, na Mina do Carriço, através do processo de mineração por dissolução.

O sal marinho normalmente destina-se, em maior quantidade, à indústria alimentar, sendo que, o de produção artesanal não sofre nenhum tipo de transformação e o produzido com meios mecânicos, necessita de sofrer um processo de lavagem para eliminar os contaminantes associados à utilização de energia fóssil.

O sal-gema extraído de forma artesanal destina-se também, em maior quantidade, à indústria alimentar, enquanto que o extraído por processos de mineração é utilizado na indústria química, na limpeza de estradas e outras.

A Região Centro engloba duas importantes áreas de salgado, o Salgado de Aveiro e o Salgado da Figueira da Foz, que perfizeram em conjunto 50 (cinquenta) salinas em 2008 com aproximadamente 330 (trezentos e trinta) hectares de área de produção e com uma capacidade média de produção de aproximadamente 3.000 (três mil) toneladas.

O Salgado de Aveiro teve um acentuado declínio até ao ano de 2004. A partir desse ano verificou-se uma estabilidade no número de salinas em produção, tendo estado em produção, no ano de 2009, 9 (nove) salinas. Este Salgado enfrenta actualmente inúmeras pressões, quer pela ocupação física do território por outras actividades e infra-estruturas, quer por descargas directas e/ou indirectas de poluentes, entre outras, como abordaremos no capítulo VI.

Relativamente ao Salgado da Figueira da Foz, o processo de recuperação da actividade artesanal de produção de sal foi desencadeado com o contributo de projectos como o ALAS (All About Salt 2000-2003) e Interreg IIIB SAL (2004-2007). Em 2001, o número de salinas em produção era de 29 (vinte e nove), em 2006 passaram a 50 (cinquenta), com 53 (cinquenta e três) produtores no activo. Apesar da dinâmica verificada em 2006, somente se distinguiram dois produtores (dos três certificados) como indutores de uma comunicação e abordagem ao mercado diferenciadora: a Casa das Eiras Largas e a Salina dos Doutores (CM F.F., 2007). Em 2008, verificou-se um decréscimo significativo relativamente a 2006, estiveram aproximadamente 41 (quarenta e uma) salinas em actividade com 20 (vinte) produtores (CM Figueira da Foz, 2010).

Podemos concluir que estes projectos foram essenciais para a recuperação da produção de sal artesanal, todavia não conseguiram criar vida própria na actividade, facto confirmado pelo decréscimo verificado entre 2006 e 2008. Para reverter esta situação, será possivelmente necessário o desenvolvimento de outro projecto.

Os Salgados do Tejo e do Sado estão praticamente inoperantes na produção artesanal de sal. Em 2008, o Salgado do Sado teve duas salinas a produzir de forma artesanal (Flor da Ria – empresa de Ovar) e no Tejo não existiu produção, somente se verificou o interesse museológico (III Seminário SAL, 2008).

O Salgado do Algarve teve produção artesanal de sal, em 2008, 18 (dezoito) salinas, em 86 (oitenta e seis) hectares, com uma produção média de 3.500 (três mil e quinhentas) toneladas, valor que se manteve em 2009. Este salgado tem evidenciado uma dinâmica de actuação diferenciadora, quer ao nível do país, quer mesmo da Europa, como descreveremos no capítulo referente a esta região.

A produção total de sal marinho em Portugal, de produção artesanal e industrial, em 2007, foi de aproximadamente 64.000 (sessenta e quatro mil) toneladas, representando a região do Algarve cerca de 90% da produção nacional, facto justificado pela produção com a utilização de meios mecânicos nesta região (Estatísticas da Pesca, INE, 2007), calculando-se a produção artesanal em aproximadamente 6.500 (seis mil e quinhentas) toneladas. Os apoios financeiros do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para a salicultura desde 1998 a 2006 foram de 1.371.622,40 euros (um milhão, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e dois euros e quarenta cêntimos) num total de 38 (trinta e oito) projectos apoiados, onde aproximadamente 39% das verbas são respeitantes aos últimos três anos. Esta situação está relacionada com o dinamismo da região do Algarve.

O mercado do sal em Portugal tem vindo a sofrer algumas alterações como foi referenciado no estudo de mercado feito em 2006 no âmbito do projecto Interreg IIIB-SAL. Apesar dos portugueses ainda não mostrarem um conhecimento ao nível do produto “Sal Marinho Artesanal”, já se começa a verificar o seu interesse por produtos naturais de qualidade, existindo um mercado nacional crescente a explorar (Gouain et al). Este facto foi confirmado na entrevista efectuada em Outubro de 2008 ao segundo maior produtor europeu³⁴, a Necton, S.A. em Olhão.

A Legislação

Na legislação europeia e portuguesa, o sal estava classificado como produto mineiro e não agro-alimentar (Interreg III B SAL - 2004-2007). Relativamente a Portugal a legislação referente à salicultura encontrava-se desactualizada, dispersa e focalizada nos critérios de higienização e produção industrial do sal, não estando contemplada a produção artesanal de sal (www.dg-pescas.pt).

No âmbito do projecto Interreg III B SAL, iniciou-se um trabalho com o objectivo de, por um lado, obter o reconhecimento do sal como produto agro-alimentar, por outro lado, conseguir diferenciar a produção artesanal da produção industrial junto das entidades competentes nacionais e europeias.

³⁴ Informação 2008

Actualmente em Portugal, o quadro legal relativo à produção e comercialização de sal destinado para fins alimentares, está regulamentado com o decreto-lei nº 350/2007 de 19 de Outubro, que estabelece as normas e reconhece o sal como produto alimentar e com a portaria nº72/2008 de 23 de Janeiro, que regulamenta os aspectos técnicos, as características e condições de produção, valorização e comercialização. Esta regulamentação permite iniciar o processo de uso de menções de origem, como a Denominação de Origem Protegida (DOP), Identificação Geográfica Protegida (IGP) ou Especialidade Tradicional Garantida (ETG) (anexo5).

O projecto Interreg IIIB – SAL e os seus resultados

O Projecto Interreg IIIB Sal do Atlântico (2004-2007) englobou 26 parceiros diversificados³⁵, com 11 sítios em 4 países e teve resultados a diferentes escalas (Europeia, Nacional, Regional e Local) que consideramos relevantes para a revitalização da produção artesanal de sal e para, de forma directa ou indirecta, a gestão sustentável destas áreas estuarinas. Iremos referir alguns desses resultados com impactos no contexto nacional:

- a) *Criação de Federações Nacionais e da Federação Europeia de Produtores de Sal Marinho recolhido à mão / Reconhecimento do Sal Marinho Artesanal como produto alimentar*
- b) *Estudo da microalga Dunaliella Salina*
- c) *Estabelecimento das bases para a criação da Rota associada ao Sal*

Embora a produção de sal artesanal em Portugal enfrente sérias dificuldades, nomeadamente na Ria de Aveiro, o referido projecto deu um forte impulso à dinamização desta actividade, ao abordar os espaços salícolas de forma integrada e transversal, obtendo resultados que dificilmente seriam conseguidos com projectos sectoriais ou segmentários. (Neves, R., 2007).

O reconhecimento do sal como produto alimentar e consequente possibilidade de certificação e uso de menções de origem (DOP, IGP, ETG) contribuiu para aumentar valor acrescentado ao produto. O estudo da microalga *Dunaliella salina* poderá ser de extrema utilidade no processo de reconhecimento de origem, na medida em que fornece dados relativos à caracterização biológica da salina (Silva e al, 2010).

Iniciativas em curso

O trabalho desenvolvido no âmbito do projecto Interreg IIIB-SAL teve continuidade com a candidatura e aprovação do Projecto Interreg IVB ECOSAL Atlantis “Ecoturismo nas salinas Atlânticas: uma estratégia de desenvolvimento integral e sustentável” (2010-2012). Este último projecto, tem como objectivo principal conseguir um desenvolvimento conjunto, integral e sustentável do turismo baseado no património cultural e natural dos espaços salícolas tradicionais do Atlântico.

³⁵ Em Aveiro foram parceiros a Universidade de Aveiro e a Câmara Municipal de Aveiro

Articula-se em redor de três actividades chave que tratam do desenvolvimento turístico das salinas do Atlântico: património, desenvolvimento territorial, biodiversidade e turismo natural.

Participam no projecto quatro países (Portugal, Espanha, França e Reino Unido), com 13 parceiros. As entidades Administração da Região Hidrográfica do Centro (AHR-C) e Turismo Centro Portugal (TCP) apoiam as acções do projecto (anexo 7).

4. Os casos de estudo do Algarve

4.1. Breve historial e enquadramento

A actividade salícola praticada de forma artesanal no Algarve desenvolve-se nas áreas da Ria Formosa (Tavira e Olhão) e de Castro Marim. Esteve em declínio e com risco de desaparecer nos anos 90. A partir do final desta década, começaram a surgir algumas iniciativas para revitalizar a actividade. Em 2008 estiveram em produção aproximadamente 13 Salinas, em Castro Marim, uma em Tavira e quatro em Olhão, 18 (dezoito) no total perfazendo 86 (oitenta e seis) hectares e uma produção aproximada de 3.500 (três mil e quinhentas) toneladas, situação que se manteve em 2009.

4.2. Os Produtores

Relativamente ao Salgado do Algarve, optamos por destacar três produtores que pela sua estratégia de abordagem ao mercado se mostram relevantes, Rui Simeão (Tavira), Necton, SA (Olhão) e Pedacos de Mar (Castro Marim).

Rui Simeão

Este produtor está localizado em Tavira, tem salinas em produção industrial e artesanal. Somente nos iremos debruçar sobre a salina em produção artesanal e na estratégia adoptada para este produto.

Esta salina que está em produção artesanal, tem aproximadamente 12 (doze) hectares, foi uma herança de família (há mais de 130 anos na família), esteve parada entre a década de 70 e 1996, voltando a trabalhar nessa altura, após um investimento de aproximadamente 250.000,00 euros (apoio de 100.000,00 euros).

É um produtor com 70 anos que teve a sua vida profissional ligada à banca e à construção civil, mantendo na actualidade esta última actividade.

Apesar de ter sido membro fundador da Tradisal, actualmente não tem actividade associativa, estando somente focalizado na actividade da sua micro-empresa (venda de sal), procurando

associar-se a grandes Chefes Gourmet como Michel e Hédio Loureiro. Participa em diversas feiras alimentares nacionais e internacionais e já obteve diversos prémios (anexo 9 A).

Os seus produtos são comercializados no mercado interno e externo. Destacamos a comercialização nas cadeias “Corte Inglês” e “Harrods”.

Necton- Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A.

A Necton é uma empresa privada (sociedade anónima) que se dedica à produção e comercialização de Microalgas e de Sal Marinho Tradicional. A empresa foi criada em 1997, após vários anos de trabalho, como *spin-off* da Escola Superior de Biotecnologia, da Universidade Católica.

Começou pela produção de microalgas e no desenvolvimento desta actividade “descobriu” o interesse na produção de Sal Marinho Artesanal, sendo agora a sua actividade central e a produção de microalgas secundária (fig. 16).

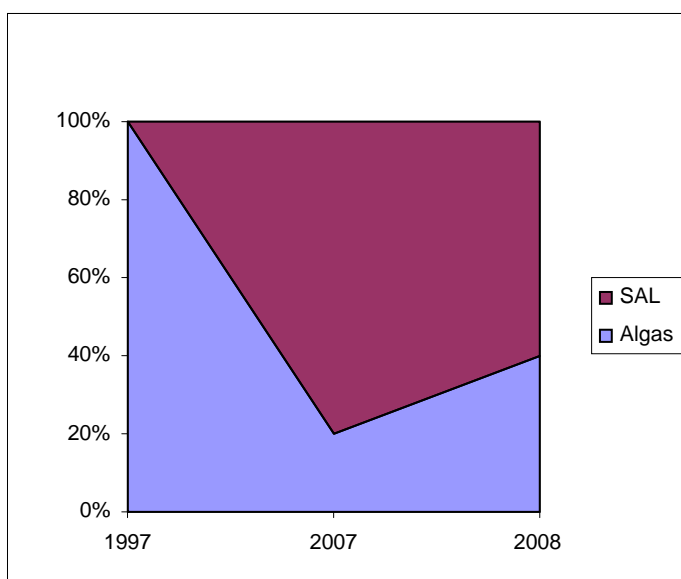


Fig. 16 – Produção Necton

O aumento verificado, em 2008, na actividade de produção de algas, está relacionado com a criação de uma nova empresa de serviços que vende tecnologia (produção de algas para biodiesel).

A sua estratégia cumpre uma relação estreita com a comunidade onde a empresa se encontra inserida, fomentando projectos de interesse geral.

Pretendendo ser, dentro de alguns anos, uma referência europeia e um polo regional de desenvolvimento económico. (www.necton.pt, 2010)

A qualidade dos seus produtos é regularmente controlada por laboratórios acreditados.

Relativamente à sua actividade salícola, a Necton começou por explorar 3,5 hectares de Salinas (1999), tendo em 2008 aproximadamente 23 hectares em exploração. Começou por uma estratégia essencialmente de mercado de exportação (90%) e ao nível nacional somente o mercado *gourmet* (10%), para ganharem notoriedade e dimensão (fig. 17).

Actualmente esta empresa apesar de continuar com uma forte exportação para a Suíça, Bélgica, Espanha e EUA, tem vindo a aumentar o mercado nacional, focalizando-se na área da grande distribuição, onde detém uma quota de mercado de 90% no Sal Marinho Artesanal. Emprega 39 funcionários, 29 dos quais para as actividades relacionados com a actividade do sal.

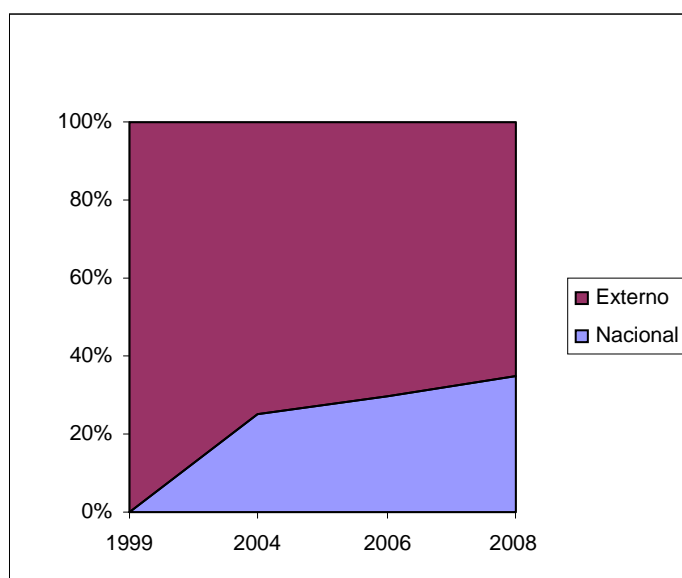


Fig. 17 – Mercados Necton

Este produtor tem uma estratégia de abordagem ao mercado com abertura a trabalhos em parceria e ao desenvolvimento de actividades indutoras da valorização do produto, da profissão e do espaço de produção.

Daremos exemplo das actividades que consideramos de destacar pelo seu carácter inovador e remetemos para a consulta do questionário relativamente à restante informação (anexo 9 A).

Relativamente aos projectos desenvolvidos pela Necton destacamos pelo seu carácter inovador e actualidade:

- Ecosalt – criação dum ecolabel, que em conjunto com a SATIVA (empresa de certificação) e com o Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST), tem como objectivo calcular a pegada ecológica. Propõem-se calcular todos os consumos inerentes à produção de sal e desta forma saber com exactidão o preço ambiental desta actividade.

Este ecolabel ficará, através da SATIVA, disponível para os restantes produtores.

- Participação na plataforma “Pedal” (Plataforma Empresarial de Desenvolvimento do Algarve), criada pelo CIEO (Centro de Investigação sobre Espaços e Organizações), da Universidade do Algarve³⁶.
- Diversas actividades de formação (formadores, formandos e empregadores)
 - Curso de formação anual para guias turísticos (empresas turismo locais);
 - Funcionários ucranianos frequentam curso de português por iniciativa da empresa;
 - Empregam três formandos do curso promovido no âmbito do EQUAL (total de formandos seis).

Desenvolvem actividades de visita no âmbito de alguns programas como por exemplo Ciência no Verão.

Pedaços de Mar

É a empresa mais recente, criada em 2005, que iniciou a actividade com grande dinamismo. O contacto com a actividade salícola surgiu por um acaso, pois a actividade que os sócios exerciam era completamente distinta (professores do ensino secundário). A marca Baesurisal (*Bésuris*) que esta empresa familiar utiliza para a comercialização dos seus produtos (sal marinho artesanal, flor de sal, sal e flor de sal aromatizados com produtos de agricultura biológica, sais de banho e salicórnia) provém do nome romano de Castro Marim. A empresa tenta diferenciar-se da concorrência apostando fortemente nas embalagens. Participam em diversas feiras nacionais e internacionais. Tem como estratégia futura apostar em nichos de mercado gourmet na Europa, EUA, Canadá e Japão e no lançamento de novos produtos. Está prevista a certificação dos produtos sais de banho e salicórnia.

Além da componente empresarial a *Pedaços de Mar* participa activamente no processo de revitalização das Salinas do Sapal de Castro Marim e é membro da Tradisal e Terras do Sal.

Um dos seus sócios é presidente da FENASAL (Federação Nacional de Produtores de Sal Marinho Recolhido à Mão).

Este produtor desenvolve visitas guiadas na sua salina, com a colaboração de uma bióloga.

No Algarve ainda não está criada uma estrutura museológica ligada às salinas, no entanto, alguns produtores como a Necton e a Pedaços de Mar já organizam actividades nas salinas.

No quadro seguinte (quadro 8) realiza-se uma breve síntese comparativa entre os produtores algarvios.

³⁶ **Objectivos CIEO**

- Integração das empresas no Conselho Consultivo do CIEO, a fim de orientar a investigação gerada no Centro para os interesses práticos do tecido produtivo e da região;
- Incentivar a participação empresarial em acções de formação ou outras relativas a estudos de formação avançada;
- Promover tarefas de consultadoria e formação específica nas empresas;
- Participar conjuntamente na submissão de projectos de investigação financiados por entidades externas.

Quadro 8 - Comparação produtores Algarve (valores 2008)

Produtores	Nº Salinas	Área de produção (hectares)	Nº produtores	Valores médios de produção (toneladas)	Mercados
Rui Simeão	1	12	s/d	1100 - SAL 30 – Flor de Sal	Mais incidência mercado externo: EUA, Canadá, Japão, Suécia, Austrália, Bélgica e Inglaterra (Harrod's e Sainsbury) Portugal: Corte Inglês e Intermaché
Necton	4	23,5	4	1500 - SAL 85 – Flor de Sal	Incidência maior no mercado externo, mas com crescente aposta no mercado de grande distribuição interno. Externo: Suíça, Espanha, EUA e Bélgica (empresa que vende para todo o mundo)
Pedaços de Mar	1	14	s/d	s/d	Mercado externo: Alemanha, Inglaterra e EUA. Mercado Interno: lojas gourmet Lisboa, Fórum Almada e Corte Inglês (Lisboa).

4.3. Agentes Directos

Tradisal

A Tradisal – Associação de Produtores de Sal Marinho Tradicional do Sotavento Algarvio, foi fundada em 1999 e tem como associados a maioria dos produtores de Sal Marinho Tradicional entre Olhão e Castro Marim, abrangendo duas áreas protegidas (Parque natural da Ria Formosa e Reserva Natural do Sapal de Castro Marim) e a cidade de Vila Real de Santo António. Tem 13 (treze) associados e 12 (doze) salinas envolvidas.

Tem como objectivos principais a valorização dos produtos resultantes da exploração tradicional em Salinas, a certificação dos produtos e a divulgação e promoção dos mesmos no mercado.

Esta associação apoia na elaboração dos projectos de recuperação de três Salinas (custo suportado pelos proprietários/arrendatários), com uma área de 22,45 hectares e um total de investimento de 526.050,97 (+ IVA).

A Tradisal participa em diversas acções de valorização do produto, de divulgação, acções de formação, acções de ecoturismo e projectos, conforme se pode verificar em questionário anexo. (anexo 9B)

Terras do Sal

A Terras do Sal – Comércio e Transformação de Sal Marinho, CRL, foi fundada em 2004 e tem 13 associados com 8 salinas envolvidas, perfazendo uma produção total de 200 toneladas de sal e 25 toneladas de flor de sal³⁷.

Participa em diversas acções de valorização do produto, de divulgação, acções de formação, acções de ecoturismo e projectos, conforme se pode verificar em questionário anexo.

5. "Ria de Aveiro"

5.1. Enquadramento Regional

A área de estudo compreende concelhos das NUT III Baixo Vouga e Baixo Mondego da Região Centro: Águeda, Albergaria, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Mira (fig. 18).

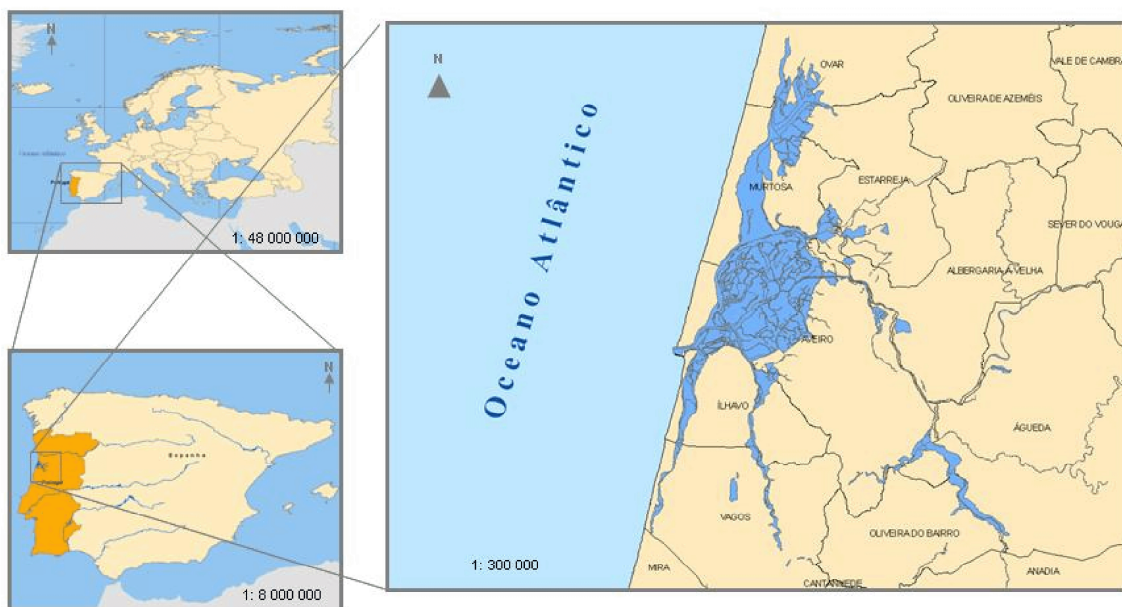


Figura 18 – Enquadramento geográfico “Ria de Aveiro”
Adaptado do projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007)

³⁷ Dados 2008

5.1.1. Caracterização socioeconómica

O território abrangido pela Ria de Aveiro constitui-se como um espaço singular no contexto de Portugal e da Europa, atendendo às excepcionais qualidades ambientais e paisagísticas de elevado valor científico, cultural, social e económico que, ao longo do tempo, se têm preservado (Plano Estratégico Polis Litoral Ria de Aveiro, 2008).

Os 11 concelhos da área de estudo têm as maiores concentrações populacionais da Região Centro, com 354.638 habitantes (INE, 2004) (quadro 9), numa área total de 1.600 km², o que origina uma densidade populacional superior à média nacional.

Os concelhos que registaram aumento populacional mais significativo do ano 1981 para 2004 foram Aveiro (25%), Ovar (24%) e Ílhavo (24%). Este aumento é justificado pelo dinamismo económico do Baixo Vouga³⁸ e pela atractividade da cidade de Aveiro (Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro, 2010). O Baixo Vouga é a sub-região da Região Centro que contribui de forma mais significativa para os Produtos Internos Brutos (PIBs) nacional e regional e é uma das sub-regiões do Centro que apresenta maior Produto Interno Bruto per capita (PIBpc) e produtividade. No entanto, estes valores (PIBpc e produtividade) são inferiores quer à média nacional, quer à da Grande Lisboa (PTB Baixo Vouga, 2008).

³⁸ Concelhos do Baixo Vouga

Águeda, Albergaria, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Anadia.

Quadro 9 – População Residente nos Concelhos da "Ria de Aveiro"

População Residente		
Área Geográfica	1981	2004
Águeda	43.510	49.691
Albergaria-a-Velha	21.420	25.497
Aveiro	60.680	73.626
Estarreja	26.410	28.279
Ílhavo	31.580	39.247
Mira	13.340	13.146
Murtosa	9.840	9.657
Oliveira do Bairro	17.560	22.365
Ovar	45.650	56.715
Sever do Vouga	13.840	12.940
Vagos	18.620	23.205
Centro	1.769.320	2.376.509
Portugal	9.883.940	10.529.255
Área de estudo	30.2450	35.4638

Fonte: INE, 2004

Os concelhos com maior densidade populacional (número de população por km²) são: Ílhavo (571,70), Ovar (392,60), e Aveiro (370,20) enquanto que os com uma menor densidade populacional são Sever do Vouga (96,70), Mira (107,20) e Murtosa (134,70) (quadro 10).

Quadro 10 – Densidade Populacional nos Concelhos da “Ria de Aveiro”

Local de residência	Densidade populacional (N.º/ km²) por local de residência 2008
Águeda	148,70
Albergaria-a-Velha	165,50
Aveiro	370,20
Estarreja	260,60
Ílhavo	561,70
Mira	107,20
Murtosa	134,70
Oliveira do Bairro	269,20
Ovar	392,60
Sever do Vouga	96,70
Vagos	146,20
Portugal	115,40
Centro	84,50
Área de estudo	241,12

Fonte: INE, 2009

Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência - Anual; INE, Estimativas Anuais da População Residente - Última actualização destes dados: 07 de Setembro de 2009

Relativamente à estrutura etária da população, de acordo com os censos de 1991 e de 2001, a área de estudo tem uma população mais jovem que a média da Região Centro. O índice de envelhecimento, em 2001, foi de 131,2 na Região Centro e de 91,3 na área de estudo. No entanto, comparativamente com 1991, houve um decréscimo dos grupos etários mais jovens e aumento da população com mais de 50 anos. Também relativamente a esta análise, os concelhos com uma população mais jovem são Ovar (68,57), Ílhavo (76,57) e Aveiro (89,17) e os com uma população mais envelhecida são Sever do Vouga (127,00), Mira (126,30), Oliveira do Bairro (118,24) e Estarreja (100,83) (Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro, 2010).

Neste conjunto de concelhos destacamos a cidade de Aveiro, referida no Planos Estratégicos Polis Ria de Aveiro e Cidade de Aveiro (PECA), como um pólo de desenvolvimento social e económico. A cidade de Aveiro tem uma posição geoestratégia no contexto nacional (centro litoral), com características geomorfológicas singulares (a Ria) e um conjunto de infra-estruturas de suporte e vias de comunicação que justificam o seu desenvolvimento, destacando-se:

- Acessibilidades (proximidade do aeroporto do Porto, vias A1, A25 e A17, futuro TGV);
- Linha ferroviária do norte e ligação ao porto;
- Proximidade de grandes centros (Porto, Coimbra, Lisboa, Salamanca, Madrid);

Esta localização permite estabelecer interações ao nível do emprego e das trocas comerciais com a grande área metropolitana do Porto e com a cidade de Coimbra, relativamente a Portugal. Também no espaço ibérico, Aveiro beneficia da proximidade e acessibilidades a Espanha. As praias da Barra e Costa Nova e o Porto Comercial de Aveiro são aqueles que se localizam a menor distância de Salamanca. (Plano Estratégico do Concelho de Aveiro – PECA, 2009).

Nas últimas duas décadas a cidade teve uma alteração do seu tecido social e económico. Esta transformação é justificada pela reabilitação urbanística efectuada, pelo peso do sector terciário, pela quantidade de serviços públicos pelo facto de ser capital de distrito, pela existência de uma universidade empreendedora e cooperante com a sociedade e com o meio empresarial e pela existência de um tecido empresarial dinâmico de forte tradição industrial e exportadora.

A área de estudo apresenta, em 2007, um índice do poder de compra (78,23) inferior à média nacional (IpC=100), mas o concelho de Aveiro distingue-se desta média apresentando um valor superior (134,02). Este valor é justificado pelo que já foi dito anteriormente relativamente ao dinamismo da cidade de Aveiro (quadro 11).

Quadro 11 – Poder de Compra nos Concelhos da “Ria de Aveiro”

Poder de compra per capita por localização geográfica 2007	
Concelho	Valor
Águeda	79,09
Albergaria-a-Velha	74,91
Aveiro	134,02
Estarreja	73,06
Ílhavo	84,83
Mira	66,48
Murtosa	64,03
Oliveira do Bairro	75,35
Ovar	85,03
Sever do Vouga	62,64
Vagos	61,09
Área de estudo	78,23

Fonte INE, 2007

Relativamente à população empregada por sector de actividade (fig. 19), os concelhos em que o sector terciário é mais representativo, para além de Aveiro (63%), são Ílhavo (54%) e Mira (53%). Apesar do peso deste sector na área de estudo ser elevado, este valor está abaixo da média da Região Centro (55%) e da nacional (60%).

O sector secundário é também bastante relevante na região, em virtude da predominância da indústria na região. Os concelhos onde este sector é mais relevante são Águeda (60%) e Ovar (56%) e os concelhos onde este sector é menos relevante são Mira (34%) e Aveiro (35%).

Apesar do sector primário representar apenas 5% do emprego da população activa, as actividades agro-pecuárias e da pesca continuam a ter um papel de relevo ao nível sociocultural e como complemento do rendimento familiar. Os valores relativos a este sector são baixos em todos os concelhos, com excepção da Murtosa onde o valor é de 20% (Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro, 2010).

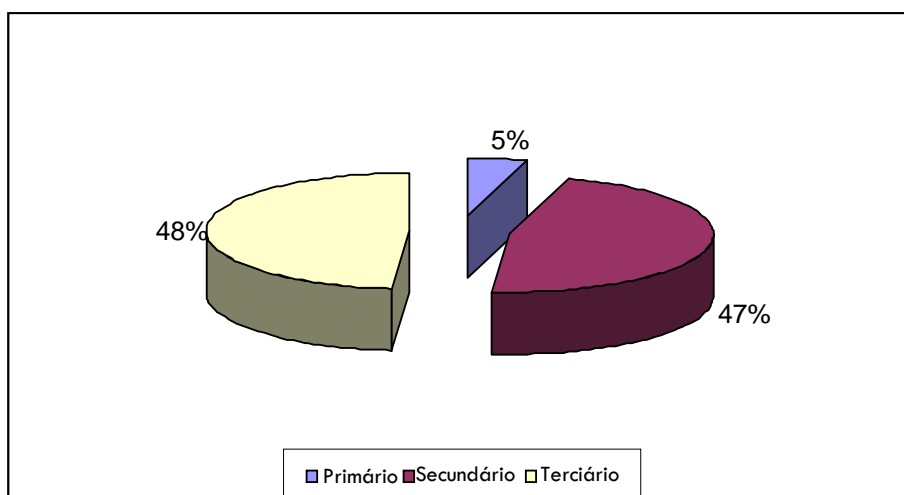


Fig. 19 - População empregada por sector de actividade em 2001

Fonte: INE, Censos 2001

Considerou-se importante para a temática em análise um levantamento dos restaurantes³⁹, confrarias, produtos certificados⁴⁰, empresas de turismo de natureza⁴¹ e número de hóspedes. Deverá ser desenvolvido um trabalho de sensibilização com os agentes relacionados com as áreas de actividade referidas no sentido de os sensibilizar para a utilização do produto e para o desenvolvimento de actividades no de espaço de produção.

- 567 Restaurantes na área de estudo e 44 na Mealhada⁴² (www.cm-mealhada.pt);

³⁹ Foi considerada a área de estudo e o concelho da Mealhada devido ao produto leitão da bairrada

⁴⁰ Foram considerados os produtos certificados da Região Centro e Norte em virtude do Salgado de Aveiro ser o que se encontra mais a Norte.

⁴¹ Só foram consideradas as empresas de turismo que operam na Ria de Aveiro

⁴² Fonte: sites Câmaras Municipais e Turismo Centro Portugal

- 12 Confrarias gastronómicas na Região Centro⁴³
(www.gastronomias.com/confrarias/)
- 14 Produtos alimentares transformados com reconhecimento oficial de Indicação Geográfica (IGP), Especialidade Tradicional Garantida (ETG) ou Denominação de Origem Controlada (DOC) ou com potencial para serem reconhecidos, que utilizam sal no seu processo de fabricação (Mãe d'Água, 2007)
- 5 Empresas de animação a operarem na Ria de Aveiro (Turismo de Portugal, 2009)

Seria relevante efectuar o levantamento das empresas de alimentares, nomeadamente as de panificação, da Região Centro e Norte, que poderão utilizar o sal marinho de produção artesanal nos seus produtos tradicionais e/ou de qualidade superior, o que não foi possível fazer neste trabalho.

Relativamente à frequência turística no ano de 2006, a área de estudo teve um total de 151.230 hóspedes, oriundos dos países abaixo indicados (INE, 2006) (fig. 20).

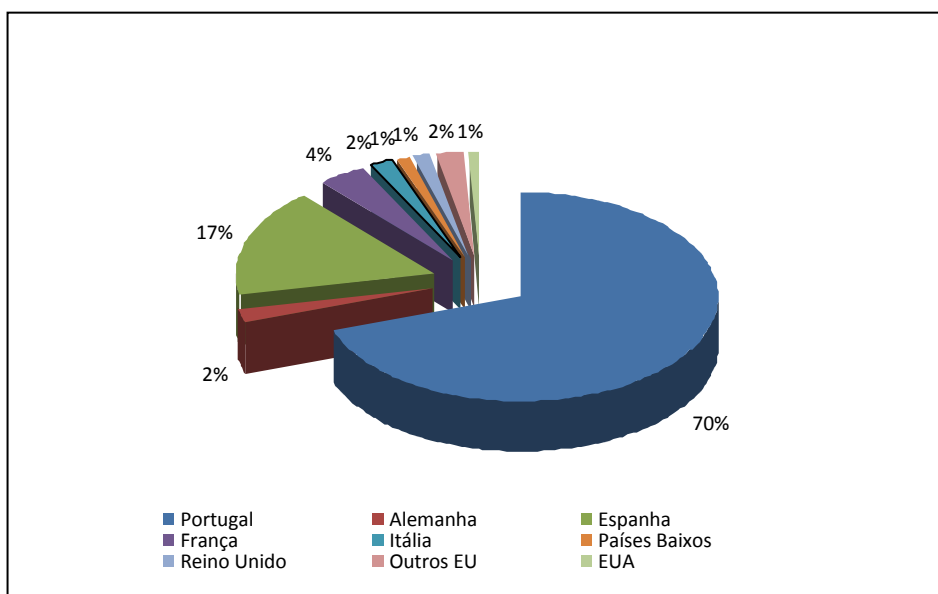


Fig. 20 - Hóspedes por área de residência em 2006
Fonte: INE, 2006

Verifica-se que mais de metade dos hóspedes são oriundos de Portugal (70%) seguido de Espanha (17%). Estes valores são justificados pela proximidade geográfica.

⁴³ Foram consideradas as confrarias gastronómicas da Região Centro

5.1.2. Caracterização Biofísica

A “Ria de Aveiro”, que é considerada um dos “acidentes mais notáveis da Costa Portuguesa”, é uma massa de água costeira delimitada por terra e com ligação ao mar. É a zona húmida de maior importância a Norte de Portugal integrando sapais, caniçais, juncais, superfícies vasosas (praias de lodo), ilhas, canais de águas livres, salinas e áreas de aquicultura. Atinge o comprimento de 45 quilómetros, desde o Carregal (entre a Praia do Furadouro e Ovar) ao Poço da Cruz (Mira), sendo a sua largura máxima de 11 quilómetros na direcção Este - Oeste, entre os cais de Canelas (Fermelã) e o Bico do Muranzel, localizado na margem interior do cordão litoral de S. Jacinto (Torreira) (Oliveira, O., 1988).

Os seus aspectos mais característicos são:⁴⁴

- o sistema de ilhas rodeadas de canais;
- os canais de Ílhavo/Mira e S. Jacinto/Ovar que divergem desde a Barra para Sul e para Norte respectivamente, e que seguem paralelos à linha da costa;
- a comunicação com o mar, efectuada apenas por uma única ligação mantida artificialmente, a Barra.

Morfologicamente, a Ria de Aveiro pode ser considerada como um estuário fechado por barras de areia (vales de rios submersos em que a sedimentação recente foi suficientemente importante para competir com a subida do nível do mar). As suas características devem-se ao sistema de barras de areia que apresentam um grande desenvolvimento ao longo da linha da costa, ultrapassando largamente a área onde entra o rio Vouga, principal afluente da Ria. Engloba ainda vários outros afluentes que desaguam no Estuário em pontos distantes da foz do rio Vouga. Por este motivo, a Ria de Aveiro apresenta também características lagunares, cuja massa de água é influenciada pela contribuição dos rios afluentes. (Silva, J., 1995).

A formação do cordão litoral que separa a laguna do mar iniciou-se no século XI ou XII (fig.21), tendo terminado a sua fase de evolução no início do século XIX (1804-1808), época em que o canal de acesso ao mar ficou situado na Barra (Oliveira, O., 1988).

⁴⁴ Relatório Protótipo Muros Marinhas in Projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007)

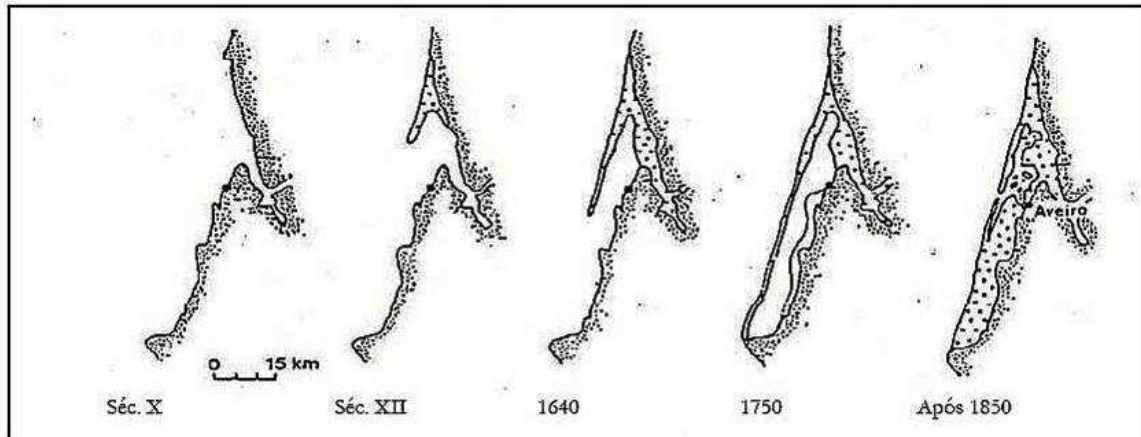
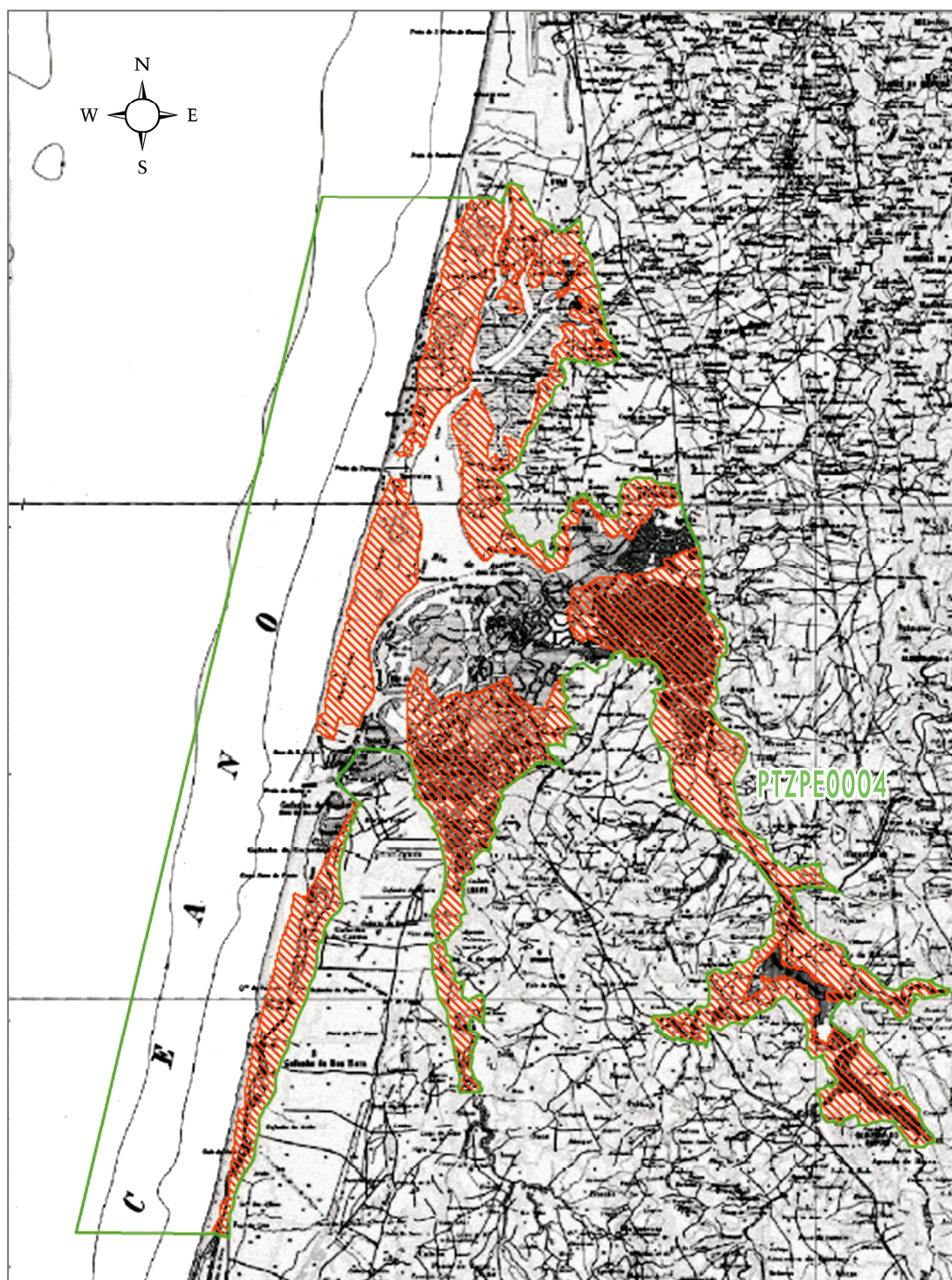


Fig. 21 - Estádios da formação e evolução da laguna de Aveiro desde o séc.X

Fonte: Adaptado de Gomes, 1992

A Ria de Aveiro é considerada uma das principais zonas húmidas portuguesas, sendo um local de descanso e reprodução para as aves migratórias oriundas dos continentes europeu e africano. A sua importância para a conservação da natureza é internacionalmente reconhecida, tendo sido integrada na Rede Natura 2000.

Foram atribuídos à Ria de Aveiro diversos estatutos de protecção: Biótipo Corine (C12100019); Zona de Protecção Especial (ZPE) (PTZPE0004) (fig.22), directiva aves (Directiva 79/409/CEE); Reserva Ecológica Nacional (Decreto-Lei nº321/83 de 5 de Julho e O Decreto-Lei nº93/90 de 19 de Março).



Zona de Protecção Especial
Decreto lei n.º 384-B/99 de 22 de Setembro
Atribuído o código PTZPE0004
Superfície de 51152 hectares
1:250 000

▨ ZPE
— Perímetro da ZPE

Fig. 22 – Zona de Protecção Especial da “Ria de Aveiro”
Fonte: Adaptado do projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007)

5.2. Gestão do “Salgado de Aveiro”

São diversas as entidades envolvidas na gestão do “Salgado de Aveiro” (Câmara Municipal de Aveiro, Câmara Municipal de Ílhavo, Administração do Porto de Aveiro (APA), Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro (CCDR-C) e Administração da Região Hidrográfica Centro (ARH)).

Cada uma destas entidades tem responsabilidades sobre esta área, as Câmaras Municipais através das definições estipuladas nos seus Planos Directores Municipais (PDM), a DRAP na emissão de licenças de actividade para a aquicultura e salicultura, a CCDR-C na interpretação e aplicação das políticas de ambiente e ordenamento do território e a ARH na protecção e valorização das componentes ambientais das águas, gestão sustentável dos recursos hídricos e emissão de licenças de ocupação do Domínio Público Hídrico.

5.2.1. Entidades que gerem o salgado

Câmara Municipal de Aveiro

Esta entidade assume várias responsabilidades para a área em análise. O seu Plano Director Municipal (PDM) classifica-a como zona de salvaguarda estrita (REN), referindo no artigo 44º, ponto 4 (REN) que *“nas áreas das marinhas do salgado de Aveiro deverá ser elaborado um plano de ordenamento que compatibiliza as acções de conservação da natureza com as actividades que aí se pretendam instalar, nomeadamente a exploração salícola e aquacultura em regimes extensivo e semi-intensivo e conquicultura”*.

Actualmente está em curso a sua revisão.

Câmara Municipal de Ílhavo

O seu Plano Director Municipal classifica o salgado como zona natural e de protecção (anexo 3 – D). Este plano refere que deverá ser produzido um estudo relativamente ao ordenamento que concilie as acções de conservação da natureza com as actividades existentes e que aí se pretendem instalar, nomeadamente salicultura, aquicultura em regimes extensivo e semi-extensivo e conquicultura.

Administração do Porto de Aveiro (APA)

Esta entidade foi criada pelo Decreto-Lei nº 339/98 de 3 de Novembro. A sua jurisdição é relativa os terrenos portuários e áreas de expansão e aos canais adjacentes e respectivas margens do Domínio Público Marítimo. No Canal de Mira a área de jurisdição da APA é limitada pela ponte da Barra, no Canal de Ílhavo pela ponte da EN 109-7, no Canal Principal de Navegação pelo

enfiamiento do limite Nascente da Marinha Moleira e no Canal de S. Jacinto e Cale do Espinheiro por um paralelo que passa pelo Cais da Pedra, sito a Norte daquela povoação.

Esta entidade é responsável pela emissão de licenças de obras e de construções.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP)

A Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro é um serviço do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, incumbido de apoiar o sector agrícola e das pescas, a nível regional e local, com vista à sua dinamização e maior aproximação aos agricultores e suas organizações, numa perspectiva integrada e de acordo com a política e os objectivos de âmbito nacional definidas para aqueles sectores. É a entidade que controla a actividade da salicultura e emite a licença de actividade.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro (CCDR-C)

Esta entidade tem como missão interpretar e aplicar no território as políticas de ambiente, do ordenamento do território, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais, tem em vista a promoção do desenvolvimento integrado e sustentado da Região Centro.

Administração da Região Hidrográfica do Centro

As Administrações de Região Hidrográfica têm como objectivos a elaboração e execução dos planos de gestão das bacias hidrográficas e dos planos específicos de gestão das águas, bem como a aplicação dos programas de medidas. Estas entidades deverão ainda decidir sobre a emissão dos títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, realizar a análise das características da respectiva região hidrográfica e das incidências das actividades humanas sobre o estado das águas, a análise económica das utilizações das águas e promover a requalificação dos recursos hídricos e a sistematização fluvial.

Da sua missão faz também parte, entre outros, o estabelecimento de uma rede de monitorização da qualidade da água, e a elaboração e aplicação o respectivo programa de monitorização, assim como a aplicação do regime económico e financeiro nas bacias.

A ARH do Centro, com sede em Coimbra, abrange a seguinte Região Hidrográfica: RH4 - Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste: compreende as bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, das ribeiras da costa entre o estuário do rio Douro e a foz do rio Lis, e as bacias hidrográficas de todas as linhas de água a sul da foz do Lis até ao estuário do rio Tejo exclusive

Aplica a taxa de ocupação das salinas de acordo com o Decreto-Lei nº97/2008, sendo os valores de 0,05 euros/m² para áreas inferiores a 1 ha e de 0,025 euros/m² para áreas superiores a 1 ha e na parcela correspondente ao excesso.

São também vários os instrumentos de ordenamento e gestão do território que se aplicam a esta área (PNPOT, Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga, Plano Sectorial Rede Natura 2000, Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Dunas de S. Jacinto, Plano de Ordenamento da Orla Costeira para o troço Ovar-Marinha Grande, PROT, Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@Ria, Polis Litoral Ria de Aveiro, PDM Aveiro e PDM Ilhavo) tornando a sua gestão complexa.

5.3. Enquadramento físico do “Salgado”

O “Salgado de Aveiro” abrange os concelhos de Aveiro (freguesias da Glória, Aradas, Vera-Cruz e Esgueira) e de Ílhavo (freguesia de S. Salvador). As salinas que estão actualmente em produção de sal (9) situam-se exclusivamente no concelho de Aveiro (fig. 23).

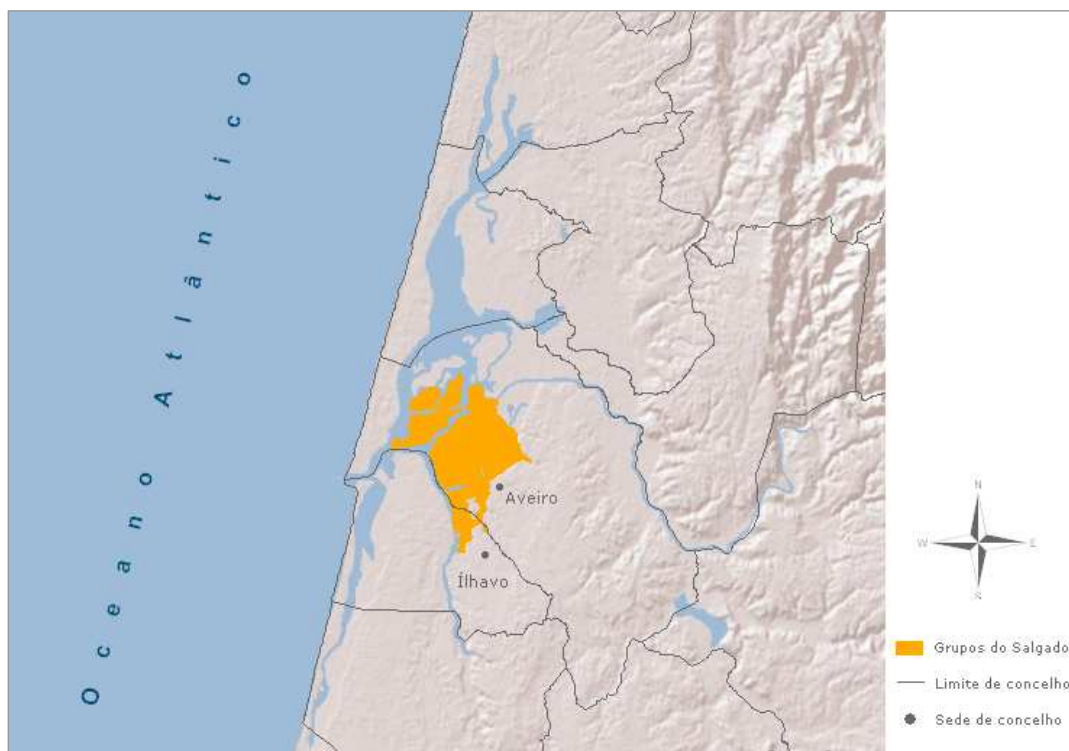


Fig. 23 – Enquadramento físico do “Salgado de Aveiro”

Fonte: Adaptado do projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007)

Em 1956 o “Salgado de Aveiro” desenvolvia-se num espaço de 1500 (mil e quinhentos) hectares de área de produção. Em 2007 esta área foi reduzida para 1152 (mil cento e cinquenta e dois) hectares devido à construção de infra-estruturas viárias (actual A25 antiga IP5). Está organizado por grupos (fig. 24): Grupo do Norte (61 salinas); Grupo do Mar (52 salinas); Grupo de Monte Farinha (8 salinas); Grupo de S. Roque (63) e Grupo do Sul (68) (Projecto Interreg IIIB Sal 2004-2007).

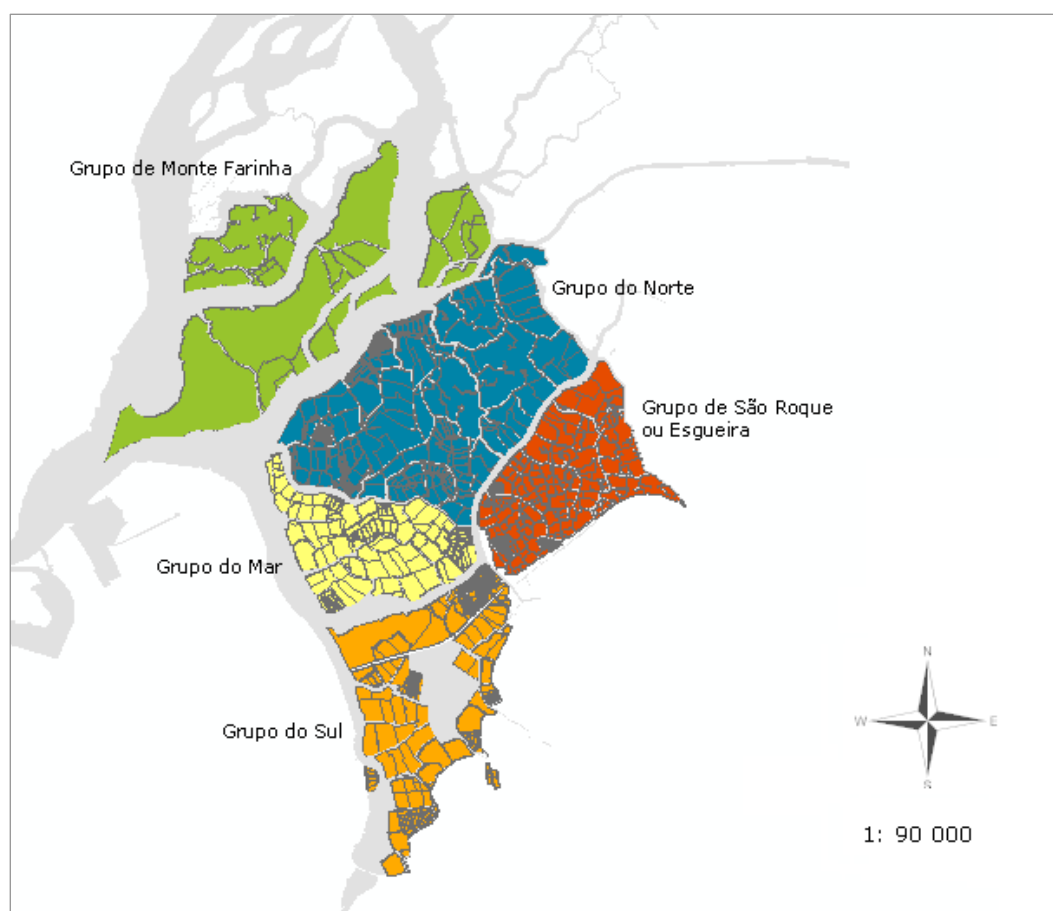


Fig. 24 - Grupos do “Salgado de Aveiro”

Fonte: Adaptado do projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007)

Os Grupos do Sul e de S. Roque ou Esgueira são os únicos com acessibilidade terrestre, os restantes só são acessíveis por barco.

O Salgado de Aveiro foi sofrendo alterações ao longo dos anos com um progressivo abandono da salicultura e aumento da aquicultura (fig. 25 e quadro 12). No entanto, de acordo com dados da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP), entre os anos de 1996 e 2003 verificou-se uma diminuição das aquiculturas licenciadas, passando as que estavam em regime semi-intensivo de doze para seis e as que estavam em regime extensivo de sete para quatro, com consequente decréscimo do número de marinhas ocupadas por esta actividade. Esta situação é justificada pelo aumento da concorrência dos mercados internacionais e pela necessidade de investimento na manutenção das infra-estruturas (Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro, 2010)

No ano de 2010 estão ser feitos pedidos de licenciamento para aquicultura que contribuirão para um aumento da área de produção.⁴⁵

⁴⁵ Informação cedida por Dr. Vítor Nunes (DRAP) em 2010

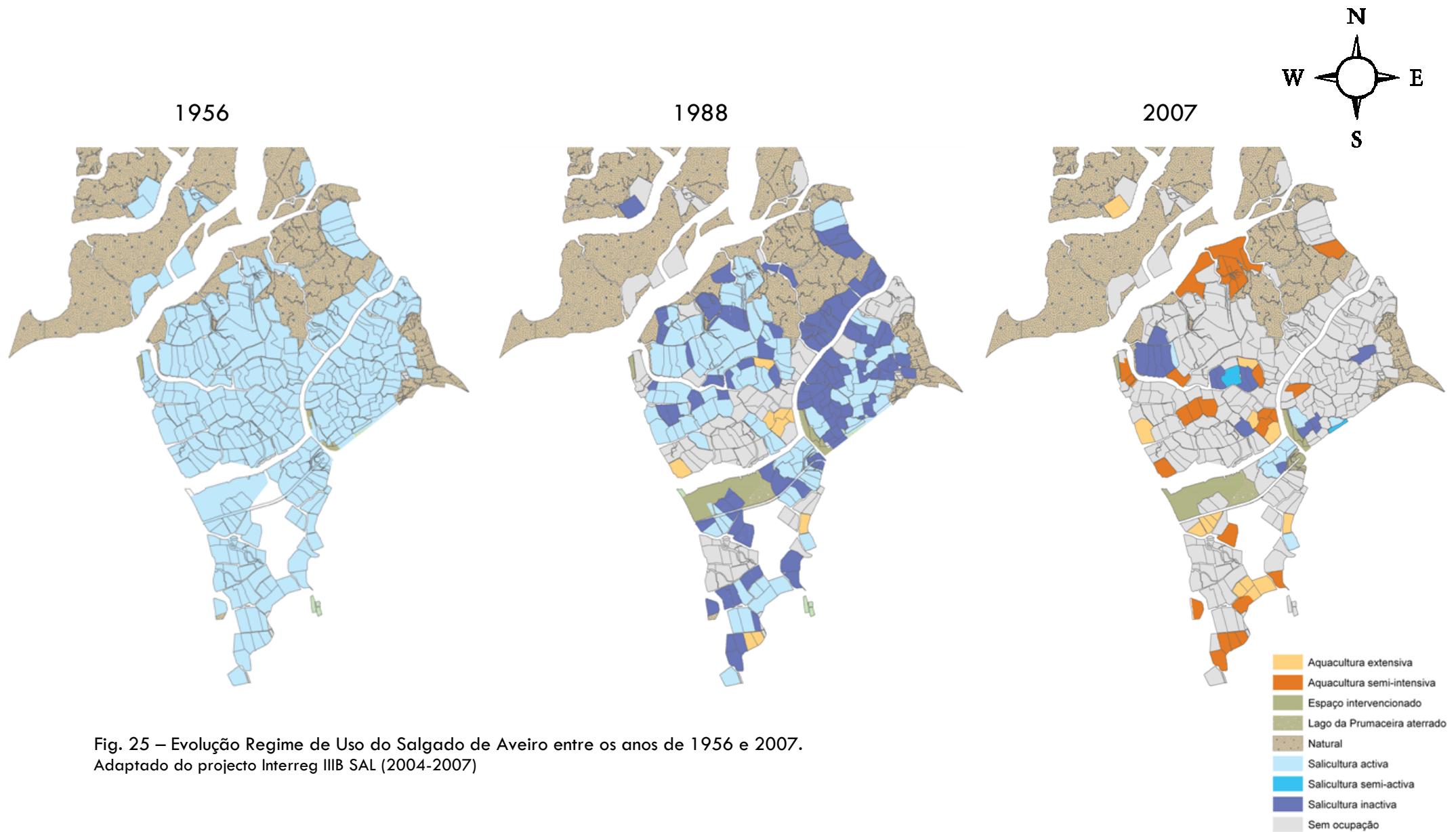


Fig. 25 – Evolução Regime de Uso do Salgado de Aveiro entre os anos de 1956 e 2007.
Adaptado do projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007)

Quadro 12 - Áreas ocupadas por tipo de regime do salgado no ano de 2007

Regime do salgado	Área ocupada (m2)
Salicultura activa	429830
Salicultura semi-activa	111413
Salicultura inactiva	861057
Aquacultura extensiva	759014
Aquacultura semi-intensiva	1927499

Fonte: Projecto Interreg IIIB Sal do Atlântico (2004-2007)

5.3.1. Ameaças e problemas

O Salgado de Aveiro, como já foi mencionado no capítulo I, encontra-se submetido a um vasto conjunto de pressões nomeadamente ao nível da construção de infra-estruturas (viárias, ferroviárias, empreendimentos imobiliários) e do desenvolvimento de aquicultura intensiva (Martins, F., 2006).

São vários os factores referidos como causa da degradação em que se encontra o Salgado: aumento do número de embarcações a navegar e consequente aumento de ondulação e destruição dos muros (motas); alteração dos caudais da Ria devido às obras na barra do Porto de Aveiro; assoreamento dos canais; falta de mão-de-obra e elevados custo de manutenção. Outros dos impactos negativos no ecossistema da “Ria da Aveiro” as dragagens efectuadas regularmente pelo Porto de Aveiro, que provocam uma alteração na dinâmica da ria, originando um aumento da erosão e um aumento na profundidade, dificultando a alimentação das aves. (PSNR2000, 2008).

Por fim, importa referir que as salinas estão interligadas e quando existe o abandono de uma e consequente arrombamento, a salina contigua acaba também por sofrer consequências nefastas. Existe uma fragilidade em cadeia com o abandono destes espaços e com exposição à acção invasora das marés.

Os apoios à recuperação têm sido financiados pelo Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), sendo no entanto insuficientes e infrutíferos, pelo referido estado de abandono e consequente fragilidade em cadeia (Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro, 2010).

Infra-estruturas e projectos

São diversos os investimentos previstos para a área em análise. Iremos referir somente os que de uma forma directa influenciam as características do Salgado.

Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro – Plataforma Multimodal de Cacia/Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro e Feixes Ferroviários

O proponente deste projecto é a REFER (Rede Ferroviária Nacional, EP). Este projecto de construção resultou da *“necessidade de criar uma estrutura de apoio ao Porto de Aveiro, numa perspectiva multimodal (ferroviária e marítima) de forma a permitir um escoamento de mercadorias de e para o Porto, de importância local, regional, nacional e internacional”*.

O projecto, já implementado, abrange os concelhos de Aveiro e de Ílhavo. O Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro e Feixes Ferroviários atravessam as freguesias de Esgueira, da Vera-Cruz e Glória pertencentes ao concelho de Aveiro e as freguesias de São Salvador e Gafanha da Nazaré pertencentes ao concelho de Ílhavo.

Relativamente aos impactos nas salinas e na salicultura em particular, na construção da infra-estrutura, destacamos:

- Alteração do uso do solo pela ocupação territorial pela nova plataforma;
- Afecção de áreas de grande sensibilidade ecológica, áreas de sapal e salinas, incluídas dentro da ZPE Ria de Aveiro;
- Flora atingida pela desmatização e deposição de poeiras e poluentes;
- Aumento do potencial de poluição do ar, da água e do solo.

(www.ambiente.pt/IPAMB_DPP/docs/RNT1381.pdf).

Infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro (SIMRIA)

A SIMRIA foi criada pelo Decreto – Lei nº 121/97, de 26 de Abril, com o objectivo de obter uma solução conjunta para a colecta, tratamento e destino final dos efluentes da Ria de Aveiro, representando uma solução integrada de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes. Na construção da conduta houve impactos associados, no entanto actualmente o tratamento e desvio da água residuais para o mar tem impactos positivos na qualidade da água da laguna. A redução das entradas de água doce e rejeição pela SIMRIA de efluentes tratados no mar contribui para o aumento da salinidade na laguna (www.simria.pt).

Na figura abaixo (fig. 26) estão representadas estes dois projectos assim como as vias rodoviárias que cruzam a área do Salgado. Verifica-se que os grupos mais afectados são: o grupo do Sul e o grupo de S.Roque/Esgueira.

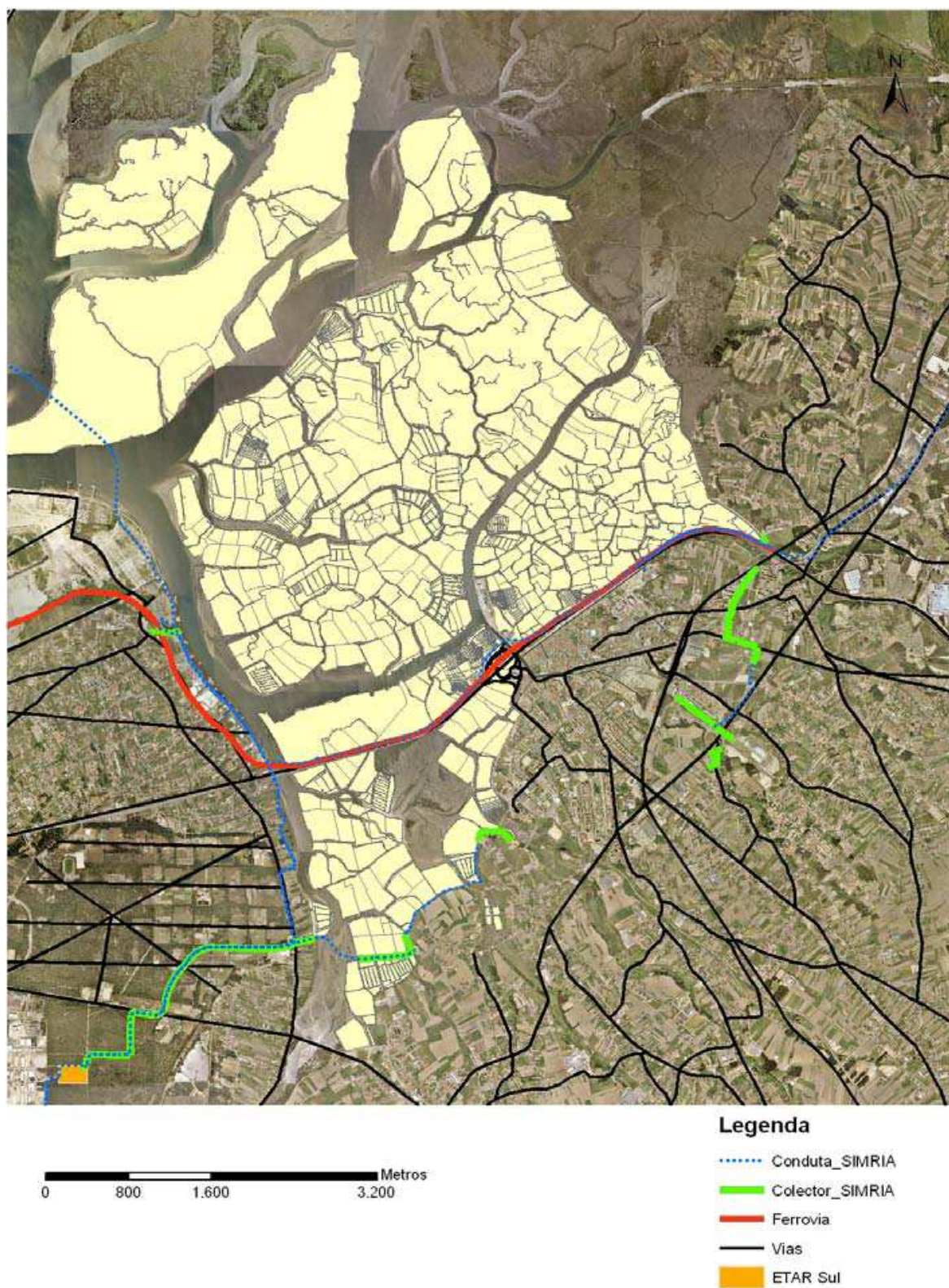


Fig. 26 - Identificação das infra-estruturas desenvolvidas (SIMRIA e Ferrovia) no espaço do Salgado de Aveiro.

Fonte: Adaptado de Projecto Sal 2004-2007, ortofotomapa 2003, SIMRIA

5.4. O Sal

5.4.1. Breve Historial da Produção de Sal na Ria de Aveiro

Antes da existência da Laguna, os romanos instalaram-se na foz do Rio Vouga, em Cacia, com uma primária indústria salineira. Como mencionado no capítulo II, a primeira referência ao sal foi em Aveiro, no ano de 959. O sal assumiu uma grande importância nas antigas civilizações e particularmente durante a época medieval este produto assumiu-se como fundamental na conservação dos alimentos. Em virtude de Aveiro ser uma zona de produção central e de fácil acesso por mar, a produção de sal teve um grande incremento até à fundação de Aveiro, desempenhando até finais do século XVI um papel de grande importância no comércio internacional (Amorim, I., 1996).

Nessa altura, o comércio internacional passa a ser dominado pelos holandeses que preferem as trocas comerciais com Lisboa e passam a adquirir o sal produzido em Setúbal, com um preço mais estável. Estas diferenças no preço estavam directamente relacionadas com a estruturação da salina, que impunha recolhas quase diárias com consequentes custos de mão de obra mais elevados, o que tornava este Salgado e outros de características semelhantes como o da Figueira da Foz e o do Oeste de França, menos competitivos que os Salgados do Tejo, do Sado e sul de França, com apenas três a quatro recolhas anuais. Quando a procura diminuía era difícil aos produtores suportar os custos de preparação e de mão-de-obra (Amorim, I. 2001).

Com a abertura da Barra, em 1808, previa-se uma revitalização da produção de sal, em virtude do aumento da salinidade e consequente reflexo nas condições de produção. Essa situação acabou por não se verificar devido às crises salícolas internacionais, que desde finais do século XIX afectaram esta actividade, em virtude de alterações no sector da pesca e na conservação, com preferência da conserva e não da tradicional salga. Apesar desta retracção em 1877 ainda estariam em produção 500 marinhas (Alcoforado, 1877).

São vários os autores que referem o início do século XX como de grandes oscilações no mercado aveirense de sal. Amzalak (1920) refere a crise no mercado nacional, nos anos 20, devido ao uso de métodos de produção antiquados e caros e a forte concorrência espanhola nos mercados estrangeiros como factor de declínio do mercado salícola nacional e consequentemente do mercado aveirense. Justino (1978) refere diversas razões apontadas pelos produtores para a situação crítica no início dos anos 30: a) o comércio desorganizado b) a concorrência de outros centros produtores do país c) o difícil acesso da Barra e d) a diminuição das exportações para o estrangeiro. António Christo, conceituado advogado e proprietário de salinas, num discurso proferido na Assembleia Nacional, em 1943, refere que a principal causa da crise vivida a desorganização da indústria e comércio do sal (Christo, 1943).

Nos anos 50, a produção era praticamente assegurada devido à existência de uma extensa frota bacalhoeira e consequente salga do bacalhau (Ílhavo) e a uma indústria química (Estarreja)

consumidora de sal. Nos finais anos 70, devido a diversos factores, nomeadamente a concorrência do sal de produção industrial, a um preço bastante inferior, as salinas entram em declínio, com posterior abandono.

5.4.2. Evolução da produção

O salgado de Aveiro ao longo das últimas décadas tem sofrido um processo de evolução que evidencia um declínio da actividade da produção artesanal de sal, mantendo no entanto uma certa estabilidade desde 2004. Em 1956 estavam 270 salinas em actividade salícola numa área de 1500 hectares, número que se manteve até aos inícios dos anos 70. A concorrência do sal de produção industrial, nacional e estrangeiro, os apoios para a aquicultura com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e consequente reconversão de salinas para exploração aquícola e as obras de expansão do Porto de Aveiro na década de 90 e consequentes aumento da amplitude das marés são apontadas como causas do declínio e abandono da actividade de salicultura na Ria de Aveiro nas últimas décadas. O número de salinas em produção de sal evoluiu de 46 (quarenta e seis) em 1995 para 12 (doze) em 2001 e 9 (nove) em 2009.

Em 2009, de acordo com informação dada pelo marnoto João Banca, a produção foi de 908 (novecentas e oito) toneladas de sal e de 5290 (cinco mil, duzentos e noventa) quilos de flor de sal, em nove marinhas, com um aumento de 44% face ao ano de 2008. (Banca, 2009) (fig. 27).

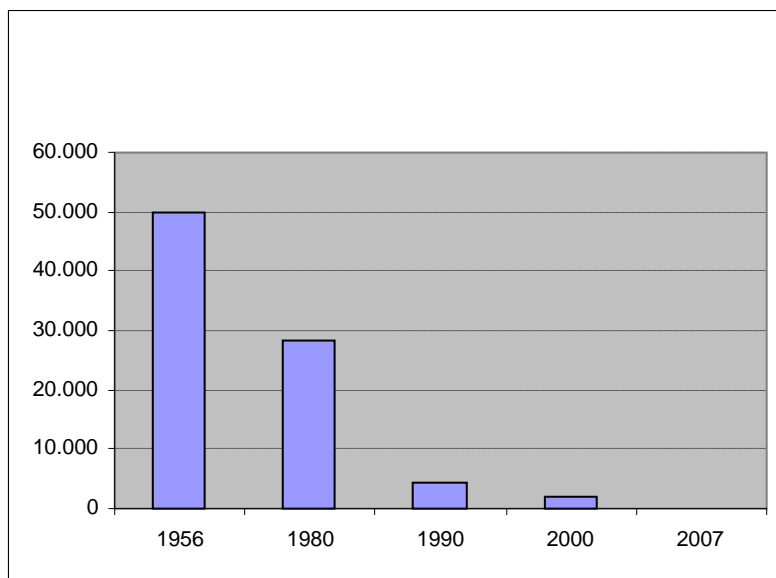


Fig. 27 – Produção de Sal Marinho em Aveiro em Toneladas
Fonte: INE, 2007

Estima-se, de acordo com João Simões (marnoto), que a capacidade média de produção para as 9 (nove) salinas seja de aproximadamente 1000 (mil) toneladas.

5.5. Causas do declínio da actividade

A actividade tem enfrentado diversas dificuldades, nomeadamente, os elevados custos de manutenção das condições físicas do espaço de produção (e.g. muros), financiamento à actividade, enquadramento legal distintivo do sal marinho artesanal e sal industrial e a insuficiente mão-de-obra.

Os apoios financeiros atribuídos para o desenvolvimento da salicultura na Ria de Aveiro, nomeadamente do PIDDAC, têm sido insuficientes.

Outra dificuldade prende-se com o licenciamento e pagamento de taxas:

- Licença para a utilização do DPH – AHR-C
- Licença da actividade – DRAP

Analisando as causas evocadas para as causas do declínio nos inícios do século XX pelos vários autores e as causas evocadas actualmente podemos concluir que existem factores comuns: a) elevados custos de produção b) concorrência de outros centros c) desorganização da actividade.

Actualmente o sal já está reconhecido como produto agro-alimentar e com distinção nos métodos de produção, possibilitando o uso de menções de origem. Esta possibilidade permite aos produtores superar os constrangimentos “elevados custos de produção / concorrência de outros centros” ao apostar num produto certificado, com selos de qualidade e com consequente diferenciação e valorização. Relativamente à organização, em 1968 foi criada uma cooperativa, constituída pelos proprietários das marinhas, com a finalidade de angariar fundos para a revitalização da actividade, que não foi bem sucedida, tendo sido apontadas como causas do insucesso: a) não inclusão na cooperativa dos principais intervenientes no processo – os marnotos b) má gestão das verbas concedidas e não distribuição aos marnotos para aplicação directa em investimentos nas salinas c) subsequente clima de distanciamento e espírito de revolta instalado entre marnotos e proprietários. Em 1997 procedeu-se a uma tentativa de revitalização da cooperativa, mas que também não surtiu efeito (Silva e al, 2002). Em 2007 no âmbito do projecto Interreg IIIB SAL (2004-2007) e do trabalho desenvolvido no reconhecimento com a consequente necessidade de criação de estruturas associativas, foi criada a Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro (APMRA), que está actualmente com o presidente demissionário e sem actividade.

5.6. Acções encetadas para revitalizar o Salgado

5.6.1. As iniciativas desenvolvidas

Nos últimos anos têm vindo a ser desenvolvidas algumas iniciativas pela Câmara Municipal de Aveiro e pela Universidade de Aveiro, com o apoio dos programas *Life Ouverture* e de *Cooperação Transnacional Espaço Atlântico*, através do projecto Interreg IIIB-SAL do Atlântico (2004-2007), na recuperação do salgado, reorganização da produção e promoção da salicultura, com impactos

também ao nível local. Das acções desenvolvidas no supra-mencionado projecto destacamos o desenvolvimento de:

- uma ferramenta “*SIG Salgado de Aveiro - Uma base de dados geográfica para a gestão e promoção das marinhas de Aveiro*”, que permite efectuar a apreciação da evolução do uso, bem como do estado e do regime das salinas.
- “*Protótipo de Recuperação dos Muros das Salinas*”, desenvolvido com materiais enquadrados na paisagem e a custos razoáveis, aplicado para o sitio-piloto Ria de Aveiro, mas que pode ser adaptado para outros locais com problemas idênticos de erosão;
- criação da “*Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro (APMRA)*”, como já mencionado esta associação pretendia responder à necessidade de existirem estruturas associativas locais, nacionais e europeias;
- intervenção na salina *Santiago da Fonte*, propriedade da Universidade de Aveiro. Esta intervenção foi efectuada no âmbito do processo de certificação do produto. Foi intervencionado o armazém e a área exterior envolvente o que permitiu não só o processo de certificação como a adaptação desta salina para novas funcionalidades, nomeadamente o desenvolvimento de actividades de investigação e divulgação científica.

Outras iniciativas de relevância foram: a) o desenvolvimento de um curso para marnotos em 2007 (anexo 11); b) a criação do Cluster das Actividades do Mar na Região Centro em 2008, como descrito no Capítulo III; c) o desenvolvimento de um DVD interactivo “Um Lugar ao Sal”, desenvolvido pela Fábrica da Ciência Viva de Aveiro e d) o desenvolvimento do projecto “Histórias a Água e Sal”, apoiado pelo programa Gulbenkian Ambiente 2008, desenvolvido em 2009 por uma equipa multidisciplinar de investigadores da Universidade de Aveiro, com a colaboração de professores e alunos dos segundo e terceiro ciclo e do secundário, com o objectivo final de inclusão da temática no currículo escolar.

5.6.2. Iniciativas em curso

No ano de 2010 iniciou-se o projecto Interreg IVB - ECOSAL ATLANTIS (2010-2012) (anexo 7) com algumas actividades e acções lideradas pelo parceiro Universidade de Aveiro e algumas acções lideradas pelo parceiro Câmara Municipal de Aveiro nas áreas da comunicação, do desenvolvimento territorial sustentável e património respectivamente. Espera-se que o projecto, nomeadamente através da criação de uma *Rota Europeia do Sal* e com o desenvolvimento de acções de sensibilização e divulgação, seja um contributo para instituir no público em geral e em públicos de especialidade (médicos e nutricionistas) e empresariais o interesse pela temática, podendo criar efeitos *spill over*.

Este projecto tem o apoio de entidades regionais, como o Turismo Centro de Portugal (TCP) e da Administração Hidrográfica da Região Centro (AHR-C), que se espera possam dar continuidade ao trabalho desenvolvido no projecto, após o seu término.

O “Ecomuseu da Troncalhada” desenvolve actividades regulares de visitação e actividades pedagógicas.

A Câmara Municipal de Aveiro tem organizado anualmente a Feira Internacional do Sal, sendo este ano a 4ª (quarta) edição.

5.7. Caracterização do mercado do sal aveirense

Proprietários

De acordo com o estudo de mercado realizado pela empresa *MultiAveiro* (2006), as salinas de Aveiro são propriedade maioritariamente de particulares. Verifica-se também a existência de outra tipologia de proprietários, embora de forma residual, como empresas e bancos, (Soares da Costa e Banif). As entidades Câmara Municipal de Aveiro e Universidade de Aveiro são também proprietárias de salinas, 4 (quatro) e 5 (cinco) respectivamente, estando duas dessas salinas a produzir sal pelo método artesanal (uma de cada entidade). A Marinha da Troncalhada, propriedade da Câmara Municipal, assume-se como um Ecomuseu e a Marinha de Santiago da Fonte, propriedade da Universidade de Aveiro, foi objecto de uma intervenção no âmbito do projecto Interreg IIIB Sal do Atlântico (2004-2007), ao nível do armazém e da área exterior permitindo uma adaptação para novas funcionalidades, nomeadamente o desenvolvimento de actividades de investigação e científicas.

Não existem vínculos claros entre os proprietários e os produtores, apenas existe uma ligação informal. Os proprietários não possuem conhecimento das quantidades de sal produzidas nas suas salinas, nem dos circuitos de comercialização. As salinas estão “cedidas” aos produtores sendo a contrapartida a sua manutenção.

Produtores

De acordo com o supra-mencionado estudo, os marnotos (produtores) têm uma média de idade de 54 (cinquenta e quatro) anos, predominando a faixa etária dos 40 (quarenta) aos 49 (quarenta e nove) anos, são pessoas com uma escolaridade baixa, têm maioritariamente o 1º ciclo do ensino básico (MultiAveiro, 2006). Detêm no entanto um saber acumulado de anos de experiência, em alguns casos transmitido por gerações anteriores.

Em 2009 estiveram aproximadamente 19 (dezanove) marnotos e moços a trabalhar nas 9 (nove) marinhas activas, sendo o único marnoto a exercer a actividade a 100% o marnoto (funcionário da Câmara Municipal) que trabalha no Ecomuseu da Troncalhada (Câmara Municipal de Aveiro,

2010). Os restantes desenvolvem também actividades paralelas⁴⁶ em virtude da salicultura ser uma actividade sazonal e que consideram pouco rentável.

De acordo com o estudo desenvolvido pela *MultiAveiro* os produtores (marnotos) não têm uma situação definida face ao emprego, não efectuando contribuições para a Segurança Social e no ano de 2003 não estavam registados empresários ou empresas no subsector do CAE 14401-Extracção de Sal Marinho, contrariamente ao ano de 1996 em que estavam registados neste subsector sete empresários em nome individual (*MultiAveiro*, 2006).

Armazenistas

Em Aveiro estão implantados dois grossistas/armazenistas “Vitasal/Salcentro” e “Salineira Aveirense”. No levantamento efectuado pela *MultiAveiro* (2006) aparecem 2 (duas) empresas registadas na CAE 144 (14403-Refinação de Sal).

A empresa “Flor da Ria”, proprietária de marinhas no Sado, já teve armazém em Aveiro, mas actualmente só tem em Ovar. Estas empresas dedicam-se à higienização do sal, à sua embalagem e distribuição. De acordo com o estudo realizado pela empresa *MultiAveiro* (2006) estas 3 (três) empresas adquirem sal industrial proveniente de vários países (Tunísia, Espanha, França) a um preço mais baixo. Adquiriram também sal artesanal de Aveiro, sendo eles que estabelecem o preço de aquisição. Paralelamente, algumas destas empresas já lançaram uma linha de produtos de sal marinho artesanal e flor de sal de Aveiro com ervas aromáticas que estão a ser comercializados em lojas locais. Comercializam também sal artesanal proveniente do Sado e do Algarve.

Retalhista

Há um quiosque situado no centro da cidade (Rossio) que o seu proprietário esteve vários anos em França, onde adquiriu conhecimentos na área da química e da salicultura de produção tradicional. Adquire há já alguns anos o sal e a flor de sal aos produtores de Aveiro que utiliza para desenvolver produtos com alguma inovação, nomeadamente: sabonete com flor de sal; sais de banho; salicórnia em vinagre, entre outros. Em 2009⁴⁷ estabeleceu uma parceria com um Centro de Estética⁴⁸ para comercializar e utilizar os seus produtos em tratamentos. Este Centro promoveu um tratamento esfoliante de óleos e flor de sal à semelhança do já praticado há alguns anos no Algarve.

⁴⁶ Maioritariamente na construção civil, armazéns, pesca e agricultura (*Multiaveiro*, 2006)

⁴⁷ Reportagem Jornal Diário de Aveiro 2009

⁴⁸ Isabel Castro cabeleireiros

6. Estudo Comparativo Casos de Estudo

Sendo a situação de desenvolvimento dos salgados em estudo pouco homogénea, procurou-se identificar algumas variáveis representativas e passíveis de efectuar um estudo comparativo.

Os Salgados em análise têm tido comportamentos distintos. O Salgado de Aveiro tem estado em acentuado estado de declínio desde a década de 70.

O Salgado do Algarve, relativamente à produção artesanal, também sofreu declínio entre as décadas de 70 e 90, altura em que começou a surgir alguma dinâmica de reabilitação e revitalização da actividade.

O Salgado de Guérande esteve em declínio entre finais do século XIX até à década de 70 do século XX. Nos anos 70 iniciou um processo de revitalização, com grande dinamismo a partir dos finais da década de 80.

Relativamente às características dos salgados, uso das salinas, propriedade, destino do produto e distribuição somente é possível efectuar um estudo comparativo entre os Salgados de Guérande e de Aveiro (quadro 13), em virtude da análise efectuada para o Algarve englobar somente três produtores, que foram considerados casos de estudo, mas que não representam a totalidade do “Salgado do Algarve”.

Quadro 13 - Características dos Salgados

Sítios	Nº Salinas	Área de produção activa (hectares)	Nº produtores	Valores médios de Produção (toneladas)
Aveiro (09)	9	54	17	900
Guérande (08)	350	815	312	12000

Analisando as temperaturas da região de St. Nazaire (a aproximadamente 20 km de Guérande) nos meses de produção de sal (Junho a Setembro) e do Porto (a aproximadamente 70 km de Aveiro), verificámos que são idênticas (fig 28 e fig 29). Relativamente aos valores de precipitação no meses referidos concluímos que em St. Nazaire os valores são superiores, nomeadamente nos meses de Julho e Agosto. Com esta análise podemos concluir que as condições de produção em Guérande apresentam características que são menos favoráveis do que em Aveiro.

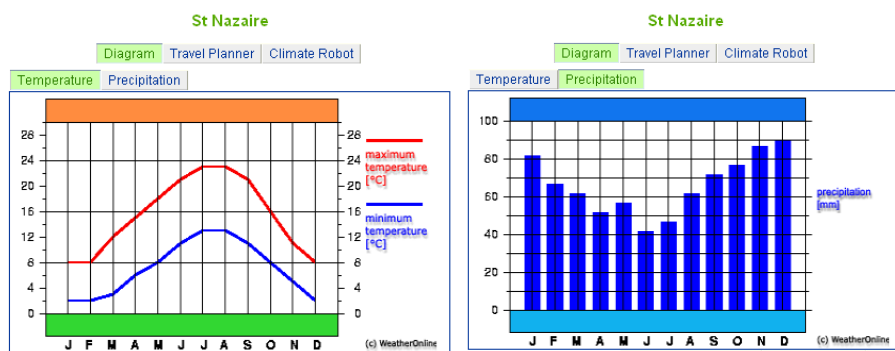


Fig. 28 – Gráficos de Temperatura e precipitação St Nazaire
Fonte: <http://www.woeurope.eu/weather/maps/city?>

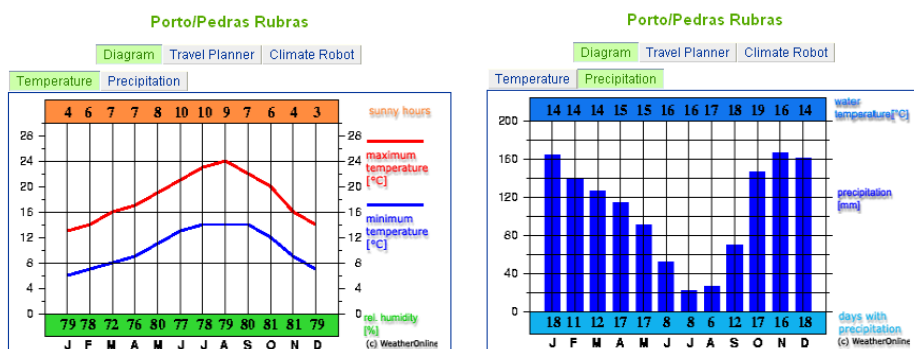


Fig. 29 – Gráficos de Temperatura e precipitação Porto/Pedras Rubras
Fonte: <http://www.woeurope.eu/weather/maps/city?>

As duas actividades existentes no Salgado de Aveiro são a salicultura praticada de forma artesanal e a aquicultura (piscicultura e moluscicultura). Na actividade de aquicultura o regime predominante é a produção extensiva, existindo no entanto produções de regime semi-intensivo (quadro 14).

Relativamente a Guérande a prática da salicultura é feita exclusivamente pelo método artesanal. Uma pequena parte da área do salgado é utilizada para outros usos como a aquicultura, pesca desportiva e uso naturalista.

Quadro 14 - Usos das Salinas

Sítios	Sal Produção meios mecânicos	Sal Produção Artesanal	Aquicultura	Pesca desportiva	Naturalista
Aveiro (09)	0	54	269	0	0
Guérande (06)	0	815	58	12	19

Fonte: Adaptado Projectos Interreg – SAL (2004-2007) e ECOSAL ATLANTIS (2010-2012)

Como já anteriormente referido é comum nos dois salgados (Aveiro e Guérande) a posse da propriedade ser predominantemente de privados e as instituições aparecerem de forma residual (quadro 15). Em Aveiro as instituições são a Câmara Municipal e a Universidade e em Guérande o *Conservatoire du Litoral, Commaunité de Agglomeration de la Presqu'île Guerandaise*, os municípios e o departamento.

Quadro 15 - Propriedade

Sítios	Instituições	Privados
Aveiro	2	Mais frequente
Guérande	4	Mais frequente

Fonte: Adaptado Projecto Interreg (2004-2007)

Relativamente ao destino do produto, o sal de Aveiro ainda não é comercializado nas grandes superfícies. A sua comercialização é feita através dos armazenistas (para fabrico agro-alimentar), em lojas locais (pequenas embalagens) e directamente nas salinas (a granel ou sacos de 25 kg) para consumo alimentar. No caso de Guérande a maioria do sal é destinado ao consumo alimentar (quadro 16).

Quadro 16 - Destino do produto (%)

Sítios	Consumo alimentar	Fabrico Agro-alimentar	Outros
Aveiro	<0,5	99%	1%
Guérande	75%	20%	5%

Fonte: Adaptado Projecto Interreg (2004-2007)

Quanto à distribuição, 99% do sal produzido em Aveiro destina-se ao mercado nacional. Já em Guérande o sal é comercializado para distintos mercados, sendo a maioria para o mercado nacional (quadro 17).

Quadro 17 - Distribuição (%)

	Local	Regional	Nacional	Estrangeiro
Aveiro	1	0	99	0
Guérande	10	20	65	5

Fonte: Adaptado Projecto Interreg (2004-2007)

Desta análise comparativa podemos concluir que o “Salgado de Guérande” tem uma forte rede de parcerias, desenvolve diversas actividades de divulgação / comunicação e visitação, trabalha com

os mercados internos e externos, tem uma forte presença de produtores licenciados e uma cooperativa que lidera o processo de comercialização, com mais de 50% de aderentes e que aposta na certificação e qualidade do produto.

O Salgado do Algarve tem já duas estruturas associativas (uma associação de produtores e uma cooperativa), a maioria dos produtores são associados. Dos casos de estudo analisados podemos concluir que alguns desenvolvem mais um trabalho de parceria (NECTON) e os outros mais trabalho individualizado (Rui Simeão) e que a empresa *Pedaços de Mar*, embora esteja inserida nas estruturas associativas existentes, acaba por desenvolver mais um trabalho individualizado. Ao conhecer os casos percebe-se que estas opções são representativas do formato das organizações e do seu percurso. A *Necton* é uma sociedade anónima, que teve na sua raiz, um processo de *spin off* de uma universidade, o *Rui Simeão* é um empresário em nome individual, idoso, proprietário por processo de herança familiar e a empresa *Pedaços de Mar* é uma empresa familiar, em que os seus sócios fundadores têm formação académica superior e são oriundos de outra profissão.

Relativamente ao “Salgado de Aveiro” o sal da maioria das salinas ainda não está certificado, está maioritariamente a ser comercializado por grosso, sendo os armazenistas que detêm o controlo do circuito de comercialização e os produtores são maioritariamente com baixa escolaridade e sem a sua situação de emprego definida. A estrutura associativa existente está sem actividade e com o presidente demissionário e as actividades de divulgação são realizadas pelos agentes institucionais Universidade de Aveiro e Câmara Municipal de Aveiro. Este município tem uma estrutura de visita que também desenvolve actividades pedagógicas que teve em 2009 14.000 visitantes (quadro 18).

Quadro 18 - Síntese comparação casos de estudo

Salgados	Estruturas Associativas	Estruturas Visitação	Ações Divulgação	Parcerias	Organização Produtores	Comercialização Produto	Certificação Produto	Escolaridade Produtores
Guérande	SIM	3	SIM	SIM	Cooperativa Empresas familiares	Mercado interno e externo	SIM	Maioritariamente Formação superior
Casos estudo Algarve	SIM	0	SIM	SIM	Cooperativa Empresas familiares Sociedade anónima	Mercado interno e externo	SIM	Maioritariamente Formação superior
Aveiro	Sem actividade	1	Somente desenvolvidas pelas entidades	NÃO	Associação inactiva Produtores individuais sem situação definida	Mercado interno Venda por grosso	Somente sal marinha Santiago da Fonte – Universidade de Aveiro	Maioritariamente Formação básica

7. Conclusão

A heterogeneidade dos casos de estudo permite concluir que as realidades são bastante diferentes, sendo possível perceber as estratégias da associação, da cooperativa e dos produtores do Algarve e da cooperativa e dos produtores de Guérande, em oposição com a ausência de estratégia relativamente aos produtores de Aveiro.

O “Salgado de Aveiro” enfrenta problemas relacionados com a manutenção do espaço de produção (e.g. muros), as acessibilidades (grande parte das salinas só está acessível por barco), com consequentes custos de transporte, que não são comuns aos outros “Salgados” analisados e que são um constrangimento ao desenvolvimento da actividade em virtude do investimento necessário. Os investimentos previstos no âmbito do programa Polis “Ria de Aveiro” poderão minimizar esta situação com a recuperação prevista dos muros das salinas em algumas zonas e que no futuro poderão ser áreas mais protegidas para o desenvolvimento da salicultura.

CAPÍTULO V – PROPOSTA DE PROGRAMA PARA O SALGADO DE AVEIRO

1. Introdução

O Salgado de Aveiro foi no passado histórico (XIII-XVIII) considerado o Salgado com maior importância em Portugal e o sal de Aveiro um produto de elevada e reconhecida qualidade a nível mundial (Amorim, I., 2001).

Por factores já anteriormente explicados, o século XIX e início do século XX, foram caracterizados por oscilações e dificuldades neste sector e a partir do final da década de 70, este Salgado sofreu um declínio crescente, com abandono e degradação das áreas de salicultura.

Actualmente não existe uma estratégia de actuação por parte dos produtores, quer relativamente ao produto (qualidade, diferenciação, certificação), quer relativamente à sua comercialização (efectuada por grosso aos armazenistas, sendo estes que determinam o preço de compra e que posteriormente embalam o sal e o comercializam).

Os investimentos previstos para a Ria de Aveiro com repercussões no salgado, o reconhecimento do sal como produto agro-alimentar com possibilidade de uso de menções de origem e os mecanismos de apoio no âmbito do quadro comunitário, são oportunidades que consideramos favoráveis para inverter a tendência de declínio do Salgado de Aveiro.

2. Conceptualização das Políticas de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade

As zonas húmidas estão entre os ecossistemas mais produtivos e com maior diversidade biológica. A conservação das zonas húmidas é uma das prioridades da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB). A Ria de Aveiro é a zona húmida de maior importância a norte do rio Tejo e actualmente este Salgado está reduzido a 9 (nove) salinas a produzir sal.

A importância das salinas enquanto habitat de substituição (refúgio, alimentação ou nidificação) para diversas espécies de aves, tem sido amplamente debatida por alguns autores (Morgado e al, 2009), contribuindo ao longo de séculos para a manutenção de muitos estuários.

As orientações do PSRN2000 para a Ria de Aveiro confirmam a necessidade da manutenção e restauração da área húmida e do mosaico de habitats (vasas, salinas, sapais, ripícolas e bosquetes). Neste plano é reafirmada a necessidade de manter e recuperar as salinas na compatibilização com as espécies de aves que as frequentam, algumas em situação crítica ao nível europeu.

Neste contexto a recuperação das salinas deverá ser abordada analisando o seu carácter de multi-funcionalidade (conservação da natureza, turismo, desenvolvimento de actividades lúdicas, pedagógicas e de educação ambiental, saúde e bem-estar), com identificação dos agentes a serem envolvidos, para que o desenvolvimento destas actividades possa promover nas regiões onde estão

inseridas uma dinâmica associada ao produto, à actividade produtiva e ao espaço de produção, gerando riqueza para os agentes envolvidos, passível de ser reinvestida na reabilitação do espaço.

3. Metodologia

A proposta que se pretende apresentar para o Salgado de Aveiro teve como base a análise da evolução da actividade salícola na Ria de Aveiro, o estudo comparativo com outros locais produtores e a análise dos instrumentos de gestão territorial e documentos estratégicos com aplicação para o espaço Ria de Aveiro e com repercussões nas salinas e na actividade salícola.

Da análise efectuada, foi possível estruturar uma proposta para um programa de gestão sustentável com a identificação de objectivos gerais e acções a serem realizadas por um conjunto de agentes.

A proposta do programa que se apresenta, reflecte as orientações enunciadas na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza (ENCNB), no Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000) e noutros instrumentos de gestão territorial e documentos estratégicos que referem a necessidade de preservação das salinas e da revitalização da actividade artesanal de produção de sal.

Destes documentos, emergem um conjunto de questões que enquadram a definição de objectivos.

4. Objectivos

Após esta análise, foram definidos objectivos e foram estabelecidas orientações para uma estratégia focalizada:

- na qualidade e diferenciação do produto;
- na recuperação de área de salinas para a produção de sal e/ou actividades complementares e para fins conservacionistas;
- na dinamização da actividade e articulação com outras actividades;
- na formação e reconhecimento da profissão;
- na captação de recursos humanos jovens;
- na preservação de um património natural, cultural e paisagístico.

Relativamente ao Salgado de Aveiro, as intervenções previstas no âmbito do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro e as propostas de linhas de acção para Estratégias de Desenvolvimento Local, indicadas pelo Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro, e já anteriormente enumeradas, podem ser analisadas como uma oportunidade para iniciar um processo indutor de sinergias positivas para a actividade salícola. O Programa Polis Litoral Ria de Aveiro vai intervir

directamente na recuperação dos diques de protecção das salinas, contribuindo desta forma para evitar a degradação “em cadeia” que já anteriormente referimos; estão a ser realizados estudos (biodiversidade, erosão, hidrodinâmica da Ria e qualidade da água), que estabelecerão linhas orientadoras com repercussões na preservação das salinas e na qualidade do sal produzido.

As linhas de acção propostas para as estratégias de desenvolvimento local, nomeadamente a criação de uma marca “Produtos da Ria de Aveiro” e o desenvolvimento de um programa de actividades complementares “Pesca+Sal” afiguram-se como um incentivo para que os agentes regionais se candidatem a fundos de apoio.

Neste contexto, poder-se-á colocar a questão: serão as iniciativas supra-mencionadas suficientes para criar uma dinâmica indutora da revitalização da actividade salícola? Pensamos que não. As intervenções e estudos previstos e em desenvolvimento assumem-se como um ponto de partida, mas só por si são insuficientes para surtir impactes na dinamização da actividade. Consideramos que são contributos indirectos, sendo imprescindível uma intervenção com acções directas sobre a actividade salícola.

Neste cenário que recursos endógenos se poderão “usar” numa futura estratégia de desenvolvimento sustentável para o Salgado de Aveiro?

As regiões não são apenas os espaços geográficos, congregam os seus recursos endógenos e as suas competências: a “Ria de Aveiro” integra características biofísicas singulares; tem um conjunto de municípios diversificados e agentes institucionais e privados participativos que poderão desenvolver um conjunto de produtos e actividades compatibilizadas.

O programa que se pretende apresentar terá como elemento estruturante o *Sal Marinho Artesanal* e associado a este produto o conceito de *cluster*, sugerindo um conjunto de produtos e actividades complementares passíveis de serem implementados, com identificação dos agentes a envolver neste processo e indicação de acções que poderão desenvolver. São identificadas três áreas base do programa que definiremos.

5. Áreas do programa

Produto

- Sal Marinho Artesanal: assume-se como o elemento central da proposta e que deverá ser valorizado e diferenciado através de processos de certificação e menções de origem.
- Flor de Sal: este produto, não valorizado no passado⁴⁹, é actualmente utilizado na cozinha *gourmet*.

Estes dois produtos poderão estar associados a outros produtos:

⁴⁹ Por desconhecimento da sua composição química (rico em magnésio) e propriedades gastronómicas (evidencia o sabor dos alimentos)

- tradicionais de qualidade - são diversos os produtos tradicionais de qualidade da Região Centro que utilizam sal e que estão reconhecidos com menções de origem ou a aguardar reconhecimento (anexo 10).
- gastronomia regional - a gastronomia regional é procurada pela sua qualidade e diversidade. A utilização dos produtos sal e flor de sal na confecção de pratos típicos acrescentar-lhes-á valor.
- de doçaria e padaria - são diversos os produtos de doçaria e padaria regionais que utilizam sal na sua confecção. Citaremos como exemplo os ovos-moles, as padas e o folar do Vale de Ílhavo.
- estética - alguns produtos de estética incorporam ou podem incorporar sal na sua composição, nomeadamente os cremes e óleos esfoliantes.
- Higiene – o sabonete, a espuma de barbear, entre outros, incorporam sal na sua composição

- Novos produtos / produtos complementares da salina

- Plantas halófitas: *Salicornia* (*Salicornia ramosissima*) (fig. 30) e *Gramata* (*Sarcocornia perennis*): são plantas utilizadas na alimentação, nomeadamente em saladas e que poderão ser certificadas como produtos de agricultura biológica (Pinho, 2009).

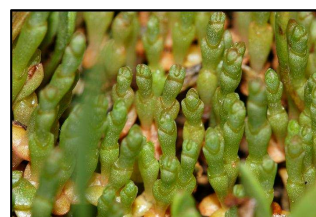


Fig. 30 – *Salicornia*

- Água mãe: é a água saturada após extração de sal e que pode ser utilizada na indústria da pasta do papel e como suplemento alimentar (Necton, 2006);
- Macroalga *Gracilaria*: esta alga é utilizada para extração de agar, um produto natural usado em diversos sectores da indústria (Coimbra, 2006);
- Microalga *Dunaliella salina* (fig. 31 e 32): é uma alga rica em betacaroteno e um marcador de origem. Esta microalga pode ter diversas utilizações, nomeadamente na alimentação de peixes, como suplemento alimentar e em produtos de dermocosmética. (Mendoza, 2006).



Fig. 31 - *Dunaliella salina* (microscópio)
Fonte: Mendoza, 2005



Fig. 32 - *Dunaliella salina* (na salina)
Fonte: Mendoza, 2005

- Argilas: as argilas podem ser usadas em tratamentos de saúde e bem-estar relacionados com o tratamento de doenças ortopédicas, reumáticas, fisiatras e

dermatológicas. São também utilizados produtos baseados em argilas para balneoterapia, dermo-farmacêutica e dermocosmética (Rocha, 2010).

Espaço de produção

No espaço de produção, anteriormente utilizado exclusivamente para a produção de sal marinho artesanal e na sua envolvente podem ser desenvolvidas novas e/ou readaptadas actividades nomeadamente:

- desenvolvimento da actividade de aquicultura de forma ecológica
- ecoturismo: esta forma de turismo é cada vez mais procurada e é perfeitamente compatível com a produção de sal. Pode ser desenvolvido um produto turístico com a integração da observação da natureza, com as visitas às salinas em produção de sal e em aquicultura.
- turismo ornitológico: a observação de aves é uma actividade de procura crescente ao nível mundial.
- Pedagógicas: estas actividades já são desenvolvidas no *Ecomuseu da Troncalhada*. Poderão ser desenvolvidas noutras salinas e poderão ser feitas parcerias com as escolas e centros de ciência
- Lúdicas: nestes espaços podem ser desenvolvidas actividades diversificadas como ateliers, concertos de música clássica, aulas de yoga, entre outros.

Artísticas: as salinas são espaços “inspiradores” do ponto de vista paisagístico para o desenvolvimento de actividades criativas nomeadamente pintura, fotografia, escultura, entre outros



- Desportivas/Lazer (fig. 33): a adaptação de uma salina para a pesca desportiva/lazer - proposta no plano UNIR@Ria
- Ligadas à saúde e bem-estar: estão implantados em alguns países Centros Termas associados às salinas, nomeadamente em Itália⁵⁰ e em Espanha.

E podem ser aplicadas medidas de gestão e conservação com a finalidade de aumentar a biodiversidade, nomeadamente:

- controlo dos níveis de água com o objectivo de possibilitar diversos usos às aves (descanso, alimentação e nidificação);
- construção de ilhas de nidificação.

⁵⁰ Salina de Margherita de Savoia (www.termemargherita.it/)

Pessoas / Profissão

A profissão de marnoto, actualmente a ser desenvolvida por produtores maioritariamente com o ensino básico, mas detentores de um conhecimento da actividade ímpar, deverá ser reestruturada através de:

- elaboração de um curso de formação para novos e actuais marnotos, tendo como base a formação ministrada em Guérande (anexo 4). Integração de investigadores da Universidade de Aveiro como formadores e introdução do saber empírico, nomeadamente para a formação prática, dos antigos marnotos. Adaptação da produção de sal marinho artesanal a “novas realidades” através de processos de qualidade, aproveitamento de novos produtos das salinas e do desenvolvimento de novas actividades, nomeadamente as de visitação turística. Envolvimento das entidades: Direcção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP); Turismo Centro de Portugal (TCP); Universidade de Aveiro; Associação para a Investigação e Formação da Universidade de Aveiro (UNAVE); Associação de Produtores e Marnotos da “Ria de Aveiro” (APMRA);
- reconhecimento da profissão e definição da actividade face ao emprego.

Que agentes serão passíveis de operacionalizar este programa?

6. Os Agentes

São diversos os agentes que deverão ser “chamados” a participar na revitalização da actividade de produção de sal na Ria de Aveiro. São agentes de carácter privado, institucional e associativo, com “visões” e interesses distintos e que poderão funcionar em formato de actuação complementar criando uma rede de trabalho em parceria.

6.1. Privados Individuais

Proprietários

Na resposta ao questionário efectuado no âmbito do estudo de mercado realizado pela *Multiaveiro* (2006) de uma maneira global os proprietários mostraram abertura para que as suas salinas pudessem ser objecto de intervenção para adaptação a esta actividade ou no caso em que estão cedidas a marnotos continuarem com a actividade. Afirmaram ser necessários apoios para que a reabilitação seja viável. Neste contexto consideramos que os proprietários poderão encarar as seguintes hipóteses para a actividade de produção de sal:

- Cedência das salinas a novos produtores, numa primeira fase sem encargos para o produtor. O produtor deverá assumir os encargos de reabilitação da salina. Após um

período de carência (a estudar o prazo) o produtor começará a pagar uma renda ao proprietário;

- Arrendamento da salina a produtores após intervenção feita pelo proprietário.

Para as intervenções, o proprietário ou o marnoto poderão candidatar-se a mecanismos de apoio, nomeadamente através do PIDDAC e/ou PROMAR.

Produtores actuais

Deverão ser integrados num processo de readaptação a novas realidades (produto, espaço de produção e profissão). Estas pessoas são essenciais na transmissão do seu saber empírico e técnica de produção ancestral, mas necessitam de processos formativos nas áreas de gestão, qualidade do produto, biodiversidade e produtos da salina, visita da salina, entre outros.

Numa primeira fase, enquanto não têm dimensão e motivação para constituírem uma cooperativa, poderão iniciar o processo de certificação do produto como investimento e adquirirem autonomia negocial com os armazenistas para venda a um preço semelhante ao praticado actualmente (venda a granel) pelos produtores da Figueira da Foz e do Algarve (anexo 12).

Novos produtores

A profissão de marnoto em Aveiro, ainda não conseguiu atrair jovens. Era importante perceber de que forma se pode atrair jovens com formação académica superior, tendo como recurso uma universidade próxima.

Estes jovens podem ser de diferentes áreas de formação como: biologia, geociências, ambiente, geografia, química, gestão, marketing, história, turismo e outras. A abordagem com conhecimento nestas áreas do saber permitirá desenvolver a actividade analisando as potencialidades do produto e do espaço de produção. Poderá ser uma resposta para a criação do próprio emprego para jovens licenciados desempregados.

Armazenistas/Grossistas

Estas empresas têm já experiência adquirida no processo de embalamento e conhecimento dos canais de distribuição, nesse sentido pensamos que numa fase inicial poderão:

- Adquirir o produto aos marnotos já certificado ou participarem no processo de certificação (ao valor indicativo da Figueira da Foz e do Algarve);
- Estabelecer parcerias com grandes cadeias de distribuição;
- Sugerir acções de divulgação e promoção por parte das cadeias de distribuição, conjuntamente com a Associação de Produtores (APMRA).

Estes agentes em virtude de a sua actividade ser a comercialização de sal higienizado terão que ter uma política de actuação muito rigorosa relativamente à comercialização do sal marinho de produção artesanal, para que exista uma clara distinção entre o sal de produção artesanal e o sal

higienizado. A empresa certificadora fará um controlo no armazenista que comercializará o sal para garantir a fiabilidade do produto final.

Os agentes privados individuais deverão encarar o apoio à actividade como um investimento que a prazo terá retorno. Após o período de carência/arranque começará a ser feita uma justa repartição dos rendimentos.

6.2. O Papel dos agentes empresariais

As associações empresariais regionais, pela sua proximidade ao tecido empresarial e pela sua experiência, constituem-se como parceiros primordiais para o desenvolvimento de actividades conducentes a uma nova “cultura” associada ao produto sal.

Associação dos Industriais de Hotelaria e Restauração do Centro

Esta associação desenvolve diversas actividades, das quais destacamos as acções de formação e a organização em parceria com outras entidades, de festivais gastronómicos. Sugere-se a organização de uma acção de formação para os seus associados relativamente aos produtos sal e flor de sal de produção artesanal (características e uso na culinária).

Após a acção de formação propõe-se a organização de um festival em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), para a divulgação da gastronomia tradicional da área de estudo, tendo como produtos base o sal e a flor de sal produzidos no Salgado de Aveiro.

Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares

Esta associação desenvolve diversas actividades, das quais destacamos as acções de formação e a organização de feiras, mostras, colóquios e congressos. Sugerimos também a mesma acção de formação já referida e a divulgação dos produtos sal e flor de sal nos eventos mencionados e nos estabelecimentos dos associados.

Ecoria

Apesar de existirem cinco empresas de animação a operarem na área de estudo, somente esta empresa promove visitas na Ria de Aveiro, nomeadamente percursos de Barco Moliceiro e Saleiro nos canais. Tem protocolos com várias entidades, dos quais destacamos “Um Mundo de Sal”.

Esta empresa pode oferecer um pacote de visita que contemple as marinhas em produção de sal e em produção aquícola (www.ecoria.pt).

6.3. Institucionais

O Papel das Universidades

As universidades podem consolidar a capacidade relacional da região onde estão inseridas, através de:

“Realização de projectos específicos que envolvam acções de cooperação entre empresas e que possam contribuir para diminuir o fosso existente entre a ciência e tecnologia e a sociedade, entre a investigação fundamental e aplicada e entre a descoberta de novas tecnologias e o desenvolvimento de produtos e processos de produção viáveis” (Rosa Pires e Castro, 1997).

Universidade de Aveiro

A Universidade de Aveiro, actualmente com 13.000 (treze mil) alunos de cursos de formação inicial, pós-graduação e de formação pós-secundária, tem várias unidades de investigação, três laboratórios associados, uma incubadora de empresas, uma unidade de transferência de tecnologia e parcerias com diversas empresas, sendo considerada uma das universidades mais inovadoras de Portugal (UA Essencial, 2010). É proprietária de 5⁵¹ salinas e no âmbito de projectos de investigação científica e de cooperação internacional, desenvolveu trabalho na temática salícola, com uma equipa multidisciplinar de investigadores, possuindo conhecimento em várias áreas científicas. Por outro lado, forma anualmente alunos em várias áreas (biologia, geociências, gestão, turismo, marketing, design, tecnologia do produto, entre outras) que poderão ser potenciais candidatos para criarem a sua empresa através dos cursos de empreendedorismo que a universidade desenvolve e da incubadora de empresas e, à semelhança do exemplos das catorze empresas já criadas, desenvolverem empresas relacionadas com a produção de sal ou desenvolverem novos produtos e novas actividades.

Consideramos que este agente poderá participar no processo de dinamização da actividade com implementação das seguintes acções:

- Constituição de parceria com a empresa de turismo a operar na Ria de Aveiro para visitas na marinha Santiago da Fonte;
- Parceria com empresas da área alimentar para: utilização do sal certificado da marinha Santiago da Fonte; actividades conjuntas de divulgação da qualidade dos produtos (sal, bacalhau, etc.);

Uma percentagem do valor destas actividades reverteria para a Universidade de Aveiro para ser investido na manutenção e recuperação de salinas.

⁵¹ Somente a Marinha Santiago da fonte está em produção. Foi objecto de requalificação no âmbito do projecto Interreg IIIB – SAL e o seu sal foi certificado em 2008. A marinha Casqueira está inactiva mas recuperável e as restantes estão alagadas e teria que ser equacionada a viabilidade de recuperação.

- Análise da viabilidade de reabilitação das restantes quatro salinas para produção de sal, custos e fontes de financiamento, para posterior cedência das salinas reabilitadas para projectos de empreendedorismo dos seus alunos e investigadores, numa primeira fase sem encargos;

- Desenvolvimento, conjuntamente com outras entidades, como Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro (APMRA), a Câmara Municipal de Aveiro, O Turismo Centro de Portugal (TCP) de uma formação para marnotos certificada, com o apoio da UNAVE⁵² para a organização do curso, “usando” os seus investigadores como formadores de alguns módulos e divulgando junto do público estudantil e investigadores para adesão ao curso.

Fábrica da Ciência Viva de Aveiro

Este Centro de Ciência Viva é uma estrutura que visa *promover a cultura científica e tecnológica através do incentivo à experimentação*. O desenvolvimento de actividades como “Ciência do Azeite” em que exploram as propriedades e aplicações do azeite, bem como os processos científicos pelos quais se forma um creme de mãos, será um exemplo de actividade para o produto “Sal”, adaptando para um exemplo de como se forma um sabão.

O Papel dos Municípios

Os municípios desempenham cada vez mais um papel de relevo na promoção e desenvolvimento dos seus territórios.

Câmara Municipal de Aveiro

Esta entidade também é proprietária de 4 (quatro) salinas, uma das quais está estruturada numa abordagem museológica, o “Ecomuseu Marinha da Troncalhada”. Participou e participa em projectos de cooperação transnacional relacionados com a temática e no Plano Estratégico para a cidade de Aveiro (PECA) o sal e a salicultura são referidos como elementos distintivos de Aveiro e a preservar:

“P16 – Programa de valorização turística da identidade e paisagens de Aveiro

AE 16.01 – Criação de experiências turísticas concertadas que directa ou indirectamente actuam no sector do turismo e que devem capitalizar especificidades culturais e patrimoniais:

- actividades de aproximação ao meio natural: extracção de sal nas salinas de Aveiro”*
(PECA, 2009).

Ecomuseu Marinha da Troncalhada

Este Ecomuseu, propriedade da Câmara Municipal de Aveiro, abriu no ano 2000 e tem um marnoto responsável (funcionário da Câmara Municipal) e uma técnica responsável pelas visitas. Funciona com visitas programadas e tem tido um número crescente de visitas, tendo em 2009 14.000

⁵² Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro

visitantes (CMA, 2010). Desenvolve anualmente uma iniciativa relacionada com o início da época de produção sal “A festa da Botadela⁵³”. Tem como objectivo transmitir o conhecimento e interpretação do território e como valências além da produção de sal, transmitir a prática da salicultura com fins pedagógicos, culturais e ambientais. Está integrado na rede municipal do Museu da Cidade de Aveiro. Em 2011 abrirá o novo Centro Interpretativo e Ambiental (CMA, 2010).

Na continuidade das actividades já desenvolvidas sugere-se:

- introduzir no seu modelo de visitas próprias ou articuladas com outras estruturas (Fábrica da Ciência Viva) e/ou empresas (Ecoria) um preço associado, valor que seria canalizado em parte para a manutenção e recuperação das salinas. Estas novas salinas, à semelhança da proposta para a Universidade de Aveiro, seriam cedidas, numa primeira fase sem encargos, a jovens marnotos que se pretendessem instalar.

Câmara Municipal de Ílhavo

Este concelho só tem salinas em aquicultura. Numa óptica de associação do concelho a produtos de qualidade e com processos de produção com preocupações ambientais, sugere-se como medida de actuação a criação de incentivos para a reconversão e/ou criação de aquiculturas ecológicas, com processos de certificação associados. Associação dos produtos peixe, bacalhau e produtos de padaria tradicionais (e.g. folar e padas do Vale de Ílhavo) aos produtos sal e flor de sal e a eventos gastronómicos (e.g. Feiras das Tasquinhas, Feira do Bacalhau, Rota das Padeiras).

Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro (APMRA)

Esta associação foi constituída em 2007. É uma instituição particular sem fins lucrativos e tem como objectivo a reabilitação do Salgado nos moldes tradicionais⁵⁴. São seus associados a Universidade

⁵³ A Festa da Botadela consistia, em simultâneo, na aplicação tradicional da ândoa (argila azulada) nos cristalizadores - substituído, actualmente, pelo processo de areamento dos mesmos -; nas danças e cantares da época, que acompanhavam o processo do arriar da moira (entrada de salmouras nos núcleos de cristalização), desenvolvido pelas mulheres e filhas dos marnotos vizinhos; e na confecção do jantar pela mulher do marnoto

⁵⁴ **Objectivos APMRA**

- Promover a preservação e valorização do Salgado de Aveiro, bem como a defesa e divulgação do sal marinho tradicional e artesanal recolhido à mão;
- Apoiar os proprietários e marnotos na constituição de agrupamentos de marinhas por ilhas e dinamizar a sua gestão e defesa conjunta;
- Divulgar o sal artesanal e produtos associados do Salgado de Aveiro apoiando a sua comercialização;
- Promover a defesa do património natural, constituído e cultural, circunscrito à área da Ria de Aveiro, em estreita colaboração com as entidades Nacionais e ou Internacionais, para o desenvolvimento do sector salícola;
- Representar os seus associados junto da Administração Pública e de outras entidades de âmbito Regional ou Nacional, bem como em negociações com outros parceiros do sector do Sal Marinho Artesanal, quer directamente, quer por intermédio de estruturas associativas de grau superior;
- Prestar assistência técnica aos seus associados;
- Promover, realizar ou apoiar cursos de produção ou acções de formação tendentes à melhoria da qualidade do sal;
- Promover a investigação, o estudo e a divulgação de todas as questões técnicas e científicas respeitantes ao Sal marinho Artesanal e a outros produtos associados, nas vertentes ambientais, ecológicas, económicas e culturais.

de Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, produtores e proprietários. Actualmente está com o presidente demissionário, não se sabendo qual é o seu futuro.

De acordo com os seus objectivos e assumindo que terá continuidade, sugere-se:

- Participação na organização da formação;
- Apoio a jovens marnotos na orientação a candidaturas a financiamentos para a actividade;
- Apoio a proprietários na orientação de candidaturas a financiamentos para infra-estruturas.

O papel da Comunidades Intermunicipais

“As novas Comunidades Intermunicipais terão um papel reforçado na gestão territorial, quer através da concretização dos planos de desenvolvimento territorial e da concretização dos programas operacionais regionais do QREN, quer pela parceria na gestão de programas de requalificação urbana, como os Polis Regionais, e das redes de abastecimento de água, de tratamento de resíduos, de promoção das energias renováveis e dos transportes públicos de âmbito supra municipal” (Programa do XVII governo, 2009).

CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro)

A CIRA tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN;
- Planeamento das actuações de entidades públicas, de carácter supra municipal (Estatutos da CIRA).

A CIRA participa nas propostas relacionadas com a temática (sal/salicultura) inseridas no Plano UNIR@Ria, no programa Polis Litoral Ria de Aveiro, sendo sócia da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro e nas Estratégias de desenvolvimento Local, como entidade gestora do Grupo de Acção Costeira da Região de Aveiro. O que propomos para este agente é que dinamize outros produtos e temáticas dos municípios envolvidos (à excepção de Anadia que não faz parte da área de estudo, mas sim Mira) e promova a “venda cruzada” com o sal e produtos complementares, usando a futura marca “Ria de Aveiro”.

À semelhança do papel desempenhado pelo *Comunnauté d’Agglomération de la Presqu’île Guerandaise* (CAP) em Guérande, este organismo poderá desempenhar um papel relevante na preservação das salinas e na revitalização da actividade de salicultura.

O papel das Entidades Regionais de Turismo

A criação das Entidades Regionais de Turismo constitui um novo modelo de gestão em que lhes é conferida capacidade de auto-financiamento e em que se estimula as parcerias com agentes privados.

Turismo Centro de Portugal – Ria de Aveiro

A Entidade Regional de Turismo do Centro (ERTC) deverá promover a valorização turística do Centro de Portugal.

Está organizada em quatro delegações que assumem a designação de Pólos de Marca Turística, sendo a Ria de Aveiro um dos referidos pólos.

Tem competências ao nível de: planeamento turístico, dinamização e gestão dos recursos turísticos e promoção turística, estabelecimento de parcerias, instalação, exploração e funcionamento da oferta turística e dinamização da formação e certificação profissional.

A Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal, no seu plano de actividades de 2009, apresenta os vectores fundamentais, dos quais destacamos:

-Inovar e desenvolver o sector, tendo em consideração a sustentabilidade dos produtos, do território e do ambiente que dá suporte.

Estes vectores determinam e sustentam uma nova visão e orientação próprias para o futuro que queremos construir para o Turismo no Centro de Portugal e que pressupõem:

- *Uma intervenção e afirmação prioritárias dos nossos produtos turísticos com especial enfoque no domínio do mar, reflectindo obrigatoriamente a nossa herança marítima e a riqueza e diversidade dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes, procurando neste “novo território” um factor diferenciador e promotor da região, acolhendo as prioridades do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) mas, assumindo um conjunto de produtos de génese regional com elevado contributo para as economias locais em que a inovação e o uso sustentável são motores essenciais ao desenvolvimento do sector e das actividades conexas.*
- *Aproveitamento dos recursos endógenos da região para a criação de produtos turísticos de valor acrescentado.”*

Esta entidade poderá, pelas suas competências⁵⁵, desenvolver actividades que promovam a futura marca “Ria de Aveiro” a nível nacional e internacional, com enfoque na temática da salicultura e do

⁵⁵ Competências ERTC

Dinamização e gestão dos produtos turísticos regionais

a) Identificar e gerir os principais produtos turísticos da área regional de turismo; b) Elaborar e executar planos de dinamização e gestão para os principais produtos turísticos da respectiva área territorial.

Estabelecimento de parcerias

património (natural, cultural e histórico) associado. As parcerias com privados e com outras entidades são outro aspecto poderão ser explorados, destacando-se:

- Colaborar em actividades de formação e certificação profissional – futuro curso de guias turísticos;
- Apoio às empresas (existentes e a criar) de animação turística que operam na Ria de Aveiro, através de formação, consultoria e de desenvolvimento de projectos conjuntos envolvendo a salicultura e actividades complementares;
- Promoção de produtos cruzados do tipo sal-gastronomia; sal-saúde e bem-estar.
- Promoção da futura Rota do Sal em feiras, nomeadamente na Bolsa de Turismo de Lisboa e na FITUR (Feira Internacional de Turismo de Madrid).

O Papel das Administrações Regionais Hidrográficas

ARH-C (Administração Regional Hidrográfica da Região Centro)

A ARH-C tem como missão “Proteger e valorizar as componentes ambientais das águas bem como proceder à gestão sustentável dos recursos hídricos no âmbito da região hidrográfica do centro”.

a) Associar-se a quaisquer entidades, de direito público ou privado, cujos fins ou atribuições se relacionem, directa ou indirectamente, com a área regional de turismo; b) Participar, mediante a celebração de acordos, protocolos ou quaisquer outros instrumentos jurídicos válidos, em projectos com interesse e relevância para a área regional de turismo, incluindo a participação no capital social de pessoas colectivas; c) Articular e coordenar com os pólos de desenvolvimento turístico criados na área regional de turismo correspondente à NUT II Centro as acções e iniciativas.

Promoção turística

- a) Definir e executar uma estratégia regional de promoção turística dirigida ao mercado interno;
- b) Definir e implementar uma estratégia regional de comunicação e *marketing* turístico;
- c) Criar e gerir postos de turismo na área regional de turismo, de forma autónoma ou em parceria com os municípios;
- d) Conceber edições turísticas regionais;
- e) Apoiar e organizar eventos com conteúdo turístico;
- f) Participar na definição e execução da estratégia nacional de promoção externa através de entidades em que participe e que sejam reconhecidas pelo Turismo de Portugal, I. P.
- g) Apoiar eventos com conteúdo turístico e projecção internacional.

Instalação, exploração e funcionamento da oferta turística

- a) Participar, a solicitação dos municípios interessados, na elaboração dos regulamentos municipais que se relacionem com a actividade turística, nomeadamente com o alojamento local;
- b) Exercer quaisquer outras competências em matéria de instalação, exploração e funcionamento da oferta turística que resultem de contratualização com a administração central ou com a administração local, nos termos previstos nos nº 3 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, bem como de contratos ou protocolos celebrados com o Turismo de Portugal, I. P., ou com outras entidades públicas, conforme disposto no n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma.

Formação

Colaborar em actividades de formação e certificação profissional

Esta entidade, enquanto licenciadora da utilização do domínio público hídrico, poderá apoiar através de obras de manutenção, as condições de produção e a qualidade do espaço de produção.

Outra medida fundamental será a redução da taxa de ocupação do domínio público hídrico, que penaliza os proprietários das salinas.

APA (Administração do Porto de Aveiro)

“O Porto de Aveiro tem a preocupação de salvaguardar os imperativos ambientais associados ao facto de se situar dentro da Ria de Aveiro e junto à Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” (Relatório de Sustentabilidade, 2008).

O Porto de Aveiro, em finais da década de 90 (1998), nas obras de expansão, com as constantes dragagens, provocou um aumento da amplitude das marés, contribuindo de forma nefasta para a destruição das motas (muros) das marinhas e consequentemente para o abandono da actividade, em virtude dos elevados encargos de recuperação (Coelho, C. 2007). Esta situação ainda se mantém como é referido na entrevista dada pelo Presidente da Câmara da Murtosa ao Jornal Diário de Aveiro a 3 Maio de 2010. Também a construção da Ferrovia para transporte de mercadorias teve impactos já anteriormente mencionados.

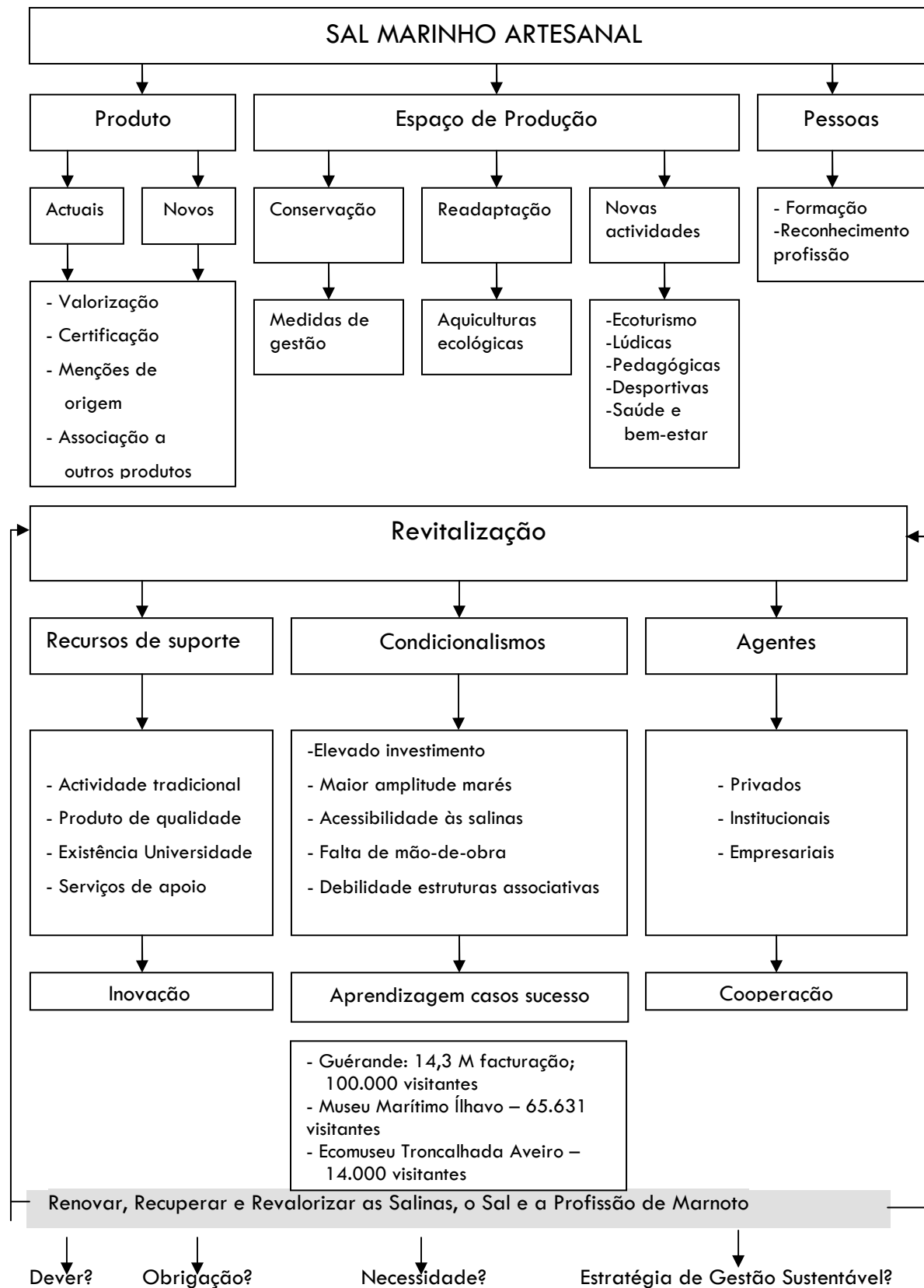
Numa perspectiva de responsabilidade social das entidades achamos que a APA pode desempenhar um papel activo através de:

- Compra de algumas salinas, sua recuperação e cedência, numa fase inicial sem encargos, a jovens produtores;
- Cedência dos dragados para a recuperação das motas (muros) das marinhas;
- Financiamento para execução do protótipo de recuperação dos muros (desenvolvido no âmbito de estudo da Universidade de Aveiro), para aplicação nas salinas em produção e nas salinas a serem recuperadas.

Confrarias

As Confrarias gastronómicas da Região Centro poderão ser “veículos” de divulgação do sal e da sua ligação à gastronomia regional.

Quadro 19 - Síntese programa de gestão sustentável para o Salgado de Aveiro



7. Conclusões

A estruturação do programa para uma “Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro” que se propõe pretende identificar as potencialidades do desenvolvimento da actividade de salicultura na Ria de Aveiro, contribuindo desta forma para uma cultura de gestão sustentável neste Salgado.

São diversas as acções e actividades que podem ser realizadas para inverter a tendência de declínio da actividade da salicultura neste Salgado e consequente abandono de salinas, com visível degradação do espaço, o que constitui uma ameaça para o ecossistema e para a manutenção da biodiversidade.

As medidas e acções propostas poderão revitalizar a actividade e consequentemente criar efeitos *spill over* com ganhos para os agentes envolvidos e posterior reinvestimento na reabilitação do espaço. Para que seja possível a implementação destas medidas terá que existir uma “vontade” efectiva da parte dos agentes identificados.

Após a análise do caso de estudo, concluiu-se que o associativismo tem sido ao longo dos anos uma realidade com sérias debilidades.

Nos casos nacionais e europeus analisados verificamos que a presença de estruturas associativas e/ou empresariais, no formato de associação, de cooperativa ou empresa, foram e são o “motor” de desenvolvimento.

Pensamos ser essencial para o “Salgado de Aveiro” que no âmbito de candidaturas aos programas de apoio, nomeadamente dos já definidos para as Estratégias de Desenvolvimento local (PROMAR), comessem a surgir novas pessoas e visões.

No passado, nas áreas de estudo Guérande e Algarve, o marnoto (produtor) era de facto aquele que geria a salina, tendo como objectivo final a produção em larga escala, de um produto indiferenciado, sem preocupações relativas à conservação do espaço de produção. Actualmente são cada vez menos aqueles que gerem a salina apenas com este objectivo, emergem novas preocupações nomeadamente relacionadas com a conservação da natureza e manutenção da biodiversidade e com novas abordagens ao mercado. Deverão ser promovida a integração de “novos actores” com o estabelecimento de “novas comunidades”, subjacente ao conceito de “Capital Territorial” (físico, ecológico, humano, social institucional e económico) (Feio e al 2009), sob risco de assistir ao desaparecimento de um património singular.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Está-me a parecer que nós, os de Aveiro, mesmo no Céu, mesmo mergulhados no mar imenso dos divinos encantamentos, havemos de ter alguma saudade do fresco panorama do sal, da alva sementeira das marinhas (...); até penso que, de quando em quando, através das nuvens ou das estrelas, procurarão ainda os nossos olhos o antigo encanto dos montinhos de sal” (D. João Evangelista de Lima Vidal, 1954).

As salinas, “fruto” de uma relação antropogénica, são também áreas sob constantes pressões e ameaças resultantes da relação das próprias actividades humanas com o meio, da implementação de infra-estruturas viárias e da expansão urbanística.

Com a elaboração deste trabalho, pretende-se demonstrar que o Salgado de Aveiro é uma área com uma necessidade premente de intervenção e onde, apesar do cenário de degradação, “resistem” actividades como a salicultura desenvolvida com métodos artesanais de fulcral importância para a manutenção da biodiversidade.

Esta actividade, de raízes milenares, é desenvolvida na Ria de Aveiro pelo menos desde o ano de 959, data da primeira referência a uma doação de salinas que foi de extrema importância para a região e para o país.

A imagem das salinas e da produção de sal continua indissociável da imagem da região de Aveiro e o sal de Aveiro ainda é reconhecido pelos consumidores como um sal de qualidade.

Na análise resultante dos diversos instrumentos de gestão territorial conclui-se a existência de orientações claras da importância da preservação das salinas, da revitalização da actividade artesanal de produção de sal e do desenvolvimento de produtos tradicionais com implementação de processos de certificação e menção de origem, como medidas de preservação das zonas húmidas, com referência à “Ria de Aveiro”.

Estes instrumentos são documentos orientadores e estratégicos. A sua efectiva implementação no terreno em tempo útil está directamente relacionado com a necessidade urgente da gestão integrada e sustentada destes espaços. A área de estudo “Ria de Aveiro”, com a integração de 11 (onze) municípios e várias entidades com responsabilidades sobre o espaço, assume uma complexidade de gestão que não é facilitadora de estratégias de desenvolvimento articuladas. A criação de uma Comunidade Intermunicipal, a implementação do programa Polis Litoral Ria de Aveiro e as Estratégias de Desenvolvimento Local, são iniciativas que promovem a articulação entre os municípios e impulsionam a unidade estruturante à volta deste território.

A ausência de uma estrutura associativa com um papel activo, cria uma situação de debilidade na actividade de produção de sal, que concluímos numa primeira fase poder ser superada pelo papel intervencionista dos agentes institucionais e pelo “recrutamento” de novos agentes e produtores com uma visão integrada e sustentada para este espaço.

Analisando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a) desenvolvimento económico b) protecção ambiental e d) desenvolvimento social, esperamos que este trabalho traga um contributo

no restabelecimento da relação ancestral existentes nestes espaços entre o Homem e a natureza, através da participação activa dos agentes no processo de desenvolvimento.

As experiências de sucesso que se apresentaram, em locais com condições menos favoráveis, demonstram que seria possível, se as vontades se conjugarem e as condições se criarem, preservar este património com criação de emprego e riqueza para a comunidade da Ria.

BIBLIOGRAFIA

- ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO (2006), *Plano Estratégico do Porto de Aveiro*, Administração do Porto de Aveiro, Aveiro
- ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO (2008), *Relatório de sustentabilidade do Porto de Aveiro*, Administração do Porto de Aveiro, Aveiro
- AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE (2006) - *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável* (2006), Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa
- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2008) – *1º Relatório Bienal de execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa
- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2008) - *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa
- ALBUQUERQUE, H. (2004) - *Uma Estratégia de Gestão Sustentável para Mira*, Município de Mira, Mira
- ALCOFORADO (1877) in AMORIM, I. (2001) - *Aveiro e os caminhos do Sal, da produção ao consumo [sécs. XV a XX]*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.
- ALLIANCE FOR REGIONAL STWARDSHIP (2000) - *Regional Stewardship: a commitment to place*, ARS, Monograph Series 1, Califórnia
- ALLIANCE FOR REGIONAL STWARDSHIP (2000) - *Toward regional stewardship: how regional leaders are connecting the dots and creating new coalitions for change*, ARS, Leadership Forum, Califórnia
- ALLIANCE FOR REGIONAL STWARDSHIP (2001) - *The Triumph of the Commons – Governing 21st Century Regions*, Monograph Series, Califórnia
- ALLIANCE FOR REGIONAL STWARDSHIP (2002) - *The practice Stewardship: developing leadership for regional action ; ARS*, Monograph Series 5, Califórnia
- AMORIM, I. (1996) - *Aveiro e a sua Provedoria no Século XVIII (1600 -1814) – Estudo económico de um espaço histórico*, CCDRC, Coimbra
- AMORIM, I. (2001) - *Aveiro e os caminhos do Sal, da produção ao consumo [sécs. XV a XX]*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.
- AMZALAK (1920) in AMORIM, I. (2001) - *Aveiro e os caminhos do Sal, da produção ao consumo [sécs. XV a XX]*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro
- ARAUJO (2007) in FEIO, P., CHORINCAS, J. (2009) – *Governança Territorial e Inovação Das Políticas Públicas, Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16-2009, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Observatório do QREN, Lisboa
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS (2005) - *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social (Vol. III)* – Estudo temático para a preparação do QREN, Lisboa.
- BANCA, J. (2009) – in Entrevista ao Jornal de Notícias de 09 de Novembro, Aveiro

- BURON, G. (2010) - PROJECTO INTERREG IVB ECOSAL ATLANTIS, Diputation foral de Alava, Vitória
- CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ (2008) – 2º Seminário Internacional do Sal, Alcácer do Sal
- CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO (2010) - PROJECTO INTERREG IVB ECOSAL ATLANTIS, Diputation foral de Alava, Vitória
- CCDR-C (2009) - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, Proposta de PROT-C, Coimbra
- CHRISTO (1943) in AMORIM, I. (2001) - *Aveiro e os caminhos do Sal, da produção ao consumo [sécs. XV a XX]*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro
- COELHO, C. et al (2007) - *Os Muros das Marinhas de Aveiro*, Relatório final projecto INTERREG III B Espaço Atlântico SAL, Departamentos de Engenharia Civil e Física da Universidade de Aveiro, Aveiro
- COMISSÃO EUROPEIA (2001) - *Ambiente 2010: O Nosso Futuro, A Nossa Escolha*, 6º Programa de Acção Comunitário em matéria de Ambiente, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bruxelas
- DGP (1987) – *Salgado de Aveiro*, Direcção Geral das Pescas, Portugal.
- DIAS, D. (1996) - *Glossário: Designações relacionadas com as marinhas de sal da Ria de Aveiro*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro
- DIRECÇÃO GERAL DE AMBIENTE (1999) - *Relatório do Estado do Ambiente*, Direcção Geral de Ambiente , Lisboa
- DIPUTACION FORAL DE ALAVA (2009). *Proyecto ECOSAL ATLANTIS*, Proposta apresentada no âmbito da candidatura ao programa Espacio Atlántico 2007-2013 [ECOSAL ATLANTIS Segunda convocatoria de proyectos (6 Abril al 5 Junio de 2009)]
- FEIO, P., CHORINCAS, J. (2009) – *Governança Territorial e Inovação Das Políticas Públicas, Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16-2009, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Observatório do QREN, Lisboa
- FIDÉLIS, T. (2010) –in *Entrevista ao Diário de Aveiro* de 19 de Abril, Aveiro
- GOUAIN, S., PERRAUD, C., (2006) - *Rapport Final Interreg: partie Etudes de Marché, Analyses du marche du Sel dans le cadre d'une dynamique de development durable sur le marais salants du litoral atlantique*, Projecto INTERREG III B Espaço Atlântico SAL, France
- GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE AVEIRO / UNIVERSIDADE DE AVEIRO (2008), Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga, Aveiro
- HEALEY, P. (2002) - *Multi-level governance*, ESPRID Short Summary, University of Newcastle Upon Tyne , Newcastle
- HUESO, Kátia (2007) - *Curso de Guias Turísticos de las Salinas Tradicionales del Arco Atlántico*, projecto INTERREG III B Espaço Atlântico SAL, Vitória
- ICN (2006) - *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa

- INE (2007) - Estatísticas da Pesca 2007, INE, Lisboa
- JUSTINO (1978) in AMORIM, I. (2001) - *Aveiro e os caminhos do Sal, da produção ao consumo [sécs. XV a XX]*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro
- MADRP-DGPA (2007) - *Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013*, MADRP-DGPA, Lisboa
- MADRP-DGPA (2008) - *Plano Operacional Pesca 2007-2013 – PROMAR*, MADRP-DGPA, Lisboa
- MAOT (2001) - *Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade*, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa
- MARTINS, F., SILVA, A. (2006) - *Velhos produtos, novos usos*, in actas 2º Seminário Internacional sobre o Sal Português, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro
- MEI (2007) - *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, MEI, Lisboa
- MENDONZA, H. (2005) - *Dunaliella Salina y Las Salinas*, Comité de Orientacion do projecto INTERREG III B Espaço Atlântico SAL, La Rochelle
- MENDONZA, H. (2006) - *Dunaliella Salina y Las Salinas*, Comité de Orientação, Projecto Interreg SAL, Aveiro
- MENESES, J. (1956) - *Inquérito à Indústria do sal*, Volume IV, Salgado de Aveiro. Comissão reguladora dos produtos químicos e farmacêuticos, Lisboa
- MORGADO, F. (1998) – *Nos Caminhos do Sal*, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa
- MORGAN, K. (1997) - *The Learning Region: Institutions, Innovation and Renewal*, Regional Studies,
- MOULART, F., et al - *Innovative Region, social region? An Alternative view of regional innovation; sd*
- MULTIAVEIRO (2007) - *Revitalização e Valorização Económica do Salgado de Aveiro - Estudo de Mercado*, Relatório final, MultiAveiro, Aveiro
- NECTON, S.A. (2006) - *Guia de Boas Práticas em Salinicultura*, Animação local para o desenvolvimento e criação de emprego na Ria Formosa, Olhão
- NEVES, R. (2008) - *Onze Sítios, Onze Histórias*, projecto INTERREG III B SAL, Lisboa
- OBSERVATÓRIO DO QREN (2009) - *QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013*, Relatório Estratégico, Observatório do QREN, Lisboa
- OLIVEIRA, O. (1988) - *Origens da Ria de Aveiro*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.
- PARQUE EXPO (2010) - *Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro*, Parque Expo, Lisboa
- RAMSAR CONVENTIONS SECRETARIAT (2006) - *The Ramsar Convention Manual: a Guide to the Convention on Wetlands*, 4th ed. Gland, Switzerland

- RAPOSO, M., SARRASQUEIRO, Z. (2005) - *A Universidade e o Desenvolvimento Regional*, Cadernos de Economia, Lisboa
- RIBEIRO, J., Santos, J. (2006) - *Produtos do Território e Desenvolvimento Local*, sl.
- RODRIGUES, C. (2001) - *Universidades, sistemas de inovação e coesão regional*, Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro
- ROSA, H. (2010)- in entrevista ao Ambiente Online de 02 de Fevereiro, Lisboa
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO (2009) – Plano Estratégico do Concelho de Aveiro - Relatório Preliminar, Coimbra
- TURISMO CENTRO PORTUGAL (2009) - Plano de Actividades e Orçamento, TCP, Aveiro
- Turismo de Portugal (2009) - Empresas de Animação Turística Licenciadas, Turismo de Portugal, Lisboa
- UNAVE (2008) - *Relatório Final SIG*, Projecto Interreg IIIB Espaço Atlântico SAL, Universidade de Aveiro, Aveiro
- UNIÃO EUROPEIA (2006) - *Plano Operacional do Centro - Mais Centro 2007-2013*, QREN,
- UNIÃO EUROPEIA (2008) - *Livro Verde sobre a Coesão Territorial: perspectivas futuras*, Bruxelas
- UNIVERSIDADE DE AVEIRO (2010) - UA Essencial, Universidade de Aveiro, Aveiro
- UNIVERSIDAD DE CADIS (2004) *Proyecto SAL “Sal del Atlántico”*, Proposta apresentada no âmbito da candidatura ao programa Espacio Atlántico 2002-2008 [SAL Sal del Atlántico Segunda convocatoria de proyecto (1 de Junio a 31 de Julio de 2004)]
- VASQUEZ, B. (2000) in FEIO, P., CHORINCAS, J. (2009) – *Governança Territorial e Inovação Das Políticas Públicas, Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16-2009, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Observatório do QREN, Lisboa

Sítios da Internet

<http://desenvolvimentosustentavel.apambiente.pt>

http://europa.eu/legislation_summaries/development/sectoral_development_policies/index_pt.htm

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/>

<http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt/home.htm>

www.amria.pt/index.php

www.arhcentro.pt

www.ccdrc.pt

www.cm-aveiro.pt

www.cm-ilhavo.pt

www.cap-atlantique.fr

www.dgotdu.pt

www.dgpa.minagricultura.pt

www.dg-pescas.pt

www.dre.pt

www.ecoria.pt

www.iaat.org

www.iambiente.pt

www.icn.pt

www.igeo.pt

www.inag.pt

www.insee.fr

www.itcanarias.org

www.ladocumentationfrancaise.fr

www.maiscentro.qren.pt

www.maisondespaludiers.fr

www.maraisalants.com

www.necton.pt

www.ot-guerande.fr

www.polisriadeaveiro.pt

www.portodeaveiro.pt

www.presqiledeguirande.com

www.qren.pt

www.ramsar.org

www.saltinstitute.org

www.seldeguirande.com

www.simria.pt

www.terrasdosal.pt

www.terredusel.fr

www.tradisal.pt

www.turismodocentro.pt

www.ua.pt

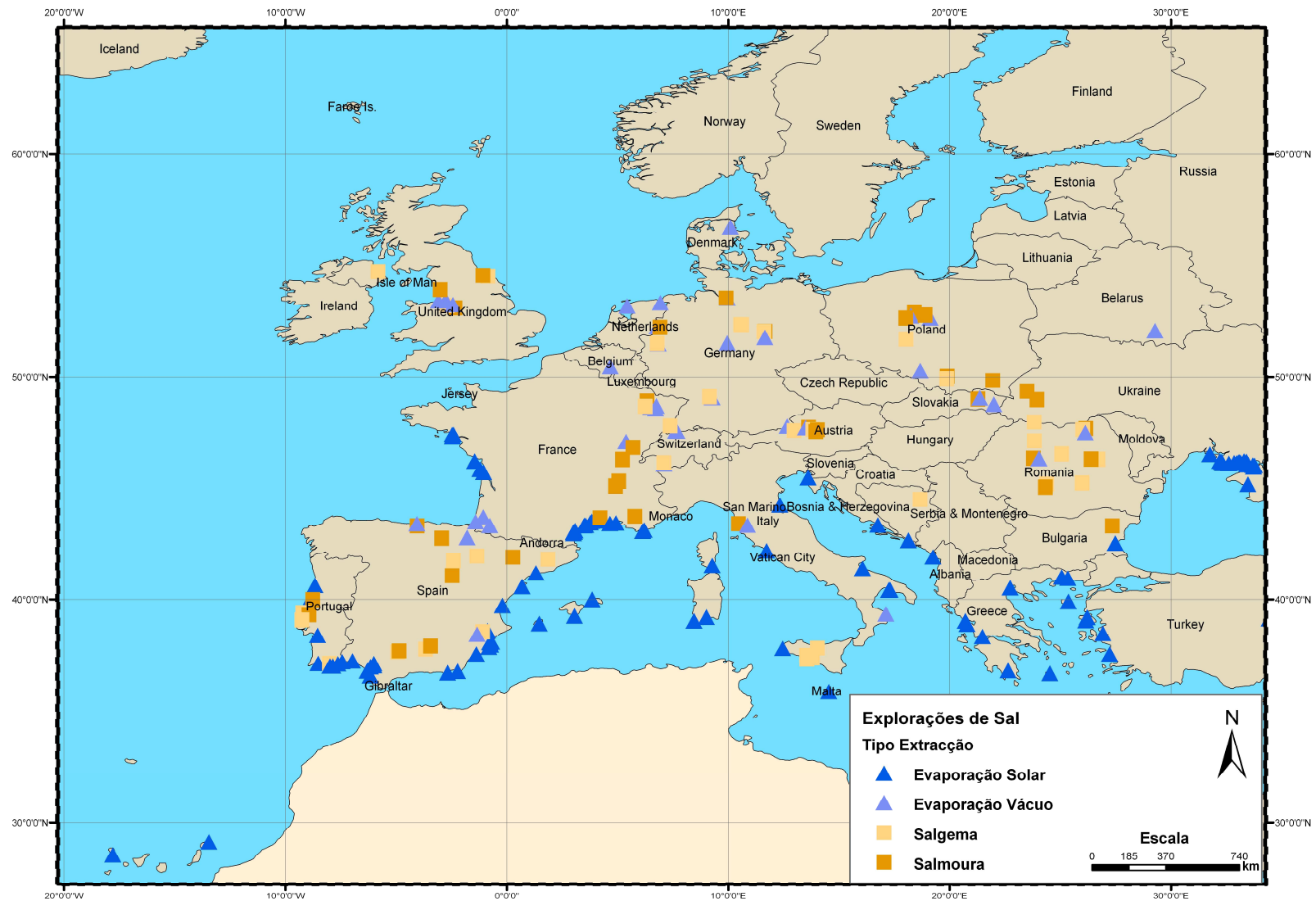
www.uminho.pt

Legislação

Aviso n.º 19, 308/2008, Diário da Republica n.º 181, Série I-A de
Decreto-Lei n.º 140/99, Diário da Republica, Série I-A de 1999-04-24
Decreto-Lei n.º 229/98, Diário da Republica n.º 167, Série I-A de 199-0-22
Decreto-Lei n.º 316/2007, Diário da Republica n.º 181, Série I de 2007-09-19
Decreto-Lei n.º 321/83, Diário da Republica n.º 72, Série I de 1983-03-28
Decreto-Lei n.º 380/99, Diário da Republica n.º 222, Série I-A de 1999-09-22
Decreto-Lei n.º 93/90, Diário da Republica n.º 65, Série I de 1990-03-19
Decreto-Lei n.º 350/2007, Diário da Republica n.º 202, Série I de 2007-10-19
Decreto-Lei n.º 49/2005, Diário da Republica n.º 39, Série I-A de 2005-02-24
Lei n.º 11/87, Diário da Republica n.º 81, Série I de 1987-04-07
Lei n.º 58/2007, Diário da Republica n.º 51, Série I de 2007-09-04
Portaria n.º 72/2008, Diário da Republica n.º 16, Série I de 2008-01-23
Portaria n.º 828-A/2008, Diário da Republica n.º 153, suplemento, Série I de 2008-08
Regulamento do Conselho Europeu n.º 1198/2006 de 27 de Julho
Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, Diário da Republica n.º 59, Série I-B de 2006-03-23
Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, Diário da Republica n.º 126, Série I de 2007-07-03
Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, Diário da Republica n.º 236, Série I-B de 2001-10-11
Resolução do Conselho Europeu n.º 702/2006 de 6 de Outubro

Anexo 1

Anexo 1 – Mapa Produção de Sal na Europa



Fonte: UNAVE, 2010

Anexo 2

Anexo 2 – Objectivos da ENDS

Objectivos da ENDS

A ENDS afirma sete objectivos de acção:

Primeiro Objectivo: Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”

Este objectivo incorpora dois sub-objectivos cruciais: acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento. Aposta-se, assim, no desenvolvimento do capital humano nacional, que integra a generalização da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade dos ensinos básico, secundário e superior, a aprendizagem ao longo

da vida, a criação de novas competências e o reforço da investigação e desenvolvimento de base científica e tecnológica, e ainda o incentivo ao desenvolvimento cultural e artístico. Este esforço integrado na promoção do capital humano terá repercussões no potencial de inovação das empresas e da sociedade, bem como num cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente, num contexto de crescente complexidade nacional e internacional, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”.

Segundo objectivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.

Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património

Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade,

deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.

Quarto objectivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social

Este objectivo estratégico visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de

sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social. Visa-se, também, fazer face a novos riscos de exclusão, em particular resultantes da difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, que deve ser acompanhada por medidas activas de combate à info-exclusão.

Quinto objectivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território

O que se pretende é mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infra-estruturas de acesso eficaz às redes internacionais de

transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-se, também, o valorizar do papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.

Sexto objectivo: Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação

Este objectivo reafirma o compromisso de Portugal com o projecto europeu e compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, envolvendo o aprofundamento do nosso relacionamento externo com algumas regiões de interesse prioritário para a afirmação de Portugal no

Mundo. Essa cooperação visa contribuir de forma empenhada para o desenvolvimento económico e social global, para a consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, para a luta contra a pobreza e, em geral, para a concretização dos objectivos de desenvolvimento do Milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.

Sétimo objectivo: Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

Assume-se o propósito estratégico de promover a modernização da administração pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos. Pretende-se, assim, reforçar o contributo da Administração para o desenvolvimento do País, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, para uma sociedade mais justa e com uma melhor regulação, bem sustentada num sistema de justiça mais eficaz. Legislar melhor, simplificar os procedimentos administrativos, valorizar as tecnologias da informação e comunicação, adoptar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.

Anexo 3

Anexo 3 – Princípios orientadores do QREN

Princípios orientadores do QREN

- A concentração das intervenções, dos recursos e das tipologias de acção, especialmente prosseguida através da consagração de um número reduzido de Programas Operacionais Temáticos e de uma estruturação temática dos Programas Operacionais Regionais do Continente (que propiciam o estabelecimento de sinergias e complementaridades entre instrumentos de política pública) e, bem assim, de lógicas de atribuição de recursos e de priorização de domínios de actuação directamente associadas às prioridades estratégicas a prosseguir;
- A selectividade e focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento, a concretizar pela utilização de critérios rigorosos de selecção e de hierarquização de candidaturas que efectivamente contribuam para a prossecução da estratégia de desenvolvimento adoptada;
- A viabilidade económica e a sustentabilidade financeira das actuações dirigidas à satisfação do interesse público, através da consideração dos respectivos efeitos sobre a despesa pública actual e futura;
- A coesão e valorização territoriais que potenciem os factores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental de cada região e as suas diversificadas potencialidades de desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado do país;
- A gestão e monitorização estratégica das intervenções, que garanta a prossecução eficiente e eficaz do desígnio e da orientação estratégica definidos e propicie condições para que a selecção de candidaturas aos Programas Operacionais tome em particular atenção os seus contributos para a prossecução das metas e prioridades estratégicas estabelecidas.

Anexo 4

Anexo 4 – Curso de formação Guérande



Coordinateur Pédagogique
Emmanuel DENIAUD

Intervenants :

FORMATEURS :

L'ensemble des formateurs du centre de formation de la Chambre d'Agriculture 44

INTERVENANTS :

Conseillers Chambre d'Agriculture 44, techniciens d'organismes professionnels agricoles, formateurs d'autres centres partenaires.

(La liste des formateurs et intervenants sera communiquée à l'entrée en formation)

Nos spécificités :

Une formation modularisée, individualisée et à distance :

La durée de la formation peut être individualisée en fonction des diplômes acquis, des connaissances et expériences professionnelles.

Les méthodes utilisées font appel à des cours en face à face, des séquences d'autoformation, des applications pratiques.

Des journées de formation se déroulent à distance (FOAD) grâce à des outils pédagogiques d'autoformation et à un suivi de chaque stagiaire au quotidien.

Organisation :

Durée :

- 1200 heures en centre et 315 heures de stage pratique en entreprise.
- Possibilité de parcours modulaires spécialisés.

Dates d'entrée :

- Novembre de chaque année à fin septembre de l'année suivante.

Lieu :

- Chambre d'agriculture - NANTES
☎ 02 53 46 60 53

Une formation, un métier, un emploi.

**Brevet Professionnel Responsable
d'Exploitation Agricole
SALICULTURE**

**Objectif
général**

Acquérir l'ensemble des compétences permettant de finaliser un projet d'installation en saliculture.

**Public
concerné**

Personnes ayant un projet d'installation, salariés, demandeurs d'emploi...

**Conditions
d'admission**

Toute personne ayant une expérience professionnelle de 12 mois minimum (1820 heures) tout secteur confondu et titulaire d'un CAP, ou ayant suivi un cycle complet de BEP ou une classe de seconde.

Possibilité d'acquérir une partie de l'expérience professionnelle pendant la formation, par l'intermédiaire d'un contrat de professionnalisation

Validation

Le BP REA est un diplôme du Ministère de l'Agriculture. Il est composé de 12 Unités Capitalisables (UC).

Les 12 unités sont délivrées à l'issue d'évaluations certificatives (et un délai de 5 ans est possible pour l'obtention des 12 UC).

**Conditions
Financières**

Stage financé avec le concours de la Région des Pays de la Loire.

Reste à la charge du candidat : 1 000 € dont 350 € à l'inscription, le versement du solde est échelonné sur la durée de la formation.

L'inscription sera définitive à la signature d'un contrat de formation.

Rémunération

Selon statut avant l'entrée en stage :

- Région/ASP ou Assedic
- Contrat de professionnalisation
- Congé Individuel de Formation.

Les possibilités de rémunération seront étudiées au cas par cas. La décision dépend des organismes rémunérateurs compétents.

Il est possible de réaliser cette formation par apprentissage

CENTRE DE FORMATION PROFESSIONNELLE DE LA CHAMBRE D'AGRICULTURE

UNITE DE FORMATION GENERALE

- Mathématiques
- Expression
- Sciences

GESTION ADMINISTRATIVE ET FINANCIERE

- Elaborer les résultats économiques et financiers
- Analyser la situation financière d'une entreprise et réaliser des prévisions
- Assurer l'organisation du travail et la protection des travailleurs
- Connaître les règles juridiques, fiscales, sociales et analyser la situation de l'exploitation au regard de ces réglementations

GERER L'INFORMATION ET PILOTER SON ENTREPRISE AVEC UNE VISION STRATEGIQUE

- Utiliser les technologies de l'information et de la communication
- Situer la place de l'agriculture dans la société et dans une logique de développement durable
- Identifier les composantes du territoire et leurs impacts sur l'exploitation
- Elaborer un diagnostic global d'exploitation et analyser les impacts d'une modification

UNITE DE FORMATION – ELABORER UN PROJET PROFESSIONNEL (installation ou salariat)

- Mettre en cohérence son projet de vie et son projet professionnel
- Elaborer et chiffrer un projet pour son entreprise ou identifier les caractéristiques des emplois de son secteur de production
- Analyser son projet et prendre des décisions **ou** maîtriser les techniques de recherche d'emploi

UNITE DE FORMATION - CONDUIRE LES ATELIERS DE PRODUCTION SALICOLE

- Données scientifiques et techniques relatives à la saliculture
- Ecosystème du marais salant
- Préparation d'une saline
- Récolte du sel
- Rénovation d'une saline
- Découverte du milieu et de l'activité
- Système de production salicole
- **Pratique professionnelle encadrée**

UNITES DE FORMATION COMPLEMENTAIRES

- Raisonner et conduire une activité de service
- Connaître l'activité aquacole dans l'environnement du marais salant
- Découvrir le fonctionnement des salines sur les sites du littoral autres que la Presqu'île Guérandaise

APPORTS TRANSVERSAUX (travaux sur dossiers, évaluation, bilan...)

Renseignements et inscriptions

Sandrine LANDRIAU

CENTRE DE FORMATION PROFESSIONNELLE DE LA CHAMBRE D'AGRICULTURE

Rue Pierre Adolphe BOBIERRE - La Géraudière – 44939 Nantes Cedex 9

☎ 02 53 46 60 53 - Fax 02 53 46 62 19

E mail : formation@loire-atlantique.chambagri.fr



Anexo 5

Anexo 5 – Repertório Legislação Portuguesa respeitante a Salicultura

Repertório Legislação Portuguesa respeitante a Salicultura⁵⁶

PRINCIPAIS DIPLOMAS APLICÁVEIS

Decreto-Lei n.º209/2009, de 29 de Outubro

Aprova o regime de exercício da actividade industrial (REAL), que inclui a extracção de sal marinho.

Regulamento (CE) N° 417/2008, de 8 de Maio

Altera os anexos I e II do Regulamento (CE) n°510/2006 do Conselho relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, que passam a incluir também o sal.

Portaria n°72/2008, de 23 de Janeiro

Define as normas técnicas, as características e as condições a observar na produção valorização e comercialização do sal alimentar tal qual.

Decreto-Lei n° 350/2007, de 19 de Outubro

Estabelece o quadro legal relativo à produção e comercialização de sal destinado a fins alimentares.

Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro

Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

Estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos.

Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro

Regulamenta os pedidos de emissão de títulos de utilização de recursos hídricos.

Decreto-Lei n° 560/99, de 18 de Dezembro

Estabelece as regras a que deve obedecer a rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios, sejam ou não pré-embalados.

Despacho Normativo 47/97, de 11 de Agosto

Regulamenta a atribuição de certificados de DOP, IGP e ETG dos produtos agrícolas e géneros alimentícios.

Portaria n° 359/94, de 7 de Junho

Define as condições gerais de comercialização de produtos pré embalados, bem como as quantidades e capacidades nominais recomendadas e obrigatórias.

⁵⁶ Fonte Direcção Geral de Agricultura e Pescas (DGAP)

Anexo 6

Anexo 6 – Resumo Projecto Interreg IIIB Sal do Atlântico

Resumo Projecto Interreg IIIB Sal do Atlântico

(<http://www.sal-atlantic.net/web/>)

SAL “Sal do Atlântico” Revalorização da identidade das salinas do Atlântico. Recuperação e promoção do potencial biológico, económico e cultural das zonas húmidas costeiras

OBJECTIVOS (breve resumo do projecto)

Objectivos Globais

Este projecto, a realizar no período de 2005 – 2007, baseia a sua estratégia no desenvolvimento de diferentes objectivos comuns, locais e multidisciplinares em cada zona, que criam as bases necessárias para conseguir definir um modelo de recuperação integral das Salinas Atlânticas que integre as diferentes perspectivas de abordagem (patrimonial, ambiental e económica).

A existência de uma problemática local em cada país participante, o intercâmbio de experiência no campo da produção do sal marinho, a diversificação de produtos e de mercados, assim como a própria organização social dos salineiros, é imprescindível para a prossecução desses objectivos.

Neste sentido pretende-se desenvolver iniciativas locais com o fim de promover, numa rede europeia, os diferentes aspectos em que se baseia a identidade comum das diferentes zonas, constituída por: potencial de biodiversidade, saber-fazer técnico semelhante, paisagem, história, valorização económica do sal artesanal e das salinas como produtoras de um sal de elevada qualidade e como pontos de interesse turístico. Deverão também, no decurso deste projecto, identificar-se as práticas comuns que permitam um reforço a longo prazo dos aspectos ambientais, socioeconómicos e culturais que possam garantir a salvaguarda e a identidade.

Ações Transnacionais

Os objectivos anteriormente enunciados foram agregados em eixos de trabalho prioritários operacionalizados nas seguintes Ações Transnacionais:

1. **Biodiversidade das salinas** - proposta de um modelo de valorização ambiental das salinas e realização de experiências em salinas abandonadas e activas
2. **Organização da Profissão / Reconhecimento do sal artesanal / Desenvolvimento de alternativas** - estruturação da profissão salineira artesanal à escala do Espaço Atlântico e da Europa
3. **Formação de uma cultura da actividade salineira tradicional do litoral atlântico / organização da transmissão do saber-fazer** – transmissão do “saber-fazer”, formação de novos salineiros e profissionalização dos produtores
4. **Valorização do potencial turístico das salinas tradicionais do Arco Atlântico** - criação e promoção de produtos turísticos; acções específicas para a melhoria da qualidade turística das Salinas Atlânticas
5. **Desenvolvimento de uma gestão integrada para as salinas** - Preservar a identidade paisagística das salinas; inventariar as ferramentas actualmente existentes que possam contribuir para a definição de um desenvolvimento sustentável; definir e testar uma ferramenta centralizadora da informação geográfica (cartografia) aplicada às salinas
6. **Novos produtos associados** - alternativas de novos produtos sustentáveis; protótipos para recuperação de estruturas (estudos)
7. **Difusão e Comunicação** - estratégia de comunicação e difusão; criação de um fundo documental

As acções transnacionais enunciadas anteriormente vão ser realizadas ao nível local pela:

- Câmara Municipal de Aveiro - acções 2, 3, 4, 5 e 7;

- Universidade de Aveiro - acções 1, 2, 3, 4, 5, 6 (responsável pelos estudos para a criação de protótipos para recuperação de estruturas) e 7 (responsável pela criação de um fundo documental);
- Cooperativa Agrícola de Transformadores de Sais Marinhos da Ria de Aveiro (parceiro associado do projecto) – acções 2 e 3.

• PARCEIROS

País	Nome do Parceiro	
Espanha	Universidad de Cadiz	Chefe de Fila
	Consejería de médio Ambiente de la Junta de Andalucia	Parceiro
	Diputación Foral de Alava (país Vasco)	Parceiro
	Instituto Tecnológico de Canarias (Las Palmas, Canarias)	Parceiro
	Ayuntamiento de Santa Lucia (Las Palmas, Canarias)	Parceiro
	GATZAGAK, S.A: (Salinas de Añana – Alava – País Vasco)	Parceiro
	Asociación Cultural de Amigos de las Salinas de Interior	Parceiro
França		Associado
	Fédération des Producteurs de Sel de L'Atlantique (La Roche sur Yon)	Parceiro
	Chambre d'Agriculture de Loire Atlantique (Nantes)	Parceiro
	Communauté de Communes "Cap Atlantique" (La Baule)	Parceiro
	Unité Mixte de Recherche 306 du CNRS, Centre d'Ethnologie Française, Département des Sciences de L'Homme et de la Société (Paris)	Parceiro
	Laboratoire Géolittomer, LETG UMR 6554 CNRS (Nantes)	Parceiro
	Chambre d'Agriculture de la Vendée (La Roche sur Yon)	Parceiro
	Communauté de Commune de l'Ile de Noirmoutier	Parceiro
	Chambre d'Agriculture de Charente Maritime (La Rochelle)	Parceiro
	Communauté de Communes de l'Ile de Ré	Parceiro
	Commune de Séné	Parceiro
	Ecomusée du Marais Salant (Loix)	Parceiro
	Ligue pour la Protection des Oiseaux – Délégation Loire Atlantique (Nantes)	Parceiro
	Bretagne Vivante – SEPNEB (Brest)	Parceiro
	Ligue pour la Protection des Oiseaux (structure nationale) (Rochefort)	Parceiro
	Forum des Marais Atlantique (Rochefort)	Parceiro
	VIVEA (Fonds pour la Formation des Entrepreneurs du Vivant) (Paris)	Parceiro
Portugal	Necton-SA (Olhão)	Parceiro
	Universidade do Algarve – Centro de Ciências do Mar (Gambelas – Faro)	Parceiro
	Câmara Municipal de Leiria	Parceiro
	Câmara Municipal de Castro Marim	Parceiro
	TradiSal (Castro Marim)	Parceiro
	Câmara Municipal de Aveiro	Parceiro
	Universidade de Aveiro	Parceiro
	Câmara Municipal da Figueira da Foz	Parceiro
	Cooperativa Agrícola de Transformadores de Sais Marinhos da Ria de Aveiro	Parceiro
		Associado
Reino Unido	Éden Rivers Trust (Appleby)	Parceiro

Anexo 7

Anexo 7 – Resumo Projecto Interreg IVB Ecosal Atlantis

Resumo Projecto Interreg IVB Ecosal Atlantis

(<http://ecosal-atlantis.ua.pt>)

TITULO: Ecoturismo nas salinas tradicionais do Atlântico: uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável.

ACRONIMO: ECOSAL ATLANTIS

PRIORIDADE: 4 Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável

OBJECTIVO: 3 Conservar e promover a herança do espaço Atlântico de interesse transnacional

OBJETIVOS (breve resumo do projecto)

O projecto “Ecoturismo nas salinas Atlânticas: uma estratégia de desenvolvimento integral e sustentável – Ecosal Atlantis” tem como objectivo principal promover um desenvolvimento conjunto, integral e sustentável do turismo baseado no património cultural e natural dos espaços salícolas do Atlântico.

Como objectivos específicos assinalamos:

- 1.- Estabelecer directrizes para a gestão do património cultural e natural dos espaços salícolas, tendo como ponto de partida uma base conjunta de dados patrimoniais.
- 2.- Avaliar, valorizar e promover os espaços salícolas tradicionais do Atlântico, mediante a colocação em rede dos actores através de acções transversais conjuntas
- 3.- Manter ou recuperar os habitats próprios dos espaços salícolas no âmbito de um turismo natural.
- 4.- Promover a conservação e a compreensão dos espaços salícolas Atlânticos mediante a difusão da informação e da criação de sinergias transnacionais.

Tanto o objectivo geral como os objectivos específicos respondem ao objectivo global de cooperação territorial europeia e mais concretamente de cooperação transnacional.

Este conjunto de objectivos está centralizado na acção de desenvolvimento urbano sustentável (prioridade 4) e mais concretamente no objectivo 3, que é conservar e promover a HERANÇA do espaço Atlântico de interesse transnacional.

Neste contexto partimos da base de um património (salinas do Atlântico) que desempenhou um papel relevante na história marítima da Europa Atlântica, para a potencialização de um desenvolvimento sustentável e conjunto das economias primeiro a nível regional, logo nacional e finalmente transnacional, através da implementação de uma Rota que seja reconhecida pelo público em geral no território do Espaço Atlântico.

O projecto estrutura-se em redor de 6 actividades que por sua vez se subdividem em diferentes acções que abarcam os 3 anos de anos de projecto (1 de Fevereiro de 2010 – 31 de Janeiro de 2013).

As actividades apresentadas (para além da preparação e coordenação/gestão do projecto) abarcam os seguintes sectores:

- Património cultural e natural,
- Desenvolvimento territorial sustentável,
- Biodiversidade e turismo natural e
- Comunicação

PARCEIROS

País	Nome do Parceiro	
Espanha	Diputación Foral de Álava	Chefe de Fila
	Asociación Cultural de Amigos de las Salinas de Interior	Parceiro
	Fundación Espacios Naturales Protegidos de Andalucía (ANDANATURA)	Parceiro
França	Ecomusée du Marais Salant	Parceiro
	Centre National de la Recherche Scientifique (DR17) - Géolittomer	Parceiro
	Communauté de communes Océan-Marais de Monts	Parceiro
	Cap Atlantique - Musée Intercommunal des Marais Salants	Parceiro
	Communaute de communes de l'île d'Oléron	Parceiro
Portugal	Universidade de Aveiro	Parceiro
	Câmara Municipal de Aveiro	Parceiro
	Câmara Municipal da Figueira da Foz	Parceiro
	Câmara Municipal de Rio Maior	Parceiro
Reino Unido	Bournemouth University	Parceiro

Anexo 8

Anexo 8 A– Questionários Produtores Algarve

Anexo 8 B – Questionários Associação/Cooperativa
Algarve

Anexo 8 A

Inquérito por Questionário

No âmbito do trabalho a desenvolver para a Dissertação
“Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro”

Margarida Ferreira da Silva

1. Identificação

Empresa / Produtor Individual:

Morada:

Telefone:

E-mail:

Ano de Criação:

Site:

Responsável:

Cargo:

2. Salinas

Nome	Localização	Área	Confrontações	Própria / Arrendada

3. Acções de Recuperação de Salinas

Nome	Área recuperada	Ano	Custos envolvidos

4. Principais Mercados

%	Ano Inicial	2004	2006	2008
Nacional				
Externo				

5. Dados sobre a produção

	Ano inicial	2004	2006	2008
Área de produção (hectares)				
Nº de salineiros				
Produção Sal (ton)				
Produção Flor de Sal (ton)				
Preço Sal (Kg)				
Preço Flor de Sal (Kg)				

6. Acções de Valorização do produto

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade/certame	Nacional/Internacional

* Exemplos: Certificação, participação em feiras, etc.

7. Acções de Divulgações

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade	Nacional/Internacional

*Exemplos: Publicidade nos media, folhetos, poster, manuais, etc.

8. Acções de Formação

Tipologia	Ano	Periodicidade	Entidade	Formador/formando/cedência do espaço

9. Acções de Ecoturismo

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Nº. Visitantes /ano	Entidade

*Exemplos: Visitas às salinas, observação de aves, etc

10. Participação em Projectos

Nome	Ano	Nacional/Internacional

11. Parceiros

Nome	Ano	Tipologia	Área de actuação	Nacional/Internacional

12. Prémios

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/Internacional

13. Informações Complementares*

* Na entrevista

DATA:

RESPONDIDO POR:

Anexo 8 B

Inquérito por Questionário

No âmbito do trabalho a desenvolver para a Dissertação
“Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro”
Margarida Ferreira da Silva

1. Identificação

Cooperativa / Associação:

Morada:

Telefone:

E-mail

Ano de Criação:

Site:

Responsável:

Cargo

2. Aderentes

Nome	Ano Inicial	2004	2006	2008

3. Salinas Aderentes

Nome	Localização	Área	Confrontações	Própria / Arrendada

4. Acções de Recuperação de Salinas

Nome	Área recuperada	Ano	Custos envolvidos

5. Principais Mercados

%	Ano Inicial	2004	2006	2008
Nacional				
Externo				

6. Dados sobre a produção

	Ano inicial	2004	2006	2008
Área de produção (hectares)				
Nº de salineiros				
Produção Sal (ton)				
Produção Flor de Sal (ton)				
Preço Sal (Kg)				
Preço Flor de Sal (Kg)				

7. Acções de Valorização do produto

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade/certame	Nacional/Internacional

* Exemplos: Certificação, participação em feiras, etc.

8. Acções de Divulgação

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade	Nacional/Internacional

* Exemplos: Publicidade nos media, folhetos, poster, manuais, etc.

9. Acções de Formação

Tipologia	Ano	Periodicidade	Entidade	Formador/formando/ cedência do espaço

10. Acções de Ecoturismo

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Nº. Visitantes /ano	Entidade

*Exemplos: Visitas às salinas, observação de aves, etc.

11. Participação em Projectos

Nome	Ano	Nacional/Internacional

12. Parceiros

Nome	Ano	Tipologia	Área de actuação	Nacional/Internacional

13. Prémios

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/Internacional

14. Informações Complementares *

* Na entrevista

Dados relativos às Salinas

Nº mínimo de Marinhas Activas	Nº actual	Localização	Valor/venda (há)	Estado	Prod/ Sal/Ha	Produção de Flor sal/ha	Homens/marinha	Valor/mensal/homem	Nº meses de trabalho	Custo transporte	Custo armazenamento	Outros custos

Data:

Respondido por:

Anexo 9

Anexo 9 A– Respostas Questionários Produtores Algarve

Anexo 9 B – Respostas Questionário Associação Algarve

Anexo 9 C - Resposta Questionário Cooperativa Algarve

Anexo 9 A

Inquérito por Questionário

No âmbito do trabalho a desenvolver para a Dissertação
“Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro”

Margarida Ferreira da Silva

1. Identificação

Empresa / Produtor Individual: **Necton**

Morada:

Telefone:

E-mail:

Ano de Criação:

Site:

Responsável:

Cargo:

2. Salinas

Nome	Localização	Área	Confrontações	Própria / Arrendada
Cova da Onça*	Belamandil	3,5 ha	Murta e Grelha	A
Murta *	Belamandi	8,5 ha	Cova da onça	A
Grelha*	Belamandi	8 ha	Murta	A
Baeta*	Salgados	3,5 ha	Ria Formosa	A

3. Acções de Recuperação de Salinas

Nome	Área recuperada	Ano	Custos envolvidos
Cova da Onça	3,5 ha	1999	€30.000
Murta*	8,5 ha	2005	€90.000
Grelha*	8 ha	2004-2005	€80.000
Baeta*	3,5 ha	2003	35.000

4. Principais Mercados

%	Ano Inicial	2004	2006	2008
Nacional	0	25	30	35
Externo	100	75	70	65

5. Dados sobre a produção

	Ano inicial	2004	2006	2008
Área de produção (hectares)				
Nº de salineiros				
Produção Sal (ton)				
Produção Flor de Sal (ton)				
Preço Sal (Kg)				
Preço Flor de Sal (Kg)				

6. Acções de Valorização do produto

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade/certame	Nacional/Internacional
certificação	Desde 1999	anual	Nature&Progress	Inter
certificação	Desde 2001	anual	Certiplanet	Nac
certificação	Desde 2004	anual	Kosher	Int
Certificação	Desde 2004	Anual	EcoGarantie	Int
Biofach	2000			
ANUGA	2001			
SIAL	2007			

* Exemplos: Certificação, participação em feiras, etc.

7. Acções de Divulgações

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade	Nacional/Internacional
Patrocínio de livro de receitas O prazer de Cozinha	2003		Colares editores Chef Joaquim Figueiredo	
Patrocínio do Livro da editora “Da Terra – 12 viagens pelos caminhos da tradição”	2005		“Má Criação” Paulo Caetano e Rui Vasco	
Directório Min Agricultura e Pescas	2006			
Guia de Boas Práticas e pescas	2006			

*Exemplos: Publicidade nos media, folhetos, poster, manuais, etc.

8. Acções de Formação

Tipologia	Ano	Periodicidade	Entidade	Formador/formando/cedência do espaço
Higiene e Segurança no trabalho	2005 e 2006			Todos os trabalhadores. Consultor externo

HACCP	2004 e 2006			Todos os trabalhadores. Consultor externo
Formação p/criação de emprego				EQUAL, formação em contexto de trabalho. 6 formandos tendo sido contratados 3

9. Acções de Ecoturismo

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Nº. Visitantes /ano	Entidade
Visitas	Desde 2004		> 100	Centro Ciência Viva; Almargem e diversos Operadores turísticos

*Exemplos: Visitas às salinas, observação de aves, etc.

10. Participação em Projectos

Nome	Ano	Nacional/Internacional
Sal do Atlântico	2003-2005	Interreg
EQUAL	2003-2006	Nacional
Salicornia	2003-2006	Nacional
EoSalt	2008-2009	Nacional

11. Parceiros

Nome	Ano	Tipologia	Área de actuação	Nacional/Internacional

12. Prémios

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/Internacional

13. Informações Complementares*

* Na entrevista

DATA:

RESPONDIDO POR: João Navalho

Inquérito por Questionário

No âmbito do trabalho a desenvolver para a Dissertação
“Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro”

Margarida Ferreira da Silva

1. Identificação

Empresa / Produtor Individual: RUI FRANCISCO NEVES DIAS

Morada: RUA 4 OUTUBRO 12 8800 362 TAVIRA

Telefone: 281 321 474

E-mail:

Ano de Criação: +- 1900

Site:

Responsável: RUI

Cargo:

2. Salinas

Nome	Localização	Área	Confrontações	Própria / Arrendada
MOINHO DE ARAGAO SALINA ARTSANTAL	TAVIRA	13HEC	CAMARA MUNICIPAL ESTRADA DAS QUATRO AGUAS MAR DOS CAVALOS	POPRIA

3. Acções de Recuperação de Salinas

Nome	Área recuperada	Ano	Custos envolvidos
MOINO DE RAGAO	13 HECTARS	VARIOS ANOS CONFORME O DINHEIRO GERADO	250 MIL EUR

4. Principais Mercados

%	Ano Inicial	2004	2006	2008
Nacional				
Externo				

5. Dados sobre a produção

	Ano inicial	2004	2006	2008
Área de produção (hectares)				
Nº de salineiros				
Produção Sal (ton)				
Produção Flor de Sal (ton)				
Preço Sal (Kg)				
Preço Flor de Sal (Kg)				

6. Acções de Valorização do produto

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade/certame	Nacional/Internacional
EMBALAGEM				
EXPANÇÃO NO MERCADO EXTERNO		CANADA	FEIRAS MUITAS AO AONO, EM VARIOS PAISES	ALIMENTARIA
CERTIFICADO SATIVA CERTIFICADO NATUR E PROGRES	2008 2000			

* Exemplos: Certificação, participação em feiras, etc.

7. Acções de Divulgações

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade	Nacional/Internacional
FEIRAS FORA DO PAIS		VARAS ANUALMENTE	PAGAS DO MEU BOLSO	

*Exemplos: Publicidade nos media, folhetos, poster, manuais, etc.

PUBLICIDADE E UM FLOPR, POR CUSTAR MUITO DINHEIRO SEM RETORNO, FAC A PROJEÇÃO REAL E VERDADEIRA DA REALIDADE DO QUE SOU. TRANSPARENCIA TOTAL DA MINHA ACTIVIDADE TENHO CONSEGUIDO, A CUSTA DE MUITAS PRIVAÇÕES, E SACRIFICIOS PESSOAIS, PARA ME DAR A CONHECER EM FEIRAS INTERNACIONAIS. E RELATIVAMENTE AO MARQUETING DE JORNAIS REVISTAS ETC, A ISIO já NINGUEM LIGA, SEGUNDO A MINHA OPINIAO PESSOAL, SERVINDO MESMO PARA QUE MUITA GENTE SE PROCURE PROVER ,A CUSTA DO MEU TRABALHO E FOTOGRAFIAS DAS MINHAS INICIATIVAS E PROPRIEDADE COMO SENDO SUA, E PARA O CONSTATAR, BASTA CONSULTAR SITES DA NET., SOBRE SAL E FLOR DE SAL DE TAVIRA.

8. Acções de Formação

Tipologia	Ano	Periodicidade	Entidade	Formador/formando/cedência do espaço
FORMAÇÃO PERMANENTE DO PESSOAL,				EU PROPRIO, POR TER POUCO APRENDER NA CONCORRENCIAE ATE TER já DADO CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM CASTRO MARIM. PARA O INT. NAC. DE EMPREGO

9. Acções de Ecoturismo

não TENHO TEMPO PARA ISSO NEM ESTOU INTERESSAO EM TAL. já BASTA DEFENDER A NATUREZA E PRESERVA-LA COMO MODO DE MANTER UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E SUTENTAVEL, E SEPOSSIVEL MELHORAR AS CONDIÇÕES NATURAIS DE QUE DISPOMOS, PARA UMA MELHORAR E TORNAR MAIS CONSENTANEA SUA UTILIZAÇÃO.

SALVO MELHOR OPINIAO, ISSO E PARA QUEM, não TEM OUTRA COISA QUE fazer. E NÃO POSSUI SALINAS NEM NADA, E PRECISA DE GANHAR A VIDA MOSTRANDO AS COISAS AOS UTROS, ONDE POR VESES ATE não há NADA já DE APROVEITAVEL, E COMO A MAIOR PARTE DOS VISITANTES DESCONHECE O ASSUNTO, NEM SE APERCEBE DESSA IRREALIDADE.

OS MEUS COLABORADOES ESTAO SENSILISADOS DE QUE SE não PRESERVAR-MOS O POUCO QUE RESTA, FICAMOS SEM MEIOS DE SUBSISTENCIS SUSTENTSDA E		PERMANENTE	OS VISITANTES SÓ ATRAPALHAO O SERVIÇO, PERCA DE TEMPO E RENTABILIDADE, DOS COLABORADOR S POR NÃO SER	SE não TIVESSE SALINAS, E VIVESSE DE FACHADA , COM CONVERSA BARATA . TERIA QUE ME SUGEITAR A ISSO PARA ENTRETER OS OUTROS SACAR DO
---	--	------------	--	--

SUSTENTAVEL			<p>O MEU NEGOCIO, O ECO TURISMO, NO QUAL NÃO TENHO O MENOR INTERESSE, E NAM ACEITAR VISITAS DE GRUPOS VENHAO ELAS DE ONDE VIEREM, SE BEM QUE QUALQUER— --TURISTA---- QUE POR AI ANDAR PASSEANDO, DESDE QUE NÃO PREJUDIQUE O SERVIÇO ,E NÃO CHATEI ,COM PERGUNTAS.,NÃO LHE E LEVANTADA QUALQUER DIFICULDADE</p> <p>--GRUPOS não— ATE PELA RESPONSABILIDA DES, QUE ISSO TRAZ AO PROPRIETARIOS DOS TERRENOS EN CASO DE ACIDENTE</p>	<p>ESTADO, E DOS VISITANTES A MINHA SOBREVIVENCIA E O ORDENADO DO MEU PESSOAL.</p>
-------------	--	--	--	--

10.Participação em Projectos

Nome	Ano	Nacional/Internacional
PROJECTOS DE ADAPTAÇÃO ,A REALIDADE ACTUAL E		NACIONAL

AVANÇOL TECNOLÓGICO		
RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA SALINA EM ANGOLA, PREPARAÇÃO DE UM DOS DONOS PARA MELHORAR E AUMENTAR A PRODUÇÃO	2006	<p>PALOPES</p> <p>O FORMANDO E ACESSOR DA SENHORA MINISTRA DA SAÚDE EM ANGOLA, NA ÁREA HOSPITALAR, E ESTÁ EM SIMULTÂNEO COLABORANDO COM A FAMÍLIA, DOS POUCOS CONHECIMENTOS QUE FOI CAPAZ DE TRANSMITIR, FACE AS CARENCIAS QUE LA CONTATEI.</p>

11. Parceiros

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/Internacional

12. Prémios

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/internacional
SEGUIR COM APRESENTAÇÃO DA EMPRESA NA VOSSA VISITA				

13. Informações Complementares*

____NADA DE CONCRETO, POR EXEMPLO A CCDD, VEIO FILMAR E FOTOGRAFAR O MEU TRABALHO, PARA O CRENE E NÃO ENTENDO PORQUE NÃO FOI FILMAR ONDE A CCDD TEM INVESTIDO, E MOSTRAR O SEU RESULTADO. _____

* Na entrevista

DATA: 7 DE OUTUBRO 2008

RESPONDIDO POR:

RUI

Anexo 9 B

Inquérito por Questionário

No âmbito do trabalho a desenvolver para a Dissertação
“Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro”
Margarida Ferreira da Silva

1. Identificação

Associação: TradiSal – Assoc. Produtores Sal Marinho Tradicional Sotav.

Algarvio

Morada: Rua Dr. José Alves Moreira s/n, apartado 51, 8950-138 Castro Marim

Telefone: 281 531 467

E-

mail:geral@tradisal.com

Ano de Criação:1999

Site: www.tradisal.com

Responsável: Fernando Reis

Cargo: Presidente

2. Aderentes

Nome	Ano Inicial	2004	2006	2008
1.Mª Sofia Bento	X			
2.Francisco Domingues	X			
3.Reinaldo Faísca	X			
4.Nelson Solá	X			
5.Jacinto Dias	X			
6.Manuel Domingues	X			
7.João Dórdio	X			
8.Arsénio Costa			X	
9.Necton, SA.	X			
10.João G. Pedro			X	
11.JSM -Turismo & Agricultura, Lda.	X			
12.Pedaços de Mar, Lda.			X	
13.Rita Pedro				X

3. Salinas Aderentes

Nome	Localização	Área	Confrontações	Própria / Arrendada
1.2.6 - Enterreiro	Sítio do Enterreiro	2,45 ha	Norte – Caminho Público Sul – José Ferreira da Costa, Herdeiros de Manuel Anastácio e Herdeiros de José Cavaco Este – Herdeiros de Leopoldo Torres Santos Oeste – Sapal e Terrenos da Câmara Municipal de Castro Marim	Própria
6.Estalagem	Mata-Fome	3 ha	Norte – Esteiro Mata Fome Sul – Esteiro de C. Marim Este – Esteiro de C. Marim Oeste – Esteiro Mata Fome	Própria
13.Cepo	Sapal do Cepo	17 ha	Norte – RNSCMVRSA Sul – António Rodrigues Rosa Este – António Rodrigues Rosa Oeste – Esteiro Lezíria	Arrendada
5. A Grande	Sapal da H. D'el Rei	3 ha	Este/Norte - Sapal Sul – Marinha Pequena Oeste – Marinha Roxo	Própria
6.Salinas Sapal do Moinho do Francisco	Sapal do Moinho do Francisco	5 ha	Norte – Armando Celorico Drago e Herdeiros José Xavier Cavaco Sul – Armando Celorico Drago	Arrendada
6.Estanqueira	Flandres do Norte	0,5	Norte - Esteiro Francisco Sul – Marinha H.D'el Rei Este – Marinha H.D'el Rei Oeste – Esteiro Francisco	Própria
3.4.Horta D'el Rei	Sapal H. D'el Rei		Norte – Marinha Estanqueira Sul – Esteiro Francisco Oeste - Esteiro Francisco Este – Marinha H. D'el Rei	Arrendada
12. Alta - Escalreigada	Sapal do Félix	14ha	Norte - Félix	Própria
10.Marinha do Grelha	Lugar Bela Mandil Olhão	9 ha	Norte – Marinha de Joaquim Florêncio Sul – Caldeira do Moinho e Ribeira	

			de Vale Formoso Este – Caldeira do Moinho Oeste – Marinhas de J. Florêncio e José Aragão Barros	
9.Murta	Lugar Bela Mandil Olhão	8 ha	Norte – Terrenos de Semeadura Sul – Sapal que confina com o oceano Este – Caminho de acesso a outras marinhas Oeste – Caldeira do moinho de António Grelha	
9.Cova da Onça	Lugar Bela Mandil Olhão	3,5 ha	Norte – Terrenos de Semeadura Sul/Este – Caldeira do moinho Oeste – Grelha	
9.Baieta dois	Lugar Bela Mandil Olhão	4,5 ha	Baieta um e acaba na Ria Formosa	

* os números significam os produtores das salinas

4. Acções de Recuperação de Salinas

Nome	Área recuperada	Ano	Custos envolvidos
Enterreiro		2006	143.600,87+IVA
Estalagem		2006	138.452,50+IVA
Cepo		2007	243.997,60+IVA

a) Apoio proprietários da TradiSal na elaboração dos projectos, mas a recuperação foi efectuada pelos

5. Principais Mercados

%	Ano Inicial	2004	2006	2008
Nacional				
Externo				

6. Dados sobre a produção

	Ano inicial	2004	2006	2008
Área de produção (hectares)				
Nº de salineiros				
Produção Sal (ton)				
Produção Flor de Sal (ton)				

Preço Sal (Kg)				
Preço Flor de Sal (Kg)				

7. Acções de Valorização do produto

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade/certame	Nacional/Internacional
Certificação	2003	Anual	Nature et Progres	Internacional
Certificação	2008	Anual	Sativa	Nacional
Feiras Nacionais	2002	Anual	Lisboa/Porto/Algarve	Nacional
Feira Anuga	2000	Anual	Alemanha	Internacional

* Exemplos: Certificação, participação em feiras, etc.

8. Acções de Divulgação

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade	Nacional/Internacional
Folhetos informativos	2002	Anual	TradiSal	Nacional/Internacional
Jornal "Sal de Castro Marim"	2007	Pontual	O 1º Janeiro	Nacional
Amostras grátis Flor Sal e Sal	2003	Anual		Nacional/Internacional
Posters	2007	Pontual		Nacional/Internacional

* Exemplos: Publicidade nos media, folhetos, poster, manuais, etc.

9. Acções de Formação

Tipologia	Ano	Periodicidade	Entidade	Formador/formando/cedência do espaço
Curso de Exploração de Salinas Tradicionais	2004	2 Anos	Odiana / TradiSal	Formadores
Workshop "Salinas do Atlântico"	2007		TradiSal	Formador
Fórum Guadiana 2006	2006		Universidade Algarve	Formador
Workshop "O potencial das salinas de C. Marim para o Ecoturismo"	2007		TradiSal	Formador
Feira do Sal	2007		TradiSal / CMCM	Expositor/Organizador
Workshop "A Importância das salinas C. Marim para a conservação da natureza e desenv. Sustentável da região"	2007		TradiSal	Formador

10. Acções de Ecoturismo

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Nº. Visitantes /ano	Entidade
Visita/Entrevista	2000	Anual	300	Comunicação social Nacional/Estrangeira

*Exemplos: Visitas às salinas, observação de aves, etc.

11. Participação em Projectos

Nome	Ano	Nacional/Internacional
Promoção do Sal Marinho Tradicional Sot. Algarvio	2004	Nacional/Leader +
Europa para inovar o Baixo Guadiana	2004	Nacional/Avina
Campanha de Promoção do Sal M. Tradicional	2005	Nacional/Leader +
Projecto Interreg III B - Sal	2004/8	Internacional

12. Parceiros

Nome	Ano	Tipologia	Área de actuação	Nacional/Internacional

13. Prémios

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/Internacional

14. Informações Complementares *

- Na entrevista

Dados relativos às Salinas												
Nº mínimo de Marinhãs Activas	Nº actual	Localização	Valor/venda (há)	Estado	Prod/ Sal/Ha	Produção de Flor sal/ha	Homens/marinha	Valor/mensal/homem	Nº meses de trabalho	Custo transporte	Custo armazenamento	Outros custos
6	13	Sapal de Castro Marim		Bom	Variável	Variável	Desconhecido	Desconhecido	5	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido

Data:

Respondido por:

Inquérito por Questionário

No âmbito do trabalho a desenvolver para a Dissertação
“Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro”

Margarida Ferreira da Silva

15. Identificação

Cooperativa: Terras de Sal – Comércio e Transf. Sal Marinho, CRL.

Morada: Rua Dr. José Alves Moreira s/n apartado 25, 8950-138 Castro Marim

Telefone: 281 531 467

E-mail:

geral@terrasdesal.com

Ano de Criação: 2004

Site: www.terrasdesal.com

Responsável: Francisco Domingues

Cargo: Presidente

16. Aderentes

Nome	Ano Inicial	2005	2006	2008
1. M ^a Sofia Bento	X			
1. Francisco Domingues	X			
António Sabóia	X			
7. Reinaldo Faisca	X			
7. Nelson Solá	X			
Amadeu Saloio	X			
4. Jacinto Dias	X			
4. Dinis Dias	X			
JSM - Actividades Turísticas	X			
1.2. Manuel Domingues		X		
8. Pedços de Mar, Lda.			X	
3. Rita Pedro				X
5.6. Luís Correia				X

Salinas Aderentes

Nome	Localização	Área	Confrontações	Própria / Arrendada
1. Enterreiro	Sítio do Enterreiro	2,45 ha	Norte – Terrenos de cultura Sul/Este – Marinha Enterreiro Oeste – Sapal	Própria
2. Estalagem	Mata-Fome	3 ha	Norte – Esteiro Mata Fome Sul – Esteiro de C. Marim Este – Esteiro de C. Marim Oeste – Esteiro Mata Fome	Própria
3. Cepo	Sapal do Cepo	17 ha	Norte – Reserva Sapal CMVRSA Sul – António Rodrigues Rosa Este – António Rodrigues Rosa Oeste – Esteiro Lezíria	Arrendada
4. A Grande	Sapal da H. D'el Rei	3 ha	Este/Norte - Sapal Sul – Marinha Pequena Oeste – Marinha Roxo	Própria
5. Salinas do Sapal do Moinho do Francisco	Sapal do Moinho do Francisco	5 ha	Norte – Armando Celorico Drago e Herd. José Xavier Cavaco Sul - Armando Celorico Drago	Arrendada
6. Estanqueira	Flandres do Norte	0,5	Norte - Esteiro Francisco Sul – Marinha H.D'el Rei Este – Marinha H.D'el Rei Oeste – Esteiro Francisco	Própria
7. Horta D'el Rei	Sapal H. D'el Rei		Norte – Marinha Estanqueira Sul – Esteiro Francisco Oeste - Esteiro Francisco Este – Marinha H. D'el Rei	Arrendada
8. Alta Escalreigada	Sapal do Félix	14ha	Norte - Félix	Própria

17. Acções de Recuperação de Salinas

Nome	Área recuperada	Ano	Custos envolvidos

18.Principais Mercados

%	Ano Inicial	2004	2006	2008
Nacional			10%	10%
Externo			90%	90%

19.Dados sobre a produção

	Ano inicial	2004	2006	2008
Área de produção (hectares)				
Nº de salineiros a)			5	9
Produção Sal (ton)			100 t	200 t
Produção Flor de Sal (ton)			11 t	25 t
Preço Sal (Kg)			0,085	0,085
Preço Flor de Sal (Kg)			3	3

a)produtores

20.Acções de Valorização do produto

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade / certame	Nacional/Internacional
Certificação	2008	Anual	Sativa	Nacional
Certificação	2006	Anual	Nature et Progrès	Internacional
Feira Alimentaria Lisboa	2005	Anual	Fil	Nacional
Feira Biofach	2006/7	Anual	Alemanha	Internacional
Feiras Locais	2006/8	15/ano	CM	Nacional

* Exemplos: Certificação, participação em feiras, etc.

21.Acções de Divulgação

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Entidade	Nacional/Internacional
Folhetos	2004	Anual		Nacional/Internacional
Posters	2007			Nacional
Amostras Flor Sal/Sal	2004	Anual		Nacional/Internacional

* Exemplos: Publicidade nos media, folhetos, poster, manuais, etc.

22. Acções de Formação

Tipologia	Ano	Periodicidade	Entidade	Formador/formando/cedência do espaço
Curso Operadores de Salinas Tradicionais	2007		Inovinter	Formadores

Acções de Ecoturismo

Tipologia *	Ano	Periodicidade	Nº. Visitantes /ano	Entidade
Visitas às Salinas	2005	Anual	1000	Comunicação social

*Exemplos: Visitas às salinas, observação de aves, etc.

Participação em Projectos

Nome	Ano	Nacional/Internacional
Castro Marim – Terra do Sal	2005	Nacional/Leader
Projecto Prodescoop	2005	Nacional/Inscoop
Provera	2008	Nacional

23. Parceiros

Nome	Ano	Tipologia	Área de actuação	Nacional/Internacional

24. Prémios

Nome	Ano	Tipologia	Entidade	Nacional/Internacional

25. Informações Complementares *

* Na entrevista

Dados relativos às Salinas												
Nº mínimo de Marinhas Activas	Nº actual	Localização	Valor/venda (há)	Estado	Prod/ Sal/Ha	Produção de Flor sal/ha	Homens/marinha	Valor/mensal/homem	Nº meses de trabalho	Custo transporte	Custo armazenamento	Outros custos

Data:

Respondido por:

Anexo 10

Anexo 10 – Quadro Produtos Tradicionais de Qualidade

Projecto SAL**Mãe d'água - Coordenação Nacional****Documento sobre a utilização do sal tradicional na elaboração de produtos alimentares portugueses com Indicação Geográfica (IG) ou Denominação de Origem (DOP)****Introdução**

O presente documento tenta listar e caracterizar, em termos de proveniência e quantitativos produzidos, todos os produtos alimentares transformados, com reconhecimento oficial de Indicação Geográfica (IG), Especialidade Tradicional Garantida (ETG) ou Denominação de Origem Controlada (DOC), que utilizam sal no seu processo de fabricação.

Esta abordagem visa estabelecer um elenco de potenciais mercados regionais para o sal tradicional, pois tratando-se de produtos também certificados ou de características tradicionais, devem utilizar também um sal com as mesmas características produtivas (tradicional ou artesanal) constituindo assim uma fileira produtiva coerente. A existência deste mercado potencial deverá encorajar os produtores de sal a enveredar por processos de certificação que eventualmente lhes permitam alcançar esses mercados.

Além destes produtos certificados com IG, ETG e DOP, o documento menciona outros que não o sendo actualmente (alguns provavelmente virão a sê-lo num futuro próximo), são também produtos tradicionais bem conhecidos e que podem também vir a ser associados ao sal tradicional (por exemplo o leitão da Bairrada).

Por questões de identificação haverá sempre vantagem a que um determinado sal regional seja utilizado num determinado produto regional (ex. sal de Aveiro nas enguias da Murtosa, sal da Figueira no queijo Rabaçal, sal do Algarve nas conservas algarvias), no entanto as estratégias e a organização dos produtores, bem como os avanços nos processos de certificação poderão alterar esta lógica “natural”.

Embora a presente lista não o refira, há ainda a considerar todo o mercado do pão e pasteleria tradicional ou artesanal, o qual consome também elevadas quantidades de sal, pois o pão *alentejano*, de *Maфра*, *saloio*, as broas e pães de centeio da Guarda, Serra da Estrela, Lamego, são alguns destes produtos de fabricação local, que conhecem uma grande difusão, ultrapassando os mercados meramente locais ou regionais.

Lista de Produtos

Nota – A fonte de informação desta tabela provém da publicação “Produtos Tradicionais Portugueses” editada em 2001 pela Direcção Geral do Desenvolvimento Rural (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas)

Produto	DOP / IG	Região	Produção	Nº de Produtores	Notas
Azeitona de conserva negrinha do Freixo	DOP	Norte (Alto Douro)	4.000 toneladas/ano	?	Existem inúmeras variedades de azeitonas em conserva de âmbito local no Alentejo e Algarve, todas elas utilizando sal
Alheira de Mirandela	ETG	Norte (Trás-os-Montes)	500.000 Kg por ano	17 unidades de produção	Existe ainda uma produção caseira não quantificada
Enchidos de Portalegre	IGP	Alentejo	Cerca de 300.000 Kg ano	Cerca de 35 unidades / produtores	
Enchidos de Estremoz e Borba	IG	Alentejo	?	?	

Presunto de Barrancos	DOP	Alentejo	2.500 peças / ano	?	
Presunto do Barroso	IGP	Norte	10.000 peças / ano	447 produtores	
Salpicão de Vinhais	IGP	Norte	?	?	
Enchidos da Guarda e Jarmelo	-	Norte	Cerca de 1650 toneladas / ano	?	A produção está dispersa por inúmeros produtores
Enchidos dos Açores	-	Açores	14 toneladas / ano	?	A produção está insuficientemente quantificada
Presunto de Lamego	-	Norte	300.000 Kg / ano	?	
Presunto do Marão	-	Norte	116.000 Kg / ano	10 unidades de produção	
Queijo de Azeitão	DOP	Lisboa e vale do Tejo	6.000 kg / ano		Os produtores estão organizados numa associação
Queijo de cabra transmontano	DOP	Norte	400.000 kg / ano	110 produtores	Os produtores estão organizados numa associação
Queijo de Évora	DOP	Alentejo	240.000 Kg / ano		Os produtores estão organizados numa associação
Queijo de Nisa	DOP	Alentejo	195.000 Kg / ano		
Queijo do Pico	DOP	Açores	100.000 Kg / ano	15 a 20	
Queijo Mestiço de Tolosa	IGP	Alentejo	270.000 kg / ano		
Queijo Rabaçal	DOP	Centro	393.776 unidades anuais		Cada unidade pesa entre 300 a 500 gramas
Queijo S. Jorge	DOP	Açores	1800 toneladas / ano	9 fabricantes	
Queijo Serpa	DOP	Alentejo	20.000 Kg / ano		
Queijo Serra da Estrela	DOP	Centro	211.000 Kg / ano		A estatística parece ser muito pouco fiável devendo os números ser substancialmente mais elevados
Queijo Terrincho	DOP	Norte	60.000 Kg / ano		Os produtores estão organizados numa associação
Queijos da Beira Baixa	DOP	Centro	400.000 kg / ano		Nesta categoria estão englobados diferentes tipos de queijos todos eles classificados como DOP
Bola de Lamego	-	Norte	1000 bolas / dia		Cada bola pesa 750 g
Bolo do Caco	-	Madeira	?	?	Desconhece-se o quantitaivo porém deve ser muito elevado
Broa de Avintes	-	Norte	?	4 produtores	
Anchoa	-	Algarve	30.000 caixas / ano	3 unidades de fabrico	Cada caixa representa 100 latas com 50g de peso líquido
Atum em conserva	-	Algarve	150.000 caixas / ano	4 unidades de fabrico	Cada caixa representa 100 latas com 125g
Enguias da	-	Centro	?	?	

Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro

Murtosa					
Estupeta de atum	-	Algarve	5.000 Kg / ano	1	
Muxama	-	Algarve	4.000 Kg / ano		
Ovas salgadas	-	Algarve	?	1 produtor	
Pasta de peixe	-	Algarve	4.200.000 latas / ano	4 fabricantes	
Polvo seco	-	Algarve	25.000 Kg / ano	20	
Sardinhas em conserva	-	Algarve	50.000.000 latas / ano	6	Existem também fábricas noutras regiões do país
Massa de pimentão	-	Alentejo	80.000 Kg / ano	?	Com tendência a aumentar devido ao incremento na indústria dos enchidos.
Massa de pimenta	-	Açores	?	20 produtores	
Tremoço	-	Alentejo	300.000 Kg / ano	?	
Leitão da Bairrada	-	Centro	360.000 unidades / ano		Cada unidade com 8 a 10 Kg de peso vivo
Leitão de Negrals	-	Lisboa e Vale do Tejo	30.000 unidades / ano	25	

Anexo 11

Curso de Marnotos de Aveiro
MultiAveiro



MODALIDADE DE FORMAÇÃO:

Continua

ÁREA DE FORMAÇÃO:

Protecção do Ambiente (859)

(Programas não classificados noutra área de formação)

PLANO CURRICULAR:

	Módulos	N.º Horas
Formação Teórica	História da Actividade Salínifera	4
	O Meio Ambiente Lagunar e Salícola	6
	As Vivências da Classe Marnoteira	1
	Tipos de Sal e Respectiva Diferença Química	1
	Sal – sua Composição Química	2
	Derivador do Sal e do Ecossistema Salínifero	4
	A Estrutura Interna da Marinha	2
	O Circuito da Água	2
	A Safra do Sal	2
	As Aplicações do Sal	2
	Marketing e Comercialização do Sal e seu Derivado	2
	Processo de Certificação do Sal. Requisitos	2
	Higiene e Segurança no Trabalho	6
	As Marés e a Energia Hidráulica	2
	Novas Oportunidades para a Salinicultura de Aveiro	2
Formação Práticas	Regra Construção de uma Marinha	12
	Solo Solícola	8
	O Circuito da Água	2
	Feitura do Sal	6
Total		68 Horas

OBSERVAÇÕES:



Com a participação da União Europeia
Projecto cofinanciado pelo FEDER



Designação do Curso: Salicultura Tradicional Aveirense

Início: 05 de Fevereiro de 2007

Fim: 16 de Abril 2007

Horário: 18h00 às 20h00

Número de dias de formação: 21 dias

Estrutura Modular/Carga Horária Formação Teórica

Módulos/Unidades Temáticas	Duração (horas)	Data
História da Actividade Salinífera	4	5 e 6 Fevereiro
O Meio Ambiente Lagunar e Salícola	6	12, 13 e 26 Fevereiro
As Vivências da Classe Marnoteira	1	19 Fevereiro
Tipos de Sal e Respectiva Diferença Química	1	19 Fevereiro
Sal – sua composição química	2	27 Fevereiro
Derivados do Sal e do Ecossistema Salinífero	4	5 e 6 Março
A Estrutura Interna da Marinha	2	12 Março
O Circuito da Água	2	13 Março
A Safra do Sal	2	19 Março
As Aplicações do Sal	2	20 Março
Marketing e Comercialização do Sal e seus Derivados	2	26 Março
Processo de Certificação do Sal. Requisitos	2	27 Março
Higiene e Segurança no Trabalho	8	2, 3, 9 e 10 de Abril
As Marés e a Energia Hidráulica	2	16 Abril
Total	40	



Com a participação da União Europeia
Projecto cofinanciado pelo FEDER



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EM
TÉCNICAS DE SALINICULTURA
E EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE SAL
E EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE SAL



Designação do Curso: Salicultura Tradicional Aveirense

Início: 05 de Fevereiro de 2007

Fim: 16 de Abril 2007

Horário: 18h00 às 20h00

Número de dias de formação: 21 dias

Estrutura Modular/Carga Horária Formação Teórica

Módulos/Unidades Temáticas	Duração (horas)	Data
História da Actividade Salinífera	4	5 e 6 Fevereiro
O Meio Ambiente Lagunar e Salícola	6	12, 13 e 26 Fevereiro
As Vivências da Classe Marnoteira	1	19 Fevereiro
Tipos de Sal e Respectiva Diferença Química	1	19 Fevereiro
Sal – sua composição química	2	27 Fevereiro
Derivados do Sal e do Ecossistema Salinífero	4	5 e 6 Março
A Estrutura Interna da Marinha	2	12 Março
O Circuito da Água	2	13 Março
A Safra do Sal	2	19 Março
As Aplicações do Sal	2	20 Março
Marketing e Comercialização do Sal e seus Derivados	2	26 Março
Processo de Certificação do Sal. Requisitos	2	27 Março
Higiene e Segurança no Trabalho	8	2, 3, 9 e 10 de Abril
As Marés e a Energia Hidráulica	2	16 Abril
Total	40	

Módulo	Conteúdo Programático	Duração – 5 meses – em função das condições climáticas.	Orientador
Regras de construção de uma marinha.	<ul style="list-style-type: none"> . Exposição aos ventos dominantes; . Localização - próximo do mar ou de canais que recebem a água do mar; . Terreno com declividade; . Solo compacto e impermeável; . Espaço dividido em três ordens: Comedorias, Mandamento e Núcleos de Cristalização; . Capacidade do viveiro igual a 50 cm e a dos outros tabuleiros, igual, respectivamente, a 20cm, os Algibés, ... e a 2 cm os cristalizadores. 		Marnoto
Construção da estrutura interna da marinha de sal.	<ul style="list-style-type: none"> . Execução dos utensílios de trabalho; . Construção das diferentes ordens; . Traves; . Barachas e barachinhas. 		idem
O circuito da água.	<ul style="list-style-type: none"> . Construção da Bomba de Toma de água, diques e canais internos. 		idem
Solo salícola.	<ul style="list-style-type: none"> . Definição de materiais a utilizar; . Corte e aplicação de torrão, nos diferentes compartimentos. . Preparação e Cura 		idem
Feitura do Sal	<ul style="list-style-type: none"> . Bulir . Quebrar . Rêr 		idem

Anexo 12

Anexo 12 – Valores de referência para o desenvolvimento da actividade de salicultura

Valores de referência para uma análise de viabilidade de plano de execução no salgado de Aveiro

Produção média de sal por salina	100 toneladas
Produção média de flor de sal por salina	1,5 toneladas (3 ha)
Aquisição salina (1 a 3 hectares)	30.000,00€ ⁵⁷
Recuperação salina	34.000,00€ ⁵⁸ / ha
Valor venda a granel sal não certificado Aveiro	0,06€/kg
Valor venda a granel flor de sal não certificada Aveiro	1,5€/kg
Valor venda a granel sal certificado Algarve	0,085€/kg
Valor venda a granel flor de sal certificada Algarve	4,00€/kg
Valor visita Museu do Sal Figueira da Foz	Individuais – 1,00€ Grupo – 5,00€

Os valores relativos à comercialização do produto já embalado diferem muito, aconselhando-se a consulta dos seguintes sítios, para obtenção do preço final ao consumidor:

www.seldequerande.com

www.terrasdesal.com

www.pedacosdemar.com

www.necton.pt

Actualmente não é possível indicar os locais possíveis para recuperação, em virtude dos investimentos no âmbito do programa Polis Litoral "Ria de Aveiro" ainda estarem em fase de estudos e não se saber as áreas de intervenção para a recuperação dos diques. Em 2006, de acordo com o estudo desenvolvido no âmbito do projecto Interreg IIIB SAL, a área mais indicada para recuperar era de aproximadamente 34 salinas (210 hectares) no grupo de S. Roque / Esgueira. Grupo que estava com melhor estado de conservação, exigindo menor investimento e com boas acessibilidades, perto dos locais de armazenagem.

⁵⁷ Informação marnoto João Simões

⁵⁸ Informações do marnoto João Simões, considerando 3 homens a trabalhar 15 meses (3 x 5 meses) e 1 máquina. O valor depende do estado de degradação da salina. No Algarve foram recuperadas salinas (Necton) com valores médios de 10.500,00€/ha.

Anexo 13

Anexo 13 – Quadro Síntese Agentes

Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro

Agentes	Tipologia	Recursos	Ações desenvolvidas	Ação em curso	Dificuldades	Propostas/parcerias
Individuais	Proprietários	Posse da propriedade			Elevado investimento	Cedência das marinhas a jovens marnotos para exploração
Individuais	Produtores	Know-how		Produção de sal	Custos de manutenção espaço, baixo preço venda, não reconhecimento profissão, baixa escolaridade,	Certificação, DOP, IGP
Institucionais – Universidade de Aveiro	Proprietários de 5 marinhas	Posse da propriedade Conhecimento científico Recursos humanos potencialmente recrutáveis para a profissão	Ações de sensibilização e divulgação Projectos de investigação científica Projectos de cooperação transnacional	projecto de cooperação internacional (QREN)	Ligação aos produtores, meio empresarial e à sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - Candidatura a programas de financiamento para recuperação das restantes marinhas (4) <ul style="list-style-type: none"> - Cedência das marinhas a jovens marnotos - Campanhas de divulgação junto do público estudantil para recrutamento para a actividade <ul style="list-style-type: none"> - Parceria com empresas privadas: na área do bacalhau de turismo -Desenvolvimento de workshops temáticos (turismo científico) - Cobrança de um valor em algumas actividades desenvolvidas que será investido na recuperação do património.
Institucionais – CMA Ecomuseu da troncalhada	Proprietários de 4 marinhas Grande parte das marinhas de Sal está no seu território Ecomuseu	Posse da propriedade Ecomuseu Estrutura de visita	Ações de sensibilização e divulgação Projectos de cooperação internacional Visitas organizadas, exposições, actividades de divulgação	 Centro de Interpretação Ambiental da Marinha da Troncalhada		<ul style="list-style-type: none"> - Cobrança de um valor de visita que será investido na recuperação do património
Institucionais - CIRA	Comunidade Intermunicipal	Conhecimento dos recursos endógenos dos municípios		Polis Ria de Aveiro Grupo de acção costeira		<ul style="list-style-type: none"> - Propostas de interligação de outras temáticas / produtos com a temática salícola / sal - Apoio para venda cruzada usando a marca “Ria de Aveiro”

Agentes	Tipologia	Recursos	Ações desenvolvidas	Ação em curso	Dificuldades	Propostas/parcerias
Institucionais – Turismo Centro – Ria de Aveiro		Promoção e divulgação território				- Actividades nacionais e internacionais da marca “Ria de Aveiro” com enfoque na temática salícola e todo o património (natural, cultural, histórico) associado.
Institucionais – AHR-C						- Desenvolvimento de acções de preservação do património natural e promoção da sua qualidade ambiental.
Institucionais - APA	Porto comercial	Dragagens ria de Aveiro para a recuperação dos muros.	Ferrovia			Aquisição de salinas e cedência a marnotos como forma de minimização dos impactos causados pela construção da ferrovia e das constantes dragagens.
Empresas Sal	Grossistas	Know-how do produto, processo de embalagem e canais de distribuição				- Parceria com produtores para aquisição do produto a um preço justo. - Estabelecimento de contactos com canais de distribuição privilegiados (grandes superfícies) para a introdução do sal de Aveiro.
Associação dos Industriais de hotelaria e Restauração do Centro	Associação empresarial					Utilização e divulgação do sal marinho e flor de sal de produção artesanal na ria de Aveiro
Empresas de produtos alimentares regionais	Empresa					Utilização e divulgação do sal marinho e flor de sal de produção artesanal na ria de Aveiro
Empresas de produtos alimentares Padarias	Empresas	Produtos da região				Utilização e divulgação do sal marinho e flor de sal de produção artesanal na ria de Aveiro
Empresas turismo	Empresas	Conhecimento da Ria de Aveiro				Obtenção de “formação” para conhecimento da actividade salícola e promoção de venda cruzada do produto “visitas Ria de Aveiro” / “Marinhas de Sal” / “Marinha da aquacultura”.
CM Ilhavo	Município	Marinhas de aquacultura no seu território				Promoção de incentivos para a transformação / criação de aquaculturas ecológicas Promoção de visitas turísticas a estes espaços em articulação com outros produtos – marinhas de sal. - Ligação dos produtos: peixe, bacalhau e sal, com grande enfoque em eventos como: Tasquinhas e Feira do Bacalhau. Integração e promoção do sal marinho artesanal de Aveiro aos produtos tradicionais de padaria do Vale de Ilhavo (folar, padas, etc.).
Fábrica da Ciência Viva de Aveiro	Centro de Ciência Viva	Estrutura de visita				Desenvolvimento de experiências do CD Interactivo “Um Lugar ao Sal” em parceria com o Depto. De Química da Universidade de Aveiro. Desenvolvimento de novas experiências ligadas ao sal.

Anexo 14

Anexo 14 - Mapa com indicação das estruturas de visitação
actuais e futuras

Mapa com indicação das estruturas de visitação actuais e futuras

